



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e
Cooperação Internacional

Laís Helena Custódio Rodrigues de Queiroz

**Entre legados coloniais e agências: As zungueiras na produção
do espaço urbano de Luanda**

Brasília
2016

LAIS HELENA CUSTODIO RODRIGUES DE QUEIROZ

Entre legados coloniais e agências: As zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Orientadora: Profa. Dra. Selma Alves Pantoja

Brasília
2016

QQ3e Queiroz, Lais Helena Custodio Rodrigues de
Entre legados coloniais e agências: as zungueiras
na produção do espaço urbano de Luanda / Lais Helena
Custodio Rodrigues de Queiroz; orientador Selma
Alves Pantoja. -- Brasília, 2016.
131 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em
Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação
Internacional) -- Universidade de Brasília, 2016.

1. vendedoras ambulantes. 2. Luanda. 3.
informalidade. 4. produção do espaço urbano. 5.
cidades africanas. I. Alves Pantoja, Selma, orient.
II. Título.

LAIS HELENA CUSTODIO RODRIGUES DE QUEIROZ

Entre legados coloniais e agências: As zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Orientadora: Profa. Dra. Selma Alves Pantoja

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Selma Alves Pantoja – Presidente
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Marissa Jean Moorman
Indiana University Bloomington

Prof. Dr. Rodrigo Campos Pires
Universidade de Brasília

Prof. Dr. José Walter Nunes – Suplente
Universidade de Brasília

Data da defesa: 10 de junho de 2016.

Às mulheres que lutam,
às mulheres zungueiras de Luanda,
a minha mãe.

AGRADECIMENTOS

“Gracias a la vida que ha me dado tanto”, tantas pessoas e tantos momentos de aprendizagem. Numa cidade ambivalente, onde muitas vezes me via em um filme dos anos de 1960 sobre o futuro próximo, descobri como a solidão pode se tornar autoconhecimento e amigos serem o compartilhamento dos vários brasis, identidades e amores. Em Brasília vi Elohim agindo em cada ser e em cada momento que passei por aqui, foram 2 anos e 5 meses intensos e prazerosos pelos quais sou extremamente grata.

Agradeço a minha mãe e ao meu pai que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado. Ao meu companheiro que mesmo à distância sempre esteve presente. Aos meus amigos que aqui encontrei e foram fundamentais para o meu crescimento. A minha brilhante e generosa orientadora Selma Alves Pantoja, que me mostrou novos horizontes acadêmicos. Quero também agradecer imensamente aos professores Marissa Moorman e Rodrigo Pires de Campos, por terem gentilmente aceitado fazer parte da banca de defesa deste trabalho.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de mestrado, que me sustentou financeiramente nessa jornada, e a todas as pessoas que me fizeram crescer enquanto ser político e social, na luta por sociedades mais justas.

RESUMO

O presente trabalho objetiva refletir sobre a prática das zungueiras, vendedoras ambulantes, nas ruas de Luanda, de modo a entender como o espaço vivenciado por essas mulheres constituem táticas de produção do espaço urbano, e conseqüentemente, fontes para se repensar as concepções de desenvolvimento. A partir da contextualização de Luanda, acerca de suas imbricações entre o legado colonial e as atuais transformações urbanísticas com vistas a uma cidade global, é apresentado como as zungueiras, por meio da prática informal, produzem e ressignificam esse espaço urbano localmente. A produção da cooperação, por meio de laços de solidariedade, e o empoderamento feminino pelas zungueiras são identificados como principais contribuições rastreadas por este trabalho para construções de coesões horizontais no desenvolvimento urbano de Luanda, bem como, constituem fontes de conhecimento para a pavimentação de caminhos para outras perspectivas sobre desenvolvimento e políticas *from below*.

Palavras-chaves: zungueiras. Luanda. informalidade. desenvolvimento. espaço urbano. agência. cooperação.

ABSTRACT

This work aims to reflect on the practice of zungueiras, street vendors in Luanda, in order to understand how the space experienced by these women are tactics of urban space production, and consequently sources to rethink the concepts about development. From the context of Luanda, about their overlaps between the colonial legacy and current urban transformations with a view to a global city, is presented as the zungueiras through the informal practice, produce and resignify this urban space locally. The production of cooperation, through ties of solidarity, and of female empowerment by zungueiras are identified as major contributions found by this work for horizontal cohesions constructions on the urban development of Luanda, and also, as sources of knowledge for paving paths for other perspectives on development and policies from below.

Keywords: zungueiras. Luanda. Informality. development. urban space. agency. cooperation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Cidade de Kilamba. Fonte: site oficial da cidade de Kilamba	28
Figura 2. Zungueira. Fonte: Global Voices	60
Figura 3. Zungueiras. Fonte: Portal de Angola.....	60
Figura 4. Candonga. Fonte: Rede Angola	72
Figura 5. Roboteiro. Fonte: Dias da Independência	73
Figura 6. Kinguilias. Fonte: Angonotícias.....	75
Figura 7. Pintores. Fonte: Wall Street Journal	75

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Cidade de Luanda. Fonte: Blog Suburbano digital	46
Mapa 2. Mapa de Angola. Fonte: África Turismo	49

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BNA – Banco Nacional de Angola
CACL – Comissão Administrativa da Cidade de Luanda
CI – Cooperação Internacional
CITIC – China International Trust and Investment Corporation
ECP – Estratégia de Combate à Pobreza
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FOCAC – Fórum da Cooperação entre África e China
HRW – Human Rights Watch
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPGUL – Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda
MPLA – Movimento pela Libertação de Angola
NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OPEP – Organização de Países Exportadores de Petróleo
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SEF – Saneamento Económico e Financeiro
SONANGOL — Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
TCUL – Transportes Colectivos Urbanos de Luanda
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
WIEGO – Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – LUANDA, CIDADE PARA QUEM?.....	17
1.1. Algumas noções sobre o espaço urbano africano.....	19
1.3. Luanda: o espaço disciplinado entre o passado e o presente	37
1.4. Horizontes angolanos: algumas perspectivas sobre o desenvolvimento	49
CAPÍTULO II – A REPRESENTAÇÃO DAS ZUNGUEIRAS NO ESPAÇO URBANO DE LUANDA	59
2.1. Espaço: o lugar praticado	67
2.2. O outro lado de Luanda	69
2.2.1. Olhares sobre a economia informal	76
1.3. Zungueiras: como transformar a cidade em meio de sobrevivência.....	80
2.4. Da invisibilidade à violência.....	83
2.5. Mulheres na Zunga: repensando o papel feminino	92
2.5.1. Feminização da pobreza ou resiliência?	97
CAPÍTULO III – Da produção social do espaço pelas zungueiras a outras perspectivas sobre o desenvolvimento	101
3.1. Saberes e práticas: respostas locais para desafios globais	104
3.2. Zungueiras e a coesão horizontal do espaço	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	119
REFERÊNCIAS	121

INTRODUÇÃO

Ao escrever sobre Angola, estão escrevendo também sobre o Brasil, pois estamos irremediavelmente ligados pelo cordão umbilical que alimentou a formação de nossa identidade e que nos coloca eternamente na condição de filhos da Mamma Angola (MENEZES, 2000)

Este estudo surgiu na tentativa de pensar a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento com a África, mais especificamente, Angola, a partir de seus impactos nas realidades e demandas locais. Porém, após as leituras de pensadores africanos, latino-americanos e indianos sobre a produção de conhecimento e os desdobramentos do saber colonizado na manutenção da dependência dos países do Sul em relação ao Norte, pude relativizar a concepção de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Se por um lado, a cooperação permite a articulação internacional de recursos materiais e políticos para a implementação de políticas e de infraestrutura em países beneficiários, por outro, constitui muitas vezes em instrumento para a reprodução de uma hierarquia internacional entre Estados, bem como, na valorização dos altos espaços de deliberações em detrimento do circuito local de discussões. Isso significa que em países que o governo não possui participação popular, as demandas locais não serão pauta na definição das diretrizes da cooperação. Desse modo, em busca dos arranjos de desenvolvimento *from below*, entendi que necessitava verificar o ambiente local e as práticas cotidianas, me desvincilhando assim dos discursos institucionais e universais sobre desenvolvimento.

Pensar o ambiente local angolano, sendo brasileira, foi um grande desafio, fiz a travessia para o outro lado do Atlântico por meio da literatura, desde clássicos como Pepetela e Luandino à acadêmicos como Carlos Lopes e Orlando Santos. Através de vídeos disponibilizados no Youtube pela juventude que luta por um país mais democrático, pelas organizações não governamentais e por relatórios econômicos dos organismos internacionais. Pelas músicas de kizomba, kuduro, semba aos poemas do rapper preso político Luaty Beirão, tudo para compreender um país tão próximo culturalmente ao Brasil, porém distante, principalmente ao que diz respeito às

profundas marcas deixadas pela guerra civil angolana. A escolha do trabalho informal feminino ambulante, as zungueiras, como objeto de estudo, foi um encontro entre meu interesse sobre empoderamento de mulheres e o conhecimento e experiência de longa data sobre as mulheres angolanas de minha orientadora Selma Pantoja, responsável por me apresentar as zungueiras como atores locais extremamente inseridas na dinâmica urbana e na história da capital angolana.

Em um país onde 70% das mulheres exercem seus trabalhos na economia informal e pouco mais da metade da população vive em condições de pobreza multidimensional, investigar como a agência das zungueiras se constitui no cotidiano urbano de Luanda faz-se relevante para compreender como o espaço é produzido por aqueles que estão nas franjas do Estado. As zungueiras ao atuarem fora do escopo governamental produzem uma urbe que atende àqueles que fogem à disciplina da África oficial e assim, conseqüentemente, contribuem para novas redes de solidariedade, redução da pobreza e empoderamento feminino, dinâmicas complexas que o desenvolvimento top down implantado pelo Estado e financiado pelas agências internacionais pouco consegue atender. Nesse sentido, este trabalho justifica-se por tentar entender como as zungueiras contribuem na composição do tecido social de Luanda, permitindo conceber outra forma de representação dessas mulheres no imaginário coletivo, ao invés do lugar de pobreza e vítima, abordá-las como atores econômicos, sociais e culturais relevantes para se entender parte da dinâmica de Luanda, bem como, para se pensar política pública a partir da agência promovida pela zunga.

Para a execução da pesquisa a ideia inicial era conseguirmos recursos pelas agências e fundações brasileiras de educação a fim de financiar a viagem para pesquisa de campo, porém, com os cortes financeiros que ocorreram e as já conhecidas dificuldades da existência de programas que incluam o continente africano como espaço de relevância para pesquisadores brasileiros, não foi possível realizar a viagem à Angola. Desse modo a pesquisa foi feita por meio da análise qualitativa de um extenso levantamento bibliográfico, sobretudo acerca de Luanda, economia informal e zungueiras. Busquei por meio da literatura acadêmica, periódicos, relatórios internacionais e documentos de governo fatos e argumentos que comprovassem a hipótese

sobre as zungueiras produzirem socialmente um específico espaço urbano em Luanda, e, de certo modo, rastrear pelos estudos já feitos quais tipos de produções resultavam dessa prática cotidiana exercida por estas mulheres.

Para compreender o que significa a produção do espaço urbano pelas zungueiras no contexto de Luanda, o primeiro capítulo dedicou-se a explicar esse cenário, as construções do espaço urbano africano e da capital angolana que organizam e influenciam as sociabilidades produzidas pelos atores sociais. Antes de apresentar Luanda, nosso grande pano de fundo, o capítulo iniciou com a conceituação de espaço urbano como fruto da produção social cotidiana (RIBEIRO, 2005; GOTTDIENER, 1997), e em seguida abordou-se como o espaço urbano se desenvolveu em África meio a um processo colonial segregador (MUNDIMBE, 2013) e, recentemente, como processo da circulação do capital financeiro (WATSON, 2014; SIMONE, 2008). O processo de modernização urbana que hoje está ocorrendo em Angola é um movimento de repercussão global, e em termos regionais, tem impactado as principais urbes africanas e modificado a distribuição demográfica do continente, cuja maior parte da população costumava habitar as regiões rurais (TOSTENSTEN; TVEDTEN; VAA, 2001). A análise sobre Luanda decorre sobre essa imbricação entre a cidade marcada pelo legado colonial e por atores sociais que constituíam resistência nas construções e divisões espaciais entre o asfalto e os musseques (MACEDO, 2008; PANTOJA, 2012; MOURÃO, 2006), e o atual desenvolvimento urbano financiado pela extração petrolífera (POWER, 2011). A fim de entender os princípios que regem essa modernização urbana que impacta as relações sociais em Luanda, dediquei-me a refletir sobre a conjuntura histórica nacional e atuais políticas sociais em Angola, apresentando os programas e ações de desenvolvimento econômico e combate à pobreza.

No segundo capítulo, parto para o objeto da investigação, as zungueiras. Primeiramente, detive-me em alguns trabalhos sobre essas mulheres a partir das raízes históricas, as quitadeiras (PANTOJA, 2008), da descrição do cotidiano (SANTOS, 2010; MONTEIRO, 2012), da dinâmica da economia informal em Luanda (LOPES, 2004) e da produção de sociabilidades a partir das estratégias de sobrevivência (RODRIGUES, 2007a). A partir da concepção de Certeau (1998), sobre o espaço ser produzido pelos atores sociais, discuti a

construção urbana fora das estruturas institucionais, pelas práticas informais, e assim constituindo redes antidisciplinares que desafiam as imposições de regulação do espaço pelo Estado, como verificado nos periódicos angolanos e nos relatórios internacionais. Desse modo, nas franjas do controle do Estado, as zungueiras acabam por produzirem um espaço articulado pela solidariedade, cooperação e empoderamento feminino.

Por fim, no terceiro e último capítulo deste trabalho, sintetizei as reflexões do primeiro e segundo capítulos a fim de articular as produções frutos da agência das zungueiras (BHABHA, 1998, BUTLER, 2010 apud FURLIN, 2013) e a produção do espaço através da perspectiva de desenvolvimento endógeno (HOUNTONDJI, 1997; VERGARA, 2004). A ideia central foi construída a partir das diferentes representações das zungueiras no cotidiano luandense, levantadas por meio das obras dos autores que desenvolveram trabalho de campo (SANTOS, 2010; MONTEIRO, 2012, GRASSI, 1998) e aqueles que abordam a temática de economia informal e sobrevivência (LOPES, 2004; RODRIGUES, 2007a), para entender como o espaço praticado por esses atores contribuem para a composição do tecido urbano de Luanda e para outras leituras sobre o desenvolvimento. Embora tenha muitas questões abertas pela ausência do trabalho de campo e falta de proximidade com essas vendedoras ambulantes nas ruas de Luanda, pude levantar algumas reflexões pertinentes sobre produção social urbana, trabalho informal feminino e desenvolvimento.

CAPÍTULO I – LUANDA, CIDADE PARA QUEM?

[Luanda, década de 1950] A cidade cresce rapidamente, desenvolve-se, os velhos palácios seculares, as casas de adobe e zinco, os quintalões de goiabeiras e gajajeiras com pássaros felizes cantando nos seus ramos, dão lugar a novas construções, são derrubadas as antigas acácias e mulembas que enchiam de sombra a cidade, enquanto cinzento escuro do asfalto vai progressivamente conquistando o leito das velhas e novas artérias (ENVEDOSA, 1972, p.90-91 apud RIBEIRO, 1992, p.85).

O objetivo deste capítulo é expor a construção da estrutura da urbe africana, especificamente, de Luanda, a partir da produção social do espaço urbano pelos atores locais, de modo a nos auxiliar a entender como as zungueiras interagem nesse contexto. Começo pela definição de espaço urbano, cenário onde as relações sociais, econômicas e políticas ocorrem. Dentre algumas abordagens de espaço urbano inicio com a noção mais ampla possível:

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (CORRÊA, 2002, p.7).

Os usos estruturam a organização espacial da cidade e são produzidos por diferentes atores sociais, moldando, portanto, um determinado tipo de urbanização, que constitui um processo político, econômico e social para o ordenamento do território (LIMONAD,1999). O fenômeno da urbanização verificado atualmente tem profundas raízes na Revolução Industrial na Europa, durante o século XIX. A cidade passa a ter sua estrutura social usurpada pelo econômico industrial, que conduziu o crescimento demográfico acelerado, o distanciamento da cidade e do campo, alterando as relações de troca e consumo, além de racionalizar a divisão geográfica do espaço urbano para atender a expansão das atividades econômicas e para controle dos corpos e das classes sociais (LEFEBVRE, 1968). Como resultado dessa construção do espaço urbano dentro da lógica europeia, tem-se a sociedade industrial, muitas vezes chamada na literatura como sociedade moderna, foi responsável por desenvolver valores e *modus vivendi* que foram disseminados através da expansão imperialista e das práticas colonialistas para o restante do globo. O

impacto dessa expansão resultou na produção de centros urbanos compostos por diferentes práticas de sociabilidade e por imbricações de modos de vida. A racionalização do espaço é a organização estratégica do espaço em função da produção econômica e política, sendo as ações espontâneas dos atores sociais relegadas ao segundo plano. Segundo Ribeiro (2005b), somente pela investigação do tecido social, o qual não está restrito à produção econômica e política, é que é possível analisar as sociabilidades e a emergência de atividades que se contrapõem a modernização homogeneizadora. Nesse sentido a análise sobre Luanda e a atuação das zungueiras será centrada na produção urbana como fruto da produção social, o espaço como uma dimensão da sociedade e como produto material de uma dada formação social (CASTELLS, 1983; GOTTDIENER, 1997). Parto da concepção sobre a produção social do espaço urbano realizar-se no plano do cotidiano, onde permite a emergência de novas formas de apropriação, utilização e ocupação do lugar (GOTTDIENER, 1997; CLEPS, 2009). A morfologia do espaço não se restringe a influencia das estruturas e estratégias econômicas e políticas na transformação urbana, é centralmente impactada pela atividade humana composta pelo cotidiano vivido e pela inventividade dos agentes locais (GOTTDIENER, 1997).

Início introduzindo a ideia de espaço urbano e seu histórico comumente difundido nos estudos de sociologia urbana, pois é um ponto de partida para entendermos a construção do espaço urbano nas sociedades africanas atuais, que foram diretamente impactadas pela expansão dos valores da sociedade industrial durante a colonização nos séculos XIX e XX. As cidades africanas sofreram essa urbanização em época diferente, em contexto cultural, político, social, econômico e geográfico distintos do verificado nas cidades europeias, de modo a produzirem diferentes resultados (TRINDADE, 2000). O projeto de urbanização à europeia, pontuado pelas classificações e hierarquizações entre o *mundus vivendi* colonizador e colonizado, se constituiu uma verdadeira institucionalização da violência contra a população africana. Nesse sentido, inicio a explanação a partir de uma breve introdução acerca da construção e modificações da estrutura urbana das cidades africanas e, logo em seguida, parto para o estudo do espaço de Luanda e contextualização de Angola, a fim de apresentar o cenário físico e ideológico no qual as zungueiras atuam.

1.1. Algumas noções sobre o espaço urbano africano

A noção de cidades africanas data de milhares de anos, sendo peças fundamentais para entender os desdobramentos históricos que modularam o mundo moderno como o conhecemos. Como exemplo, uma das mais famosas ao norte do continente Alexandria foi grande porto de exportação e reexportação, produzia tecido, papiro, vidro e joias, bem como redistribuía produtos provenientes da Arábia, África Oriental e Índia. Cidade estruturada por um sincretismo egípcio-macedônico, Alexandria chegou a ser capital intelectual do Mediterrâneo, sendo o principal destino dos sábios gregos que tinham a cultura egípcia em alta consideração (RIAD; DEVISSE, 2010, p.168). Se continuamos a exemplificar as concepções do que seriam cidades africanas podemos falar no caso das cidades da costa oriental africana que possuíam seu ápice com o comércio marítimo estrangeiro entre os séculos XII e XVI, com o litoral favorecido pelas monções facilitando a navegação. As mais conhecidas delas, Marka (Merca), Brava, Malindi, Mombaça, Pangani (El-Banas) e Ungudja (antigo nome de Zanzibar), possuíam como produtos de exportação o ouro, peles de leopardos, ébano, âmbar, marfim, etc. Para não deixar de mencionar as mais famosas desde tempos memoráveis com destaque para as cidades de Walata, Djenné, Tenenku, Tendirma, Tombunctu, Bamba, Gao, Agadez e cidades de Haussa, Kano e Katima, uma civilização urbana que emerge graças à expansão comercial em toda região do Sahel. As cidades de Tombuctu, Djenné, Teghazza e Walata possuíam administrações autônomas, com nomeações de cargos que organizavam a cidade desde a coleta de impostos ao policiamento dos mercados. O autor, Cissoko (2010, p.232), as descreve com habitações de alvenaria, onde os mercados se localizavam no interior das urbes, e nos subúrbios ficavam os acampamentos de tendas e cabanas da população nômade. As transações comerciais e a expansão do Islã nessa região propiciaram o surgimento de uma elite letrada e religiosa, responsáveis pela instituição de centros de aprendizagem islâmica, como universidades. A mais célebre dentre elas é a universidade de Tombuctu, onde os doutores eram especialistas em direito maliquita. No século XVI, Tombuctu chegou a

abrigar 124 escolas corânicas, o que atraía milhares de estudantes de todo o Sahel (CISSOKO, 2010, p.235).

Esses breves exemplos servem para lembrar que a experiência urbana africana, não é um fenômeno recente, a organização espacial que reuniu trocas comerciais e grandes centros de promoção de conhecimento, como Alexandria no antigo Egito e Tombuctu, na região do Sahel, foi determinante para o desenvolvimento de grandes sociedades. Entretanto, mesmo com centenas de cidades, o continente sempre possuiu a maior parte dos indivíduos e das formações sociais em áreas rurais. Com o atual cenário africano, onde as demandas do capitalismo global se impõem enquanto regras para a modernização, a tendência tem sido de que essa razão demográfica entre cidade e campo se modifique. O crescimento urbano no continente, no último século, foi vertiginoso e para fins de comparação, na década de 1950 em apenas cinco cidades havia mais de duzentos mil habitantes, quarenta anos depois, vinte e cinco cidades já possuíam mais de um milhão de habitantes (TOSTENSTEN; TVEDTEN; VAA, 2001, p.9). Fenômeno não só africano, mas em geral no mundo, em especial para além do continente africano a própria América Latina, por exemplo.

As mudanças urbanas das últimas décadas, que impactaram as instituições e organizações sociais no campo e na cidade, tiveram e tem como resultado a desestabilização e desintegração social provocada por medidas incoerentes de ajustamento do espaço local (TURNBULL, 1962; MEMMI, 1966; MAIR, 1975 apud MUDIMBE, 2013, p.19). Essas mudanças acompanharam os processos de divisão internacional do trabalho e de mundialização dos mercados, que progressivamente, desarticulou a produção tradicional da agricultura e do artesanato, o que levou muitos setores das sociedades africanas, e de outras regiões tardiamente industrializadas ao redor do mundo, a se adaptarem a outra dinâmica de sobrevivência (FURTADO, 1995). A difusão dos valores de organização das sociedades industriais europeias foi um dos grandes legados da colonização em África no último século. A colonização foi responsável por tornar espaços não europeus em construções fundamentalmente europeias (MUDIMBE, 2013, p.16), o período entre o final do século XIX e meados do século XX foi marcado pela condução do território não ocidental para as rédeas capitalistas, que segundo Mudimbe “contribuiu

para o subdesenvolvimento através do controle das riquezas geradas e a criação de um vínculo de dependência entre os interesses coloniais e o desenvolvimento local” (2013, p.16).

A colonização foi orientada por uma modernidade que entra em foco nos fins do século XVIII, com o objetivo de alcançar a emancipação humana e o domínio da natureza por meio do:

[...] desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento, [que] prometia a libertação das irracionalidades, do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como, do lado sombrio da nossa própria natureza humana (HARVEY, 1994, p.23).

Esse projeto de modernidade em busca do domínio absoluto pela racionalidade regida por lógicas europeias criou lentes universalizantes para interpretar e classificar o mundo, de modo que toda prática humana contrastante com a experiência europeia fosse considerada como inferior ou atrasada. A colonização ancorada nessa premissa etnocêntrica criou categorias de valores para distinguir a posição do colonizador do colonizado. A utilização de termos como “civilizado”, “assimilado”, “bárbaro”, “primitivo” compunha os aparatos de classificação pelos quais o colonizador subjulgava e hierarquizava discursivamente a sociedade colonial.

As oposições paradigmáticas fazem parte de discursos hegemônicos europeus que transbordaram o ordenamento jurídico e ideológico do regime colonial e atingiram todos os aspectos da vida social (TRAJANO; DIAS, 2015), imprimindo no imaginário do colonizado outros meios de se enxergar no mundo, de construir sua identidade, “o subalterno fica tão eclipsado por uma onipotente subjetividade ocidental que se encontra inaudível: não fala e não fala de si mesmo” (COMAROFF; COMAROFF, 2013, p.20, tradução nossa).

O governo colonial ao implantar novos parâmetros de sociabilidade e de produção, negligenciou as atividades locais. O processo de modernização das estruturas tradicionais contou com forte violência da cultura colonial por meio da banalização de todo modo de vida tradicional e espiritual (FALOLA, 2003). A transição de um *modus vivendi* a outro, contou com um processo de marginalização daqueles que não se adaptaram às novas estruturas. Esse processo de marginalização é o que demonstra como a reprodução do discurso de subjugação é o momento de desintegração da sociabilidade de um povo.

A falácia da concepção do progresso como reta crescente do tradicional ao moderno acaba por criar uma sobreposição de valores geradora de exclusões. Assim, ao que diz respeito ao espaço urbano, o poder colonial, apoiado nesses instrumentos de dominação, promoveu a exclusão da população local africana para regiões periféricas e da administração territorial, de modo a posicionar a cidade a lógica dos seus interesses, na tendência higio-sanitarista e de modernização que modificou as sociabilidades africanas durante o século XX e se arrastam no imaginário local até os dias atuais de pós-independência.

Legados deste projeto de organização social, os tradicionais estudos sobre teoria urbana, ao analisarem as cidades dos chamados países periféricos, acabam por fazer diagnósticos e proposição de soluções de acordo com as experiências e modelos executados nas cidades dos países “centrais”. Appadurai denomina esse enquadramento como “projeto de desenvolvimento”:

“To address third-world cities is to define and solve them as ‘problems’ according to already available formal and sociological models. This is the project of development: to modernize peoples and institutions – to correct cultural incapacity- so they may serve capital well, or alternatively, gain the capacity to wage an internal struggle with it” (APPADURAI, 2004, apud CHATTOPADHYAY, 2011, p.77).

Alguns discursos ocidentais sobre desenvolvimento reforçam a ideia colonizada de que as cidades do “terceiro-mundo” ainda estão sofrendo os mesmos problemas que as cidades europeias do século XIX e que nada possuem para acrescentar na produção de teorias urbanas, a não ser como estudos de caso para a aplicação dos estudos sociológicos já teorizados. Mbembe e Nuttall (2001) descrevem essa postura como perpetuação da provincialização da África, como se todos os fenômenos sociais produzidos no continente fossem residuais, ou seja, elementos culturais que sobreviveram a mudanças com as quais estão em contradição. Como se pode perceber mais adiante, as zungueiras, assim como outras práticas informais na sociedade angolana, são consideradas como a personificação dessa cidade residual, dos elementos que remetem a cultura tradicional e que não se encaixam dentro da perspectiva “moderna” de cidade.

Na contra corrente à visão de “crise urbana africana”, há estudiosos que afirmam que a produção da cidade africana inserida em uma construção

repleta de ambivalências, incorporou a lógica urbana como meio para se moldar distintas identidades e a gerir peculiares formas de organização interna das populações:

Therefore, urbanization south of the Sahara was, elsewhere, a longue-durée process, expressing as much continuities as changes. Most of the time these changes were not sudden, but resulted from long and often imperceptible adjusting processes, the accumulation of which resulted in revolution of mind an society urban spaces come to embody minds. (COQUERY-VIDROVITCH, 2005, XVI)

A experiência urbana é responsável pela estruturação de mentes, de modos de vidas, de maneira que as cidades constituíram grandes centros de difusão cultural para todo continente nos séculos XIX e XX e continuam sendo grandes mercados de trabalho e de luta política, definitivamente lugares para mudanças culturais e sociais na África. Os espaços urbanos africanos foram configurados pelas ações governamentais coloniais e pós-independência, e igualmente pela atuação dos atores subalternos que são tidos muitas vezes como vítimas desprovidas de agência. Se as cidades africanas são incompreensíveis ao olhar ocidental, estas possuem sua própria cognição para seus habitantes:

Thus another questions emerges: how subaltern people may survive in a city which was not or is no longer made for them? Such as colonial Freetown in the nineteenth century, such are many South African cities today. Is there an alternative modernity from below? [...] We have to reverse the following proposal it is not the africans who were strangers to the city, as a well know anthropologist entitled his Jos history. The colonizer – British, French, Portuguese and Afrikaners – were definitely strangers to the African city. (COQUERY-VIDROVITCH, 2005, XXIII).

O caos, a superlotação, a desigualdade e a violência são fatores existentes em quase todas as grandes cidades do mundo, inclusive nos grandes centros econômicos do Norte, como Nova York (COQUERY-VIDROVITCH, 2005). Restringir as cidades africanas ao discurso de crise é ignorar a emergência de múltiplos valores, da improvisação e das oportunidades presentes nesses espaços (FERGUSON, 2008).

Como administrar corretamente as cidades ou levá-las a ajudarem na democratização? Segundo Coquery-Vidrovitch (2005) é necessário entender do que são feitas as cidades hoje, quais foram as forças sociais que as construíram. Segundo a autora, as cidades possuem sítios da modernidade

que vem debaixo, pela criatividade dos sujeitos subalternos que conseguem improvisar inseridos no sistema neoliberal, o que tem possibilitado, segundo Ferguson (2008), que as economias africanas correspondam muito bem aos estímulos econômicos do sistema internacional. A ideia é que se reconheça as múltiplas modernidades e conseqüentemente, as múltiplas racionalidades que regem a vida contemporânea, de modo que se abandone a visão sobre as cidades africanas como “cestos de múltiplas patologias dos padrões do modernismo ocidental” e passe a ser considerada como exemplo de inventividade (PIETERSE, 2010,p.209-210).

1.2. Urbanização para quem?

De uma maneira geral pode-se dizer que durante as lutas pela independência e principalmente após esse período, os países da África Subsaariana sofreram profundas mudanças no desenho urbano de suas principais e maiores cidades herdadas do colonialismo, substancialmente, pelo crescente aumento do contingente populacional. Após as lutas de libertações nacionais grande parte da população que trabalhava nos arranjos agrícolas coloniais ficou sem trabalho, bem como, as guerras contra o poder colonial e civis constituíram fatores para desprover o mundo rural de condições mínimas para sobrevivência, empurrando as pessoas para as cidades, tidas como locais mais seguros e que proporcionavam oportunidades para educação e trabalho. Esse foi especialmente o caso do espaço urbano aqui tratado, Luanda, exemplo de urbe que passou pelo processo de inchaço urbano, assim como outras capitais africanas e das demais cidades do chamado terceiro mundo, Sul, em vias de desenvolvimento, latinas, etc, que multiplicaram seu contingente populacional nos últimos 20 anos.

Segundo o *Global Report on Human Settlements* de 1996, essas mudanças urbanas no pós-independência compreendem quatro aspectos: o tamanho e a organização espacial, a qualidade e distribuição dos serviços públicos e infraestrutura para geração de empregos (UNCHS, 1996, p.86). Denominou-se a conjuntura dos últimos anos como crise urbana africana, que consiste na escassez de habitações e trabalho, na expansão da pobreza, nos severos problemas ambientais, na falta de serviços e na inadequada estrutura do governo local (TOSTENSTEN; TVEDTEN; VAA, 2001, p.10). Os governos atribuem ao boom populacional a real causa dessa crise, já a comunidade de

pesquisadores interpreta essa crise como uma insuficiência dos governos, engessados por uma administração altamente burocratizada e arranjos que perpetuam as relações de corrupção. Independente de qual versão institucional é a mais difundida, a permanência desses problemas estruturais é resultado de projetos urbanos pautados no legado colonial de contenção urbana ou nas políticas das agências doadoras que possuem discursos de advertência mal fundados sobre o processo de desenvolvimento urbano (MILBERT, 1999 apud TOSTENSTEN; TVEDTEN; VAA, 2001, p.7).

Frente a esse calamitoso e problemático quadro de baixa qualidade de vida das cidades, como o inchaço urbano, muitos governos africanos têm recorrido a projetos de modernização de cidades inspirados nos modelos de desenvolvimento urbano presentes em Dubai, Shangai e Singapura, que a princípio teriam incorporado diretrizes de sustentabilidade atrelados ao uso dos avanços tecnológicos. Os novos planos urbanísticos na maior parte das cidades africanas estão articulados em uma rede internacional de empresas e grupos de arquitetura, engenharia e desenvolvimento que disseminam os conceitos de *ecocities* e *smarts cities*¹ (WATSON, 2014). Como exemplos desses novos planos urbanos pode-se citar o caso de Nairóbi, no Quênia. Com construções de alto padrão planejadas para 70 mil residentes, Tatu City² faz parte de um planejamento de longo prazo denominado Kenya Vision 2030³, que engloba projetos como Konza Techno City, vislumbrando chegar a ser o Vale do Silício do Quênia. Por outro lado a República Democrática do Congo, apostou na construção de um condomínio sofisticado, na cidade de Kinshasa, que tem a pretensão de atender múltiplas funções como, habitação, comércio, social e turística, denominada como La Cité du Fleuve⁴, localizada em uma ilha no coração do rio Congo. Por último pode-se citar o caso de Lagos, na Nigéria, como o maior empreendimento urbano da África Ocidental,

¹ Ecocities e smartcities são conceitos de planejamento urbano que se baseiam em matrizes ecologicamente sustentáveis e de incorporação dos avanços da tecnologia de informação para criar uma maior integração dos habitantes com a dinâmica urbana, com o mínimo de impacto ambiental.

² Mais informações sobre Tatu City em Nairóbi disponível em: <http://www.tatucity.com/> - acessado em: 20/03/2016

³ Mais informações sobre Kenya Vision 2030 disponível em: <http://www.vision2030.go.ke/> - acessado em 20/03/2016

⁴ Mais informações sobre La Cité Du Fleuve disponível em: <http://www.lacitedufleuve.com/> - acessado em 20/03/2016

o projeto Eko Atlantic⁵ é um complexo de prédios comerciais, empresariais e residenciais, onde se oferece lazer e serviços de diferentes segmentos em um só distrito.

Tais projetos urbanísticos são contrastantes com a realidade da maior parte da população que é pobre e dependente de serviços públicos que se encontram precários. São empreendimentos bilionários voltados a um público específico e que visa projetar essas capitais como novos centros econômicos mundiais. O que está em curso em África é a construção de uma afromodernidade que proporciona um campo fértil para a implantação das medidas neoliberais de crescimento e desenvolvimento econômico. A qual gera uma modernização seletiva, pois é inerente ao sistema capitalista a criação de margens de exclusões para automanutenção do sistema (COMAROFF; COMAROFF, 2013, p.30). Os antropólogos sul-africanos, Comaroff, vão partir da concepção de que o sul não é o que fizeram dele, mas fruto da sua própria construção e está no centro do desenvolvimento capitalista tanto quanto os países do Norte, uma vez que sustentaram as riquezas usufruídas pela Europa e estão desenvolvendo para si meios que não são inspirados no Norte para lidar com as contradições desse sistema. Esse pensamento contraria os discursos amplamente difundidos acerca do desenvolvimento africano necessitar passar pelos caminhos europeus, como um movimento mimético, para construção de um mundo “moderno”. Podemos aproveitar a reflexão dos dois antropólogos africanos para nos aproximarmos das questões urbanas de Angola e indagarmos se esse encontro entre o desenvolvimento econômico, que vem projetando Angola como uma das economias mais fortes em África, e a atividade dos atores locais, que mesmo não vinculados às grandes petrolíferas ou empreendimentos faraônicos participam ativamente da economia informal do país, dirimindo o impacto da pobreza e ressignificando as mudanças promovidas pelo impacto da economia global, podem ser produtores dessa outra modernidade. Essa afromodernidade descrita pelos Comaroff descentra a Europa como principal parceiro e dá lugar outros atores estratégicos, como a China que vem sendo fator chave no desempenho econômico africano. A parceria com a China é muito emblemática à medida

⁵ Mais informações sobre Eko Atlantic disponível em: <http://www.ekoatlantic.com/> - acessado em 20/03/2016

que tem proporcionado campo para outra narrativa sobre desenvolvimento e sobre cooperação entre Estados, e até mesmo tem contribuído para a construção de uma imagem internacional mais competitiva dos países africanos e menos dependentes das antigas metrópoles. As condicionalidades chinesas se operam de forma distinta da tradicional cooperação ocidental. A China é muito mais flexível acerca da transparência no gerenciamento dos investimentos e não está interessada se o parceiro é um regime ditatorial, a linguagem chinesa se dá majoritariamente no âmbito econômico, pouco preocupado em transmitir princípios de governança global. Desse modo, países africanos, como Angola, tem se utilizado do crédito disponibilizado pelo governo e bancos chineses para construção de infraestrutura nacional e fortalecimento da economia no sistema econômico internacional, produzindo diferentes impactos internamente, que pode ser desde o aumento na desigualdade social a construções públicas que eleve a autoestima social e a perspectiva de um futuro melhor.

Em Luanda o governo tem subsidiado a construção de cidades satélites por meio da concessão de terras, como Luanda Satellite City, planejada para 890 mil pessoas, ou Kilamba, que possui 750 prédios destinados para residências e escolas e mais 100 destinados para o comércio, conta com uma estrutura para 160 mil pessoas, porém, os altos valores dos imóveis tem dificultado a efetiva ocupação dessas cidades planejadas. A atual ideia de cidades satélites em Luanda não é recente, já foi proposta por Etienne Groër e David Moreira da Silva, porém barrada nos anos de 1960, graças a uma tendência urbana mais integradora, embora etnocêntrica, apresentada por Fernão Simão de Carvalho, inspirado por LeCobusier (VIEGAS, 2015, p.63).

Vanessa Watson (2014) em seu artigo intitulado *African Urban Fantasies: dreams or nightmares*, expõe como estes projetos estão pautados em um ideal de modernização das estruturas locais, que perpetuam a falsa contraposição entre a cidade tradicional e a cidade moderna. Os planos urbanos aqui citados oferecem projetos arquitetônicos e paisagísticos espetaculares, estrategicamente pensados para que as pessoas tenham, além das casas, serviços como educação, saúde e lazer, para não necessitarem sair de suas bolhas de conforto. Kilamba foi pensada pelo poder executivo angolano para suprir a carência habitacional e com o objetivo de integrar

Luanda entre as cidades mais belas do mundo. Segundo Moorman (2014), Kilamba parece fora do contexto, por possuir uma arquitetura mais próxima dos padrões estéticos chineses, contrasta com o cenário luandense. A cidade é o maior projeto habitacional já realizado em Angola e marca os esforços do governo em revisar a divisão administrativa entre as províncias de Luanda e Bengo através de novas centralidades urbanas. O objetivo é aliviar o centro antigo de Luanda, por ser a concentração política e administrativa do país. Segundo o presidente José Eduardo dos Santos, na inauguração da segunda fase de entregas de construções de Kilamba, a desconcentração político-administrativa irá melhorar a participação dos cidadãos na gestão da coisa pública e melhorar a qualidade de vida⁶. Nas palavras do presidente:

A construção da Cidade do Kilamba inscreve-se na forma moderna de se pensar nas cidades e enquadra-se nos esforços do Executivo para fazer face ao constante crescimento da capital do País, cujas infraestruturas não estão preparadas para suportar a população de mais de cinco milhões que hoje há⁷.



Figura 1. Cidade de Kilamba. Fonte: site oficial da cidade de Kilamba⁸

A cidade satélite de Kilamba foi construída pela *China International Trust and Investment Corporation* (CITIC), responsável por 12 projetos de cidades

⁶ Informações extraídas do Jornal Semanário Factual, 2011. Disponível em: http://bibliotecaterra.angonet.org/sites/default/files/luanda_entre_as_maiores_e_mais_belas_cidades_do_mundo_0.pdf - Acessado em 10/05/2016.

⁷ Fala do presidente na inauguração da cidade de Kilamba, a 20 km de Luanda. O projeto faz parte dos 12 empreendimentos em execução em todo país para suprir a carência de infraestrutura urbana.

⁸ Disponível em : <http://kilamba-info.com/> - Acessado em: 12/03/2016.

satélites por todo território angolano, consiste em uma das corporações chinesas que intermediam a cooperação África e China por meio da execução de obras de infraestrutura e financiamento nas áreas petrolíferas e extrativistas. A China foi um dos países que financiou os partidos angolanos durante o conflito e após a pacificação, foi responsável por realizar obras de grande porte referentes a reabilitação das estradas, usinas de energia, malha ferroviária, distribuição de água, agricultura, etc. Os projetos são demandados pelo governo angolano, porém a sanção da obra é emitida pelo acordo entre Ministério das Finanças de Angola e o Ministério do Comércio da China. A única condição imposta pelo governo chinês é que 70%⁹ de todo contrato firmado seja executado por empresas e companhias chinesas (POWER, 2011, p.1000).

A realização de Kilamba é um dos frutos da cooperação entre Angola e China, pactuada no Fórum da Cooperação entre África e China, em 2006, na cidade de Pequim. Antes do FOCAC, a China já tinha liberado uma linha de crédito de 4 bilhões de dólares em 2004 a Angola, atualmente esse valor supera aos 15 bilhões de dólares (CAIN, 2015).

Conhecida como cidade fantasma, Kilamba, não obteve êxito nas vendas dos imóveis devido aos altos valores. O governo angolano foi obrigado subsidiar as condições de venda, pois nem mesmo os funcionários da alta administração conseguiram comprá-los (WATSON, 2014; CAIN, 2015). Além dos subsídios para promover as vendas, o Estado angolano já tinha cedido as terras como contrapartida para a concessionária chinesa realizar a construção. Diante desse arranjo comercial e considerando a latente demanda social por habitações dignas, pode-se inferir que as demandas dos investidores internacionais sobrepõem a garantia dos direitos da população local. Era de se esperar que diante do histórico das dificuldades e debilidades de infraestrutura do espaço urbano, as pessoas criassem uma representação sobre todas essas inéditas propostas de viver, construções como Kilamba, representam uma Angola que está caminhando para um futuro melhor, que de certo modo é o que o governo quer difundir, mesmo não sendo uma realidade concreta para boa parte da população:

⁹ Segundo Power, essa porcentagem em muitos contratos chega ser maior que o estipulado oficialmente (2011, p.1000).

Kaluandas (Luandan residents) do not view the image of Kilamba with disdain, they are entranced by it: they want consistent electricity and water, schools for their children, parks for them to play in, and health care centres where they do not have to wait for hours to be attended to. They want quiet. Unlike a ghost town, Kilamba is thick with dreams, hopes and promises of the future (MOORMAN, 2014, p.132).

Como consequência do crescente aumento de estrangeiros residentes, geralmente representantes das instituições que mantêm investimentos em Angola, e dos altos rendimentos da indústria petrolífera que gerou expressivas remunerações à alta administração do governo e executivos angolanos, tem surgido grandes condomínios de luxo e nichos comerciais financiados e planejados pelas próprias corporações. Tem sido uma expansão urbana planejada e executada pelo setor privado, com o subsídio do poder público, o que acaba por atender aos desejos somente daqueles que possuem renda suficiente para ter acesso a esse tipo de urbanização, ao invés de primar pela funcionalidade da cidade a todos os cidadãos (CAIN, 2015; POWER, 2011):

Até mesmo o desenvolvimento incoerente, insípido e monótono das áreas suburbanas, que continua a prevalecer em muitas partes do mundo, encontrou o seu antídoto no movimento chamado “novo urbanismo”, que enaltece a venda da comunidade e o “estilo boutique” como modo de vida como um produto criado pelos agentes imobiliários para satisfazer os sonhos urbanos. É um mundo em que a ética neoliberal do intenso individualismo, que quer tudo para si, pode transformar-se em um modelo de socialização da personalidade humana.(HARVEY, 2014, p.47)

A expansão dos projetos das cidades tecnológicas e sofisticadas tem gerado um urbanismo especulativo, um movimento global de investimento de excedentes da atividade capitalista preocupado com a manutenção de geração de mais-valia¹⁰, deixando para um segundo plano as demandas populares por políticas mais democráticas de habitação. Segundo Watson, com a saturação do mercado de construções no Leste Asiático, as corporações estão com os horizontes voltados para a África. O capital global tem encontrado no continente fatores vantajosos como o crescimento das economias locais, terra

¹⁰ A expansão urbana, junto a outros redutos de excedentes como o militarismo, “é um meio eficaz de produção e manutenção das mais-valias resultantes da diferença entre a actual renda capitalizada face ao presente uso do seu solo e a renda que potencialmente poderá a vir a ser capitalizada tendo em conta a sua localização central” (Neil Smith, 1979, 1987).

e condições bancárias, infraestrutura e força de trabalho em expansão, além de apoio político das lideranças regionais (WATSON, 2014, p.9) .

Como a classe média africana triplicou nos últimos 30 anos e atualmente é a mais rápida a crescer no mundo, modificou-se o padrão de consumo e a demanda por serviços (CAIN, 2015). Essa demanda está alinhada a uma concepção de moderno, de alto status, de limpeza e bons serviços, longe do que é considerado desorganizado, congestionado e poluído (WATSON, 2014, p.11), é um imaginário mimético fruto de narrativas para promover um padrão de cidades globais, que privilegia um determinado estrato social e relega a maior parte da população a áreas pouco assistidas pelos governos locais. Através dos discursos sobre reabilitação e revitalização urbana, esses projetos sofisticados e tecnológicos criam cidades-produtos que visam à captação de investimentos e a geração de lucros aos empreendedores. São executadas desocupações e demolições das áreas que possuem especulação imobiliária, como os centros urbanos, deslocando a população para regiões mais longínquas dos seus trabalhos e atividades cotidianas. O novo espaço revitalizado somente é acessível àqueles que possuem condições de renda para comprar imóveis e consumir o alto padrão dos serviços e produtos comercializados na cidade vitrine. Ocorre, portanto, a gentrificação do espaço, que constitui o processo de reestruturação urbana baseada na fragmentação seletiva espacial e social, de modo a deslocar um grupo social em favor de outro, a desintegrar uma sociabilidade para a imposição de outra (MENDES, 2011; SMITH, 2007).

É importante notar como esse discurso de urbanidade chamada de neoliberal, articula argumentos como a geração de empregos, o crescimento econômico e as demais vantagens da abertura do mercado regional para os investimentos internacionais, como principais respostas para resolução dos problemas locais. O que parece ser ignorado são os impactos negativos dessa permissividade da esfera pública aos interesses privados nacionais e internacionais em orientar as políticas econômicas e sociais. O Estado ao vincular as receitas públicas às estratégias do setor privado acaba por priorizar um projeto de urbanidade que promove a desterritorialização das populações que sofrem desocupações e têm suas residências demolidas, colocando em cheque não somente o direito de ocupação da terra, mas também negligência

outros direitos, como educação, saúde, lazer, etc, os quais em contexto de recessão ou contingenciamento são os primeiros a sofrerem com as políticas de austeridade (MENDES, 2012). Em síntese, a política urbana atual parece confundir-se com o gerenciamento da produção de uma mercadoria:

O governo urbano orienta-se por um modelo gestor (gestão estratégica importada do meio empresarial) em que o uso dos recursos públicos se faz para atrair investimento, o fornecimento dos serviços passa a fazer-se pelo mercado e pelo sector privado e são valorizadas as parcerias público-privadas (MENDES, 2008, p.21)

Mendes também observa o aprofundamento das desigualdades através de uma dinâmica que contribui mais para a manutenção do enriquecimento das instituições privadas, do que para o atendimento das áreas urbanas mais precárias:

Smith tem denunciado já há algumas décadas, mas sobretudo recentemente, que o discurso “regenerativo” da gentrificação no âmbito de políticas urbanas de valorização da imagem da cidade ainda que vise a fixação da população já existente, a modernização do tecido econômico, o aumento do emprego e o crescimento econômico; a verdade é que não deixa também de funcionar como mecanismo de legitimação do poder instituído e da mobilização de grande investimento público que, em última análise, é desviado do auxílio aos mais carenciados, funcionando como subsídio aos mais ricos (Banca, instituições financeiras, grandes grupos econômicos e de construção civil, empreendedores, governantes, etc.) [...] O autor reconhece que, em larga medida, o desenvolvimento de parcerias público-privado que nesse quadro é frequente se desenhar, constitui um verdadeiro subsídio aos mais ricos, ao tecido empresarial mais poderoso e às funções e relações estratégicas de controle, poder e dominação do espaço urbano, condição fundamental na perpetuação da reprodução do capital, premissa essencial para o suporte do sistema de produção e consumo capitalista. (MENDES, 2011, p. 481).

A adoção desse modelo de desenvolvimento urbano se por um lado é um dos legados da expansão imperialista da época colonial, por outro foi cristalizado por líderes africanos na década de 1960, que acreditavam que o fortalecimento estratégico de algumas cidades em áreas mais pobres poderiam dirimir as desigualdades regionais, bem como, apostavam no fortalecimento político por meio da constituição de capitais a fim de abrigarem a administração pública e para serem palcos das decisões governamentais. Para isso, aproveitaram o oferecimento de financiamentos de baixo custo pelas instituições financeiras internacionais e recorreram a agências internacionais para orientar os novos projetos, o que acarretou em dívidas e no

aprofundamento da relação de dependência. As crises do petróleo nas décadas seguintes acabaram por agravar os entraves para o crescimento econômico (CAIN, 2015).

A partir dos anos 2000, a exportação de *commodities*, principalmente petróleo, teve aumento significativo nos preços, o que favoreceu muitos países africanos exportadores, como Angola, a ampliarem suas atuações no cenário internacional, atraindo investidores e fortalecendo as empresas nacionais. É durante esse período econômico favorável que Cain considera o momento da explosão desse novo urbanismo em África que se refere Watson. Na verdade, é um urbanismo com velhas estruturas, mas com uma nova roupagem de eufemismos para a reengenharia social e territorial do espaço africano.

Essa atual tendência urbana destoa da realidade vivida pela maior parte da população da África Subsaariana, que vive em condições de alta pobreza e em habitações informais. É sabido que a maior parte das populações urbanas em África ocupam residências informais e muitos trabalhadores e trabalhadoras buscam o setor informal como meio de sobrevivência. As condições pelas quais essa informalidade se realiza muitas vezes não são as mais adequadas, porém é o que impede que a pobreza se expanda e que pessoas fiquem sem teto, além de permitir a criação de redes de trabalho que sustentam milhares de famílias. O que se percebe é que uma parte relevante da população africana constrói seu cotidiano entre a cidade globalizada e gentrificada, estruturada para atender as expectativas de uma elite dirigente e das corporações internacionais, e a cidade africanizada, que surge nas fissuras de uma modernização que não atende a completude dos anseios locais, uma cidade gerada a partir da reinvenção das atividades tradicionais para adequação e resistência a um mundo globalizado.

Em Luanda, espaço que o presente trabalho se dedica, verifica-se a emergência dessas características ambivalentes. Uma cidade que está vivendo seu apogeu arquitetônico na era do pós-independência, concomitante a uma dinâmica econômica extremamente dependente das atividades do setor informal. Watson e Cain apontam Luanda como sendo uma das cidades que mais construíram distritos satélites, onde apartamentos foram vendidos por mais de 150 mil dólares cada, contrastante com a intensa expansão das moradias informais.

Para a execução dessas construções foi necessária a expulsão de centenas de milhares de famílias das regiões centrais e suburbanas da cidade. É uma expansão que não esconde o caráter segregador e excludente, pois as famílias que são desalojadas vão para regiões distantes do centro urbano e os antigos musseques¹¹ dão espaço às construções de empreendimentos sofisticados como o projeto *Luanda New City Centre Infrastructure*¹² e *Boa Vista Sambizanga Park*¹³, elaboradas pelo grupo de consultoria libanesa Dar Al-Handasah Shair¹⁴. Essa mesma companhia é responsável por desenvolver uma nova cidade em áreas de realocação há quilômetros de distância de Luanda, destinado aos desalojados pelos novos empreendimentos. O plano é a edificação de uma nova cidade ao norte de Luanda, denominada Sassa Bengo, onde estão sendo construídas casas pequenas, verdadeiras “matchbox”, bem distantes das oportunidades de trabalho (WATSON, 2014,p.6-7).

A organização não governamental SOS Habitat Angola é uma instituição que busca auxiliar juridicamente as famílias vítimas de desocupações, além de denunciar as negligências cometidas pelo governo à questão de habitação. Por meio de vídeos na rede social youtube, a SOS Habitat publica depoimentos de famílias que foram realocadas para bairros populares longínquos construídos pelas empreiteiras estrangeiras com o aval do governo angolano, dentre elas a brasileira Odebrecht. A situação dos bairros, ainda que tenha casas novas construídas, é precária, não há água, não há saneamento, não há energia elétrica, não há coleta de lixo, não há transporte para as zonas centrais onde há trabalho. Um exemplo¹⁵ é o que ocorreu à população do Bonde Chapéu, que foi demolido em 2008 e as 700 famílias foram alojadas em tendas provisórias até julho de 2013, quando as casas foram entregues no Zango 3. A maior reclamação relatada nos depoimentos é a quantidade insuficiente de

¹¹ Musseque palavra de origem quimbundo que significa areia vermelha. É a denominação dada às construções informais nas regiões periféricas de Luanda, onde não havia asfalto.

¹² Disponível em: <http://dar.dargroup.com/Projects/Luanda-New-City-Centre-Infrastructure> - Acessado 22/03/2016

¹³ Disponível em: <http://dar.dargroup.com/Projects/Boavista-Sambizanga-Park> - Acessado 22/03/2016

¹⁴ Companhia Dar Al-Handasah Shair é uma organização de consultoria multidisciplinar na área de arquitetura, engenharia, planejamento, meio ambiente e gerenciamento de projetos, possui sedes em Beirute, Londres, Cairo, Amã e Pune.

¹⁵ Os depoimentos estão disponíveis por meio do endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=09KcSHq1t0c>, pelo canal da SOS Habitat Angola, acessado em 22/03/2016.

residências, as quais estavam sendo divididas entre 5 a 10 famílias em uma casa com cerca de 60 m², bem como a falta de saneamento básico, energia elétrica, postos de saúde e escolas, condições mínimas para retomarem seus cotidianos. O que se percebe é a ação do poder público em prol dos investimentos privados e a ausência de vontade política em construir nessas regiões equipamentos públicos para garantir o mínimo de salubridade e qualidade de vida.

Não é difícil encontrar reportagens que atribuem a Luanda o título de cidade mais cara do mundo. Segundo grupo de consultoria Mercer, que divulga anualmente um ranking das 200 cidades mais caras do mundo para estrangeiros, a capital angolana tem permanecido entre as primeiras posições, juntamente com cidades asiáticas como Hong Kong e Singapura, ou europeias como Zurique e Genebra. O custo em média do aluguel de um imóvel simples em Luanda para um estrangeiro gira em torno de 10 a 30 mil dólares mensais, e as compras nos supermercados acabam sendo muito mais caras que a praticada no comércio popular. Tem se verificado a expansão de uma Luanda voltada para os funcionários do alto escalão, executivos e empresários das petrolíferas, mineradoras de diamante e conglomerados de exportação e importação, nacionais e estrangeiros, que querem estabelecer uma qualidade de vida semelhante aos padrões europeus, em um país onde a maior parte da população vive com uma média de 2 dólares por dia.

Esses projetos urbanos que tem se instalado em Luanda, e em outras regiões de Angola, vem com uma proposta que não se restringe a reorganização espacial, estende-se ao modo como os habitantes produzem suas vidas, como se relacionam com a cidade e constroem sociabilidades. Com vistas a atender essa visão urbana, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) tem intensificado não somente as ações de expulsão da população residente em musseques, como tem frequentemente inibido o trabalho informal nas principais vias da cidade, com a alegação de preservação estética e de limpeza da urbe. Ao considerar que mais de 75%¹⁶ da população de Luanda reside em musseques, que 51%¹⁷ da população urbana de Angola

¹⁶ Segundo dados apresentados pela Development Workshop, 2008 – Disponível em: <http://forum.angonet.org/painel-de-dados/> - Acessado em: 10/03/2015.

¹⁷ Segundo dados apresentados pela Development Workshop em 2009, apud UNCTAD, 2013.

depende da economia informal para sobreviver e que 60 %¹⁸ da economia angolana gira em torno do setor informal, pode-se perceber que as ações governamentais de gerenciamento territorial e fiscalização do trabalho informal têm atendido aos interesses de um específico grupo dominante em detrimento das demandas populares.

Segundo Lefebvre (2001) o direito à cidade consiste no direito da população de habitar, de trabalhar, de viver em um espaço onde possa desenvolver plenamente seu cotidiano. Pelas lentes de Harvey, ao expandir a concepção de Lefebvre, o direito à cidade consiste no poder de produção dos processos de urbanização, um direito que tem sido exercido pelos conglomerados empresariais a fim de angariar maiores rendimentos, apoiados por governos partidários da lógica neoliberal e individualista de ocupação do espaço:

O direito à cidade como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos (HARVEY,2014, p.63).

A informalidade nessa discussão acerca da urbanidade surge como sobrevivência e resistência. Sobrevivência, pois a população cria meios para garantir a manutenção dos meios de vida em um contexto de adversidades, e resistência, pois mesmo diante de medidas governamentais para inibir a participação social na construção do espaço, os sujeitos continuam a trabalhar e ocupar as ruas e terrenos, imprimindo seu modo de viver no mundo. Portanto, pode se pensar na ideia de que a informalidade em Luanda poderá constituir um dos meios de se reivindicar o direito à cidade, o direito à vida urbana. Lembro aqui a ideia de como as populações buscam reinventar se auto-organizando:

Se os bens públicos oferecidos pelo Estado diminuem ou se transformam em um mero instrumento para a acumulação privada (como vem acontecendo com a educação), e se o Estado deixa de oferecê-los, então só há uma resposta possível, que é as populações se auto-organizarem para oferecerem-se seus próprios comuns (HARVEY,2014, p.167).

¹⁸ Informações disponíveis em: <http://opais.co.ao/mercado-informal-representa-60-da-economia/> - Acessado em: 10/03/2016

A auto-organização como resposta popular aos obstáculos do cotidiano urbano tem despertado uma nova visão sobre as cidades africanas, como exposto pelo urbanista Abdou Maliq Simone sobre as cidades do sul global: Há algo acontecendo, esforços estão sendo feitos, trazendo novos meios de ganhar a vida, de ajudar outras pessoas e criar cidades interessantes (SIMONE, 2011). A informalidade faz parte do conjunto popular de auto-organização, é um meio de apropriação e de produção do espaço:

[...] informality is an inclusively spacial political, professional and economic category that acts in a given political situation. It has a profound historical dimension. It is a way of interaction between two methods, a mode of organization and policy management, of space occupation and of economic activity (ROBSON, 2001, p.255).

A informalidade e a estrutura hegemônica configuram uma relação ambivalente de disputa e complementaridade. Antes de debruçarmos na informalidade em Luanda praticada pelas zungueiras, estudaremos as projeções e as construções do desenvolvimento urbano da capital angolana, a fim de entendermos os processos de exclusão e resistência.

1.3. Luanda: o espaço disciplinado entre o passado e o presente

Originária de um entreposto comercial e um centro político-administrativo-militar (1576), onde os estrangeiros se estabeleciam para efetivarem as negociações e as trocas de mercadorias, Luanda intermediava sertão e mar, e como tal desse lugar o espaço urbano foi delimitado em áreas, cidade baixa e alta, compreendendo a primeira no centro comercial e habitações africanas, já a segunda, servindo de centros religioso e administrativo. A planta da cidade em 1775 apresenta profundas modificações com as construções religiosas e militares, a ocupação se ampliava não somente pelo meio físico, mas também pelo simbólico. Os arranjos urbanos que eram nomeados em kimbundu, sofreram alterações para nomes e referenciais portugueses, de modo que a cidade-feitoria passasse então por uma mudança toponímica (MOURÃO, 1999, p.207).

Além dos esforços da administração portuguesa para o enquadramento da cidade-porto a um modelo europeu de organização, os temores também eram em torno das eminentes epidemias e da escassez dos produtos básicos à sobrevivência, já que o clima árido dificultava o cultivo de alimentos

(PANTOJA, 2012). O segmento de abastecimento em Luanda foi central para os interesses dos africanos, que se dedicaram principalmente à comercialização de mercadorias de subsistência e alimentos populares como farinha e peixe seco. Os mercados e quitandas¹⁹ eram predominantemente articulados pelas africanas (PANTOJA, 2012), que já praticavam esse tipo de comércio na região antes da influência portuguesa. No Ndongo, reino vigente na região anterior a chegada dos portugueses, as feiras eram práticas comuns entre os povoados para a promoção de permutas “de bens alimentares, de metais, de panos, de rafia, de animais, sendo o sal utilizado como moeda padrão” (SILVA, 1997 apud FREUDENTHAL, 2014, p.79). As feiras e quitandas em Luanda surgem, portanto, como adaptações dos antigos costumes africanos ao espaço urbano criado.

Atores desse espaço, as quitandeiras produziam o cenário da cidade-porto juntamente com as intervenções portuguesas e as demais atividades africanas. As quitandeiras, como veremos no capítulo II, são parte dessa dinâmica do espaço criado a partir da localidade, nas franjas da cidade disciplinada e que dão origem a prática das zungueiras, que são os sujeitos desse estudo. Na virada do século XIX para o XX as transformações urbanas levaram a atividade da quitanda para áreas periféricas da cidade colonial, a atividade foi regulamentada pela câmara e as comerciantes foram obrigadas a pagarem taxas para ocuparem lugares nos mercados municipais. O controle da produção do espaço intensificou-se com a obrigatoriedade da expedição da licença para o comércio de rua (PANTOJA, 2000; SANTOS, 2010). A seguir verificaremos que conforme o domínio português se consolidava e a relevância econômica de Luanda crescia, aumentavam-se em razões diretamente proporcionais os esforços para expelir as práticas e signos africanos da cidade.

Em meados do século XIX, Luanda foi atingida por uma forte crise econômica por causa do Acordo de Extinção do Tráfico de Escravos (1836), que ocasionou a emigração de grande parte da população portuguesa que se beneficiava de tal atividade. Dessa forma, uma fração de africanos letrados

¹⁹Do quimbundo, a palavra quitanda significa mercados e feiras e quem trabalha nesse ofício são denominadas quitandeiras. Estas podem trabalhar fixadas em bancas e mercados ou serem ambulantes. Para ler mais sobre o assunto ver Pantoja, *Quitandas e quitandeiras: história e deslocamento na nova lógica do espaço em Luanda*.

passou a ocupar e participar amplamente da administração e das tomadas de decisões da cidade-porto. Dá-se o início a autoconscientização da colônia²⁰, promovida por uma pequena porção, que são chamadas por alguns estudiosos de elite angolana. Macedo (2008, p.107) ao evocar Pepetela (2003), expõe que a elite mestiça que emergia do declínio da cidade, do mesmo modo que advogava pela autonomia e liberdade, não se opunham às guerras travadas por portugueses contra os reinos do interior. A população mestiça que constituía, de certa forma, essa elite africana, era "uma mescla muito especial entre elementos ligados ao contexto africano, geralmente chamado de tradicionais, e os de origem europeia, que por vezes são identificados como modernos" (BITTENCOURT, 1999 apud MACEDO, 2008, p.106), uma elite letrada e com canais de influência. Porém, a ascensão da pequena burguesia africana foi freada nas últimas décadas do século XIX, através de medidas segregadoras que compunham a estratégia da política colonial de manter a hegemonia sobre o território em um momento de reaquecimento dos portos de Luanda (CHAVES, 1999 apud MACEDO 2008, p.108).

Mesmo com o declínio da colônia, Portugal não deixou de dedicar seus esforços para a consolidação de uma nova base econômica: a exploração da terra para produção de matéria-prima (JENKINS, 2011, p. 143). Essa política econômica foi fortalecida com o "*Scramble for Africa*" e a Conferência de Berlim (1884 - 1885), cuja finalidade imperialista foi a divisão da África de acordo com os interesses das potências europeias e a expansão da exploração para o interior do continente, decisões que ratificaram o domínio de Portugal (JENKINS;ROBSON;CAIN, 2002, p.118).

O intuito de intensificar a agricultura de mercado e de exportação provocou um novo fluxo migratório da metrópole para a *cidade colonizada*²¹, porém com uma população majoritariamente africana, fenômeno que desencadeou nos últimos anos do século XIX profundas transformações na configuração urbana de Luanda. Os portugueses que se instalavam na

²⁰Para Macedo (2008, p. 33) meados do século XIX se inicia um forte nativismo por parte dessa elite e o primeiro momento que constitui a autoconsciência da colônia.

²¹Denominação atribuída a Luanda no auge do colonialismo e ocupação europeia no final do século XIX por Tânia Macedo no livro "Luanda: Cidade e Literatura", o qual a autora descreve três momentos da cidade : Cidade do Além-Mar, Cidade Colonizada e Cidade Re-africanizada.

emergente urbe, tentavam aproximá-la ao máximo do seu *modus vivendi* na metrópole (MACEDO,2008, p.87). Com isso, o cenário que era composto pelas práticas africanas de comércio, pela população mestiça e pelas casas africanas com habitantes majoritariamente africanos, foi empurrado para as margens da nova extensão europeia:

Foi justamente na virada do século XIX e XX, que a cidade de Luanda passou por um reconstrução de seu espaço urbano. Remodelando o seu aspecto físico com cuidados com a higiene e aparência, construindo largos e praças, o governo colonial preparava as reformas que tencionavam criar o projeto civilizador na África. [...] Alguns lugares da cidade foram transformados em pontos privilegiados. Mercados e feiras acabaram transferidos para bairros mais periféricos, ou foram construídos novos edifícios dentro da lógica urbana colonial e sob os princípios da Câmara Municipal (Pantoja, 2000:182). As quitadeiras que não conseguiam pagar o preço de um espaço nas novas quitandas tiveram que mudar para a periferia da cidade. Outras se mantiveram como ambulantes no centro do espaço urbano luandense (Pantoja, 2000:2-3). (PANTOJA, 2008, p.128)

As epidemias de varíola em 1856 e 1864 justificaram uma série de medidas de higienização em nome das conveniências urbanísticas, que promoveram a destruição de diversos bairros africanos localizados na região tradicional de Luanda (MOURÃO, 1999, p. 210 - 211). O processo de higienização e de planejamento urbano imposto à Luanda acompanhava um movimento urbanístico que se iniciou em meados do século XIX e atingiu também várias cidades latinas. No Brasil o movimento impactou primeiramente a estrutura da cidade do Rio de Janeiro e Salvador, irradiando no século XX para demais cidades importantes como São Paulo, Porto Alegre e Belém (FOLLIN, 2004). Associaram a pobreza e hábitos tidos como tradicionais à insalubridade, a ideologia de higienização urbana não se preocupou apenas com a erradicação de doenças infecciosas, mas também com a exclusão de todos os elementos sociais que remetiam ao não-moderno, uma visão dicotômica que interpretou como antagônicos o modelo europeu e as tradições locais (FOLLIS, 2004). Em síntese, a “higienização tornou-se o mais eficaz elemento ideológico capaz de motivar e justificar reformas modernizadoras que transformariam paisagens urbanas” (FOLLIS, 2004, p.23). Segundo Foucault, ao se conceber o espaço urbano como domínio e extensão do poder, a preocupação centraliza-se na "organização do corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependente de um poder único e bem regulamentado"

(FOUCAULT, 1979, p.86). Assim, o processo também aparece em África, a medida que Luanda passava a ter relevância econômica e estratégica para o comércio, a presença de grupos divergentes era uma ameaça a essa ordem. Sob essa perspectiva, entende-se que a principal função da institucionalização de um projeto de higienização, nasce como tática de disciplinar os espaços e as pessoas.

A modernização dos espaços urbanos parte da demanda de adequação de sua estrutura à sociedade capitalista-industrializada, de modo a proporcionar meios para o alcance do progresso e para o controle social. Nesse sentido o exemplo maior a ser copiado para as cidades do Sul foi, sem dúvida, Paris. Entre os anos de 1853 e 1870 Paris sofreu grande mudança no seu tecido urbano graças ao prefeito George-Eugène Haussmann, que sob o comando de Luís Napoleão III, impôs novas estratégias arquitetônicas, principalmente a destruição de casas insalubres no centro de Paris para abertura de ruas e avenidas, como também contribuiu para o estabelecimento de um novo padrão de vida. Paris ficou conhecida como a cidade modelo da modernização, a cidade que conseguiu se adaptar às novas condições econômicas e sociais da nova sociedade burguesa (PINHEIRO, 2011, p.86). Haussmannização, que remete ao seu idealizador, foi a denominação atribuída ao modo de pensar a cidade voltada para o progresso, por meio da destruição de espaços insalubres ou incompatíveis com a ideia de modernidade (PINHEIRO, 2011, p.67). Sobre a haussmannização, Benjamin chama a atenção para uma organização urbana de Paris que atendeu a uma estratégia política de evitar os motinhos populares, obedeceu a uma lógica econômica na qual as malhas viárias da cidade fossem organizadas para se conectarem as estações ferroviárias, principal portal de saída e entrada de pessoas e mercadorias da cidade, e, principalmente, causou o sentimento de desenraizamento da população que vivia na capital francesa antes de sua boulevardização (BENJAMIN, 2007). Luanda, não fugiu dessa tendência e será atingida na medida da sua condição de cidade colonizada. O governo colonial português que priorizava a ocupação da zona central de Luanda por europeus, passou, como em outros centros urbanos na América Latina, a implementar medidas próximas à política haussmanniana na cidade baixa, o que expulsou os africanos do mercado de trabalho e dos grandes empreendimentos, e ao

serem expulsos para as bordas da cidade, suas casas foram destruídas, levando muitos a habitarem os musseques²² (JENKINS;ROBSON;CAIN, 2002, p.118). Benjamin (2007, p.49), ao analisar o processo de urbanização da cidade de Paris, salientou o sentimento de desenraizamento e perda de identidade da população que vivia na capital francesa antes de sua boulevardização, descrição que se assemelha ao que os negros e mestiços sofreram quando expulsos das cubatas e casarios localizados entre a cidade baixa e a cidade alta. O fortalecimento da administração colonial, implantada pelo governador-geral da província Norton de Matos em 1912 acabou por enfatizar e aprofundar a discriminação e hierarquização social entre colonos, mestiços e nativos, ou respectivamente, civilizados, assimilados e indígenas. A classificação social imprimiu uma estrutura de poder nos cargos administrativos da colônia e na ocupação geográfica do território luandense, de modo que todas as referências do espaço africanizado fosse expelido para áreas periféricas da cidade-porto (HENRIQUES, 2003; RODRIGUES,1999 apud VIEGAS, 2015). Os anos de 1950 foram denominados por alguns autores como década do apartheid angolano, devido à consolidação de um regime segregacionista que disciplinava o espaço e as atividades sociais por meio do Estatuto dos Indígenas da Guiné, Angola e Moçambique (Decreto-Lei nº39.666/54), que excluía negros e mestiços de lugares de liderança e direito a serviços como educação, por considerá-los cidadãos de segunda classe.

“A cidade era um espelho da sociedade colonial, do regime do indigenato e dos seus instrumentos oficiais de discriminação racial”. (VIEGAS, 2015, p. 62). Além da intensificação das atividades urbanas, a apropriação das terras cultiváveis pelos colonizadores atraíram muitos africanos das zonas rurais a habitarem na cidade em busca de empregos. Como o centro urbano de Luanda era destinado aos brancos, esse novo contingente ocupou os musseques. Entre as décadas de 1960 e 1970 o número de europeus que habitavam em Luanda aumentou, graças às políticas portuguesas de incentivo à ocupação e enraizamento de brancos nas colônias. Esse crescimento demográfico fez com que boa parte dos negros e mestiços fossem cada vez

²²Musseque palavra de origem quimbundo que significa areia vermelha, é a denominação dada as construções informais nas regiões periféricas de Luanda, onde não havia asfalto.

mais empurrados para as zonas periféricas, ocorrendo a gentrificação do espaço, especulação financeira dos terrenos e subida dos aluguéis das habitações.

A intensificação das políticas de branqueamento aprofundou o abismo social entre colonizadores e os africanos que ficaram excluídos do processo de urbanização (MACEDO, 2008, p.116). O objetivo do sistema colonial para efetivar seu domínio, era minar as instituições que pudessem de alguma forma representar a autonomia e organização africana, é o que deixa claro a recomendação de Norton de Matos:

“(...) a ocupação de um território habitado por povos de civilização consideravelmente inferior à nação ocupadora, faz-se em duas épocas sucessivas. Na primeira tem de se substituir a soberania dos indígenas pela do ocupante. Na segunda implanta-se a civilização do novo soberano” (NORTON DE MATOS, 1948, p.128 apud MOURÃO, 2006).

As medidas para inviabilizar as feiras e quitandas, as expulsões sistemáticas dos negros e mestiços para regiões periféricas, a imposição da língua portuguesa e a inferiorização cultural dos africanos relegaram o *modus vivendi* africano à informalidade, que neste contexto surge como uma rede de sobrevivência e resistência às investidas de controle dos espaços e dos corpos na colônia. A desvalorização das atividades locais tidas como tradicionais foi um dos principais legados de subjugação da colonização portuguesa na Angola independente.

A luta pela independência começou a dar seus passos expressivos com a formação de organizações políticas e militares pela libertação, como o MPLA (Movimento pela Libertação de Angola) em 1961, em Luanda, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) fundada em 1966, em Huambo, e o FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola, que surgiu em 1954 com o nome de União das Populações do Norte de Angola. O cinema desempenhou papel chave para legitimar a luta colonial internacionalmente e serviu como meio para o MPLA se projetar enquanto legítimo representante da luta dos angolanos (MOORMAN, 2001, p.111). A música também foi relevante, muitos sambas emergiram dos musseques, lugar por excelência da resistência angolana, foi um forte instrumento para a coesão nacional e criação da angolanidade frente às imposições do domínio português durante a luta

colonial. Após a independência esses aparatos culturais e políticos de resistência e luta foram apropriados pelo Estado (MOORMAN, 2008). Após o Acordo de Alvor entre os líderes dos três movimentos pela libertação e o governo português, a independência foi proclamada pelas organizações políticas angolanas em 11 de novembro de 1975. Nos anos seguintes à libertação, a migração das áreas rurais para Luanda foi gradual e crescente. Com o fim do domínio português a agricultura para a exportação também entrou em colapso, assim aquela população que fora recrutada para trabalhar nas plantações de algodão e café, vai buscar as cidades como refúgio e novo meio de vida. A maior parte dessa população era proveniente do *plateau* central de Angola, em sua maioria do grupo étnico Ovimbundu (ROBSON, 2001, p. 253). Parte da população bakongo que ficou exilada em Kinshasa, capital da República Democrática do Congo, apoiou a insurreição contra os portugueses e após a independência retornou para Luanda e não para as suas zonas rurais de origem. Robson explica que a experiência urbana dos bakongos em Kinshasa, influenciou fortemente em seu modo de organização e escolha pela cidade de Luanda (ROBSON, 2001, p.254).

Com a independência, o MPLA reivindica a liderança nacional:

O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) é fruto da agitação anticolonial iniciada em finais da década de 1940 e ampliada nos anos 1950. Formou-se a partir de duas correntes nacionalistas, constituídas pelos que estavam na colônia, principalmente em Luanda e Benguela e nas suas proximidades (que ficariam conhecidos como “os do interior”), próximos, portanto aos pontos mais antigos da colonização, e pelos que estavam na metrópole ou em outros países da Europa ou ainda, mais raramente, da África (“os do exterior”), mostrando desde o início uma composição que se revelaria explosiva em vários momentos de sua história. Os grupos que militavam nessas cidades traduziam caminhos e “vínculos de solidariedade” diferenciados, divididos pela classificação de cor, pela ocupação profissional, pela localização no espaço urbano, pela religião, além de outros filtros menos explícitos (BITTENCOURT, 2005, p.2).

Alguns fatores contribuíram para que o MPLA tomasse a frente do país, em detrimento das demais organizações pró-libertação. A emergência do movimento próximo às localizações mais antigas das estruturas da administração colonial, o maior contato com os grupos imigrantes ou transitórios europeus e africanos, bem como sua composição com expressiva participação de funcionários públicos, universitários, intelectuais e operários (BITTENCOURT, 2005), foram determinantes para a visibilidade do MPLA

internacionalmente e na representação da síntese dos valores da libertação nacional. Contrários à instituição do poder do MPLA, a UNITA e o FNLA juntam-se e promovem, com o apoio da África do Sul e dos Estados Unidos, um dos maiores conflitos civis da Guerra Fria.

A guerra civil desdobrou o deslocamento forçado de grande parte da população rural para o meio urbano, principalmente para cidade de Luanda, cujo espaço era militarmente protegido, porém desprovido de estrutura governamental e física para comportar o grande fluxo migratório. A maior parte da população que se refugiou em Luanda, devido às ameaças do conflito armado, incorporou-se na estrutura informal da cidade, através dos trabalhos informais e pela busca de habitações nos musseques em expansão. A cidade que anteriormente tinha sido planejada para 500 mil pessoas, passa a comportar 2 milhões de refugiados. Em 2002, quando se deu o fim do conflito com a rendição da UNITA, tinha-se a ideia que o contingente populacional deslocado pela guerra, retornaria as suas respectivas regiões. Porém, essa população manteve-se em Luanda, uma vez que já tinha estruturado famílias e fixado moradia e trabalho. Atualmente a província de Luanda conta com cerca de 6,5 milhões de habitantes, que residem nos municípios de Luanda, Cazenga, Cacuaco, Viana, Belas, Quiçama e Icolo e Bengo. Somente o município de Luanda conta com cerca de 2,1 milhões de habitantes, subdivididos entre distritos, os mais famosos e tradicionais são de Ingombota, Rangel, Maianga, Cassequel, Prenda, Rocha Pinto, Sambizanga, Samba, Kilamba Kiaxi, dentre outros estabelecidos mais recentemente pela administração. Ao tratar de Luanda, é inevitável não considerar os municípios satélites. Os municípios de Viana e Cacuaco, por exemplo, foram planejados nos anos de 1970 por uma consultoria francesa, contratada pelo governo colonial, para assentar a população negra e pobre que residia no centro de Luanda (VIEGAS, 2015). Além de boa parte desses municípios serem fruto da expansão desordenada de Luanda, a maior parte da população residentes neles frequentam Luanda por causa do trabalho, da compra de mercadorias, pelos clientes e serviços públicos. Desse modo, o presente trabalho refere-se a Luanda, considerando os demais espaços administrativos circunvizinhos que igualmente são impactados pelo processo de urbanização da capital.



Mapa 1. Cidade de Luanda. Fonte: Blog Suburbano digital²³

Atualmente a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) é responsável pela organização e fiscalização urbana e está diretamente vinculada ao Governo da Província de Luanda, que estabelece as normativas. A CACL tem executado as principais medidas de desapropriação de musseques e retiradas dos vendedores ambulantes das ruas de Luanda. Segundo as autoridades da comissão a atividade informal é contrastante com o projeto de requalificação do centro urbano de Luanda, que consiste não apenas em primar pela estética urbana como pelo aspecto higio-sanitário. Não

²³ Disponível em: <http://suburbanodigital.blogspot.com.br/2014/08/mapa-distritos-urbanos-do-municipio-de-luanda-angola.html> Acessado em: 15/04/2016

somente as atividades informais, mas algumas das antigas construções da época colonial também não fazem parte dessa modernização do espaço, o mercado de Kinaxixe, por exemplo, um dos marcos da arquitetura tropical, com ventilação cruzada e alto pé direito, um verdadeiro monumento arquitetônico luso-angolano, pensado em 1950/1952 por Vasco Vieira da Costa, foi destruído em 2008 para a construção de um *shopping center* (CORREIA, 2012). A substituição do mercado popular faz nos refletir sobre a mudança de Luanda consistir em algo além do aspecto estético, demonstra a vontade de deixar para trás um passado e uma mudança nos valores de consumo e ocupação do espaço público.

Além dos órgãos responsáveis pelo espaço urbano de Luanda, há o Instituto de Planejamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), órgão autônomo pertencente ao governo da Província de Luanda. O trabalho do IPGUL consiste na investigação e na coordenação dos projetos de ordenamento e gestão territorial de Luanda. Dentre as publicações do instituto está a Revista IPGUL, pela qual se pode entender os planos governamentais a serem implantados na Província. Na edição Nº3 de 2010, o editorial explica como o crescimento desordenado da habitação acaba por impactar negativamente o transporte, a rede de saneamento básico, a saúde e o meio ambiente, os argumentos são utilizados para defender o novo Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda como solução para frear esse fenômeno. Segundo o editorial, o plano diretor visa projetar Luanda como cidade mundial, através de ações estratégicas para rearranjar o espaço urbano: novas áreas de expansão urbana, requalificação e regeneração urbana das vastas áreas da cidade informal, e a reabilitação do centro (zona antiga da cidade de Luanda) (IPGUL, 2010, p. 25). O principal slogan é a concretização da Luanda do século XXI, economicamente competitiva, socialmente justa e ambientalmente sustentável (IPGUL, 2010, p.12). A conclusão do plano diretor está prevista para 2030, a empresa responsável pela execução é a Urbinvest, definida em 2015, para iniciar os trabalhos a partir de 2016.

As posições defendidas pelos editoriais da Revista IPGUL e em muitas de suas reportagens, bem como, nas ideias alicerces do Plano Diretor Geral Metropolitano, parece se identificar em muito com os projetos de modernização urbana arquitetados pelo capital-financeiro global que é a construção de

estruturas sofisticadas e tecnológicas, inseridas em centros urbanos requalificados ou em condomínios fechados. Segundo alguns estudiosos que analisam essa questão, a maior parte é da opinião de que Luanda necessita de um projeto de urbanização que proporcione melhor qualidade de vida a seus habitantes, o que também considero extremamente relevante. O grande problema, que posso induzir a partir das leituras, é como esses novos modelos de urbanização poderão ter um caráter integrador e democrático, alinhados a uma lógica de higienização das práticas locais de sobrevivência e construções de habitações com valores inacessíveis, como Kilamba, ou com falta de estrutura como Zango 3, em Viana?

A partir desse breve histórico acerca das ideias que moldaram e moldam a construção de Luanda, podem-se verificar duas esferas que a compõem, a primeira diz respeito a um encontro passado-presente de um legado colonial e de uma governabilidade nacional que integrou Luanda num importante circuito de metrópoles africanas e pouco mudou as desigualdades no acesso urbano. A outra esfera apresenta uma cidade construída de modo popular, que por meio da informalidade criam uma dinâmica local de sobrevivência.

Como exposto, a informalidade não está vinculada a uma questão estritamente econômica, mas também possui raízes nas formas africanas de construir sua cotidianidade, que foram, durante a colonização, sumariamente negadas e desvalorizadas. O que levanta a reflexão sobre como a declaração de independência não foi suficiente para cindir com os discursos de estigmatização cultural e a visão social dicotômica entre práticas tradicionais e modernas, reproduções discursivas que excluíram iniciativas provenientes das heranças africanas e que poderiam ser articuladoras de processos de transformação em diferentes contextos locais (RODRIGUES, 2007, p.17).

Dessa forma, interpreto que muitos elementos que compõem a informalidade produzida atualmente em Luanda é a realização da resistência em prol da sobrevivência, tanto fisiológica como identitária. Assim, as transformações urbanas que disciplinam ou inibem a prática da informalidade, transformam as lentes de como as pessoas se veem enquanto sujeitos no mundo.

produção de aproximadamente 1,78 milhões de barris por dia²⁵, é o maior exportador de petróleo da África, passando recentemente a antiga líder Nigéria, segundo o relatório da OPEP (Organização de Países Exportadores de Petróleo) divulgado em março de 2016. Localizada na África Austral, o país hoje se coloca como um dos líderes regionais, e assim como outros grandes países do continente que possuem economias estruturadas e competitivas, busca maior espaço na arena global de decisão. Pode-se considerar o petróleo como principal combustível para o crescimento angolano na última década, sendo a principal pauta de exportação do país, é o que estruturalmente sustenta a máquina pública. A extração do petróleo em Angola data desde o final do período da colonização, herdou-se do colonialismo português as relações com o capital internacional, cujo interesse era, sobretudo, a venda do petróleo e dos minérios angolanos. Mesmo durante a Guerra Fria, com alianças pró-soviéticas, Angola manteve relações com países do bloco capitalista para venda de petróleo (MENEZES, 2000). Os primeiros anos da primeira república (1975-1992) foram marcados pelo nacionalismo e substituição de importações, a estratégia era que as empresas estatais abastecessem o mercado nacional e que as exportações de petróleo aumentassem os rendimentos do Estado, já que era a principal fonte de captação de dinheiro estrangeiro. Em 1983, foi estabelecido o Plano Global de Emergência, cujo objetivo era estabelecer uma política de austeridade, de modo a priorizar quatro objetivos: a primeira consistia em canalizar os recursos financeiros no aumento da produção do petróleo e diamante, o segundo era o fortalecimento da Defesa, o terceiro era aumentar a produção agrícola e por último executar a reabilitação econômica (FERREIRA, 1993/1994, p.137). Já em 1985, o II Congresso do MPLA reestabelece as prioridades econômicas, colocando a economia nacional em função do setor militar. A defesa passou a ser a principal prioridade dos investimentos e a economia voltou-se toda para a exportação do petróleo, pois acreditavam que proporcionaria maiores ganhos, porém as demandas sociais novamente foram marginalizadas (FERREIRA, 1993/1994). Essa decisão

²⁵ Publicado pelo jornal eletrônico SAPO na reportagem intitulada: Angola ultrapassa a Nigéria e torna-se o principal produtor de petróleo de África. Disponível em: <http://tpa.sapo.ao/noticias/economia/angola-ultrapassa-a-nigeria-e-torna-se-o-principal-produtor-de-petroleo-de-africa> - Acessado em 20/05/2016.

juntamente ao agravamento do conflito armado que transformou a zona rural em um campo de batalha, foram suficientes para sucatear e paralisar as indústrias estatais e minar a produção agrícola. Em 1986, para surpresa dos líderes angolanos, ocorreu uma brusca queda dos preços do petróleo no mercado internacional, o que acabou prejudicando ainda mais o cenário de insegurança econômica e social.

Como resposta, as autoridades angolanas elaboraram o Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), em 1987, para ser apresentado ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial. Esse contexto marca a transição da economia planificada para a economia de mercado, bem como, a aproximação das diretrizes governamentais angolanas às instituições multilaterais, de modo que todas as estratégias políticas e econômicas passassem a se adaptar às reformas de cunho neoliberal. O crescimento das práticas *candongas*²⁶, ou economia informal, ocorreram nessa conjuntura de um mercado regulado pelo Estado, incapaz de abastecer o país e gerar empregos formais. Como explicado por Santos, as atividades informais já existiam desde a época colonial, porém integrava um nicho social de menor relevância, composta por “artesãos, trabalhadores qualificados e comerciantes retalhistas que vendiam no mercado regulamentado para venda” (SANTOS, 2010, p.71). É a partir da crise da indústria manufatureira e da agricultura comercial, baseada na produção de café, que a economia informal adquire maior expressividade e os mercados e praças paralelas passam a representar a real dinâmica popular de compras angolanas, atraindo não somente a força de trabalho dos desempregados e refugiados, como também, de funcionários públicos que enxergavam o setor como uma segunda fonte de renda.

A segunda república, que compreende o período de 1992 a 2002, foi marcada por um conflito ainda mais violento. A abertura econômica implicou na adoção dos discursos da nova ordem mundial e obrigou Angola a dar seus primeiros passos rumo a uma democracia multipartidária. Foram convocadas eleições para presidência em 1992, as quais foram vencidas pelo MPLA, partido que estava a frente do poder desde a independência. Com o argumento

²⁶Candonga, palavra de origem kimbundu que significa negócios ilegais e clandestinos, essa denominação era atribuída a todas as práticas paralelas que se proliferavam no mercado nos anos de 1970.

que as eleições tinham sido fraudadas, Jonas Savimbi, líder da UNITA, partido da oposição, encerra o acordo de paz e dá início novamente ao conflito. Os anos seguintes foram marcados pelo deslocamento interno da população, que fugia das zonas de conflito, pelo crescimento da pobreza, de 60% para 68%, e da pobreza extrema que dobrou de 13% para 26%, no período de 1995 a 2001 (SOUSA, ADAUTA, 1996, apud SANTOS, 2010):

Durante o período de conflito, a dinâmica do mercado de trabalho em Angola foi grandemente afetada. A guerra trouxe a desestruturação econômica e social do país, afetando primeiramente, e sobremaneira, as zonas rurais onde até então vivia cerca de 70% da população angolana, sendo que por altura da independência se estimava que 60% de toda a força de trabalho angolana trabalhava na agricultura. O conflito armado interrompeu as atividades agrícolas, levou ao encerramento da maioria do parque industrial, à destruição de pontes, estradas, barragens e caminhos-de-ferro e à ruptura gradual do sistema de saúde e de educação (PEREIRA, 2004). (SANTOS, 2010, p. 74).

Grande parte dos deslocados internos se dirigiu a Luanda, a cidade oferecia uma estrutura política e social mais estável que as demais regiões. A economia informal transformou-se em um reduto de trabalho e estratégias de sobrevivência em uma conjuntura dominada pela pobreza. Inacreditavelmente, os mercados informais ofereciam uma diversidade de mercadorias inimagináveis, principalmente ao se considerar o ambiente de guerra que assolava o país. O mais famoso deles é o extinto mercado de Roque Santeiro, nomeado pelo sucesso da novela brasileira no país, chegou a ser o maior mercado a céu aberto na África, no entanto em 2010 foi desmontado pelo governo da província para a execução dos projetos de requalificação urbana.

No final dos anos de 1990 o conflito já vinha se desgastando, até encontrar seu fim em 2002, após a morte de Jonas Savimbi. A reconstrução e consolidação da paz nos anos que se seguiram foi acompanhada por um cenário político relativamente estável e um crescimento vertiginoso do PIB graças à alta dos preços do petróleo. Em 2005, por exemplo, o país alcançou a notável marca de 20,6% de crescimento no produto interno bruto real (BNA, 2006, p.12). Somado aos altos preços do petróleo, a China nesse período governado pelo presidente Jiang Zemin, adotou uma política estratégica de abertura e formação de parceiros internacionais para garantir sua segurança energética. Interessado em garantir a compra de petróleo, o governo chinês passou oferecer uma linha de crédito de bilhões de dólares aos países por

meio dos bancos chineses “sem interferência” na utilização dele pelos países beneficiados (POWER, 2011, p.996), o que foi ao encontro dos interesses angolanos, que era (é) captar recursos e reconstruir a infraestrutura nacional. O marco dessa relação de “cooperação sul-sul” é a realização da FOCAC em 2006, projetando Angola internacionalmente como uma economia em ascensão e promissora.

Concomitante a essa nova fase econômica pós-guerra, em 2005 foi lançado pelo governo o Programa de Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) intitulado com o slogan: Reintegração social, reabilitação e reconstrução da estabilização econômica, o programa tinha como objetivo o desenvolvimento econômico e social sustentável através de ações de emergência visando a reconciliação nacional e priorizando o atendimento aos deslocados e refugiados. O programa incorporou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e foi vinculado à Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), como meio de promover o continente no mundo e dirimir as desigualdades entre a África e os países centrais (ECP, 2005). As dez estratégias do programa consistem na: 1) Reinserção social; 2) Segurança e Proteção civil; 3) Segurança alimentar e desenvolvimento rural; 4) Combate o HIV/Aids; 5) Educação – priorizando a erradicação do analfabetismo; 6) Saúde; 7) Infraestrutura básica; 8) Emprego e formação profissional; 9) Governança e 10) Gestão Macroeconômica. Após as eleições de 2012, mais uma vez vencidas pelo presidente José Eduardo dos Santos, foi lançado o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - 2013-2017, que surge como mais um instrumento de governo alinhado ao ECP. O PND é o primeiro plano de médio prazo do país, este prevê como objetivos centrais a estabilidade, o crescimento e o emprego para o combate da pobreza, a serem realizadas através da alfabetização e escolarização, da promoção do empreendedorismo e do desenvolvimento do setor privado nacional.

Ao que diz respeito aos índices de educação, de saúde, de habitação digna e da diminuição da pobreza não acompanharam o crescimento econômico, segundo o relatório elaborado pelo PNUD e o Ministério do Planejamento e Desenvolvimento Territorial de Angola, publicado no final de 2015 sobre a avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Somente

as metas referentes a reduzir pela metade a população que sofre de fome, à vacinação contra sarampo em crianças menores de 1 ano, ao consumo de substâncias que empobrecessem a camada de ozônio, a tratar globalmente a dívida dos países em desenvolvimento e a aumentar as assinaturas de celulares móveis, foram consideradas com alta probabilidade de serem alcançadas, as demais metas que compõe os objetivos foram definidas com média ou baixa probabilidade de serem alcançadas. Além dos indicadores institucionais de desenvolvimento não serem satisfatórios, a desigualdade de riquezas no contexto nacional ainda é um grande desafio a ser superado, o índice de Gini de Angola apresenta o coeficiente 42,7²⁷, o que demonstra uma significativa disparidade entre o grupo mais rico do grupo mais pobre de Angola. Segundo a OCDE, no relatório sobre as perspectiva econômicas em África em 2014, Angola possui uma previsão de alta no crescimento do PIB, no entanto, 36% da população ainda está abaixo da linha da pobreza.

Se a manutenção da guerra era norteada pelos interesses dos líderes partidários e seus seguidores, sendo a população a maior vítima do conflito, no contexto pós-guerra, o cenário pouco se modificou, a relação entre interesses de um grupo dirigente e a socialização das perdas continuaram. Os ganhos provenientes da exportação petrolífera na primeira década do século XXI atraíram diferentes investidores ao redor do mundo, fortaleceram tecnologicamente a estatal SONANGOL e colocou à disposição dos governantes altos montantes para a restauração das construções públicas destruídas pela guerra. Todavia, o que se verificou foi um brutal enriquecimento da elite política, dos ocupantes dos altos cargos públicos e das empresas estrangeiras vinculadas a petroleira angolana, e poucas mudanças na realidade geral dos angolanos. A grande parte da população continua a sofrer com a falta de equipamentos públicos, desemprego e baixas remunerações. O exercício do poder dessa elite dirigente pode ser interpretado como uma espécie de “autocolonização”, que segundo a Augel (2007), é a continuidade da difusão dos valores eurocêntricos e da exploração exercida durante a colonização, porém executada pelos próprios nacionais.

²⁷ Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/income-gini-coefficient> - Acessado: 20/03/2016

O atual processo de requalificação e modernização do espaço urbano de Luanda está diretamente atrelado à expansão da participação de Angola na economia global. Pela perspectiva dos governantes, o novo planejamento constitui em meio de desenvolvimento econômico e social da cidade, de modo a oferecer uma melhor qualidade de vida a seus habitantes. A ideia é desassociar a ideia de Luanda como cidade colonial e transformá-la em uma cidade do futuro:

The long-term plan, Angola 2025, is subtitled “equity, sustainability, modernity” but the plan itself includes a heavy focus on high-technology solutions and a preference for impressive large scale projects such as modern shopping centres and settlements (which aim to replace the “dirty” or “disorderly” informal spaces that preceded them). There is also a heavy focus on the “hardware” of development (eg infrastructure) rather than on the “software” (eg human rights, the independence of regulatory bodies, the role of civil society organisations) (POWER, 2011, p.999).

Todavia o que se tem verificado é exclusão dos pobres a partir dessa concepção de desenvolvimento desterritorializada, voltado para um modelo universal de ideal urbano, que centraliza o crescimento econômico como fim, ao invés dos ganhos sociais. Esse movimento de inversão de “valores”, surge no seio da sociedade industrial, segundo Polanyi (2000), a centralização da pauta econômica surge na Revolução Industrial, considerada como a Grande Transformação para o antropólogo, marcou o século XIX pela profunda mudança no tecido social, desde a concentração demográfica nos centros urbanos, graças ao êxodo rural forçado, ao reposicionamento do Estado como garantidor do bem-estar e controlador da ordem social. Segundo Polanyi a Grande Transformação resultou na troca de papéis entre o mercado e a sociedade, "em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico" (POLANYI, 2000, p.77). Assim a sociedade passa ser modelada de modo a atender os interesses da estabilidade e do bom rendimento do sistema econômico, como acessório, deixa de ser vista como prioridade e passa a ser meio para o grande fim, que é a manutenção do mercado.

Segundo Wallerstein (2002), o Estado possui posição estratégica, responsável por permitir o funcionamento pleno do sistema econômico, de modo a comandar as rédeas pela qual a população se insere nessa dinâmica mercadológica e a garantir os avanços de políticas sociais como contensão

social das movimentações populares contrárias a esse sistema. O Estado, portanto, é o guarda-noturno da acumulação de capital (WALLERSTEIN, 2002, p.96-97). Assim, podemos considerar que ação estatal não está desvinculada da promoção do mercado, sendo possível concluir que se a expansão de direitos sociais oferecer entraves ao crescimento econômico, esta não será realizada. Sob esta perspectiva, o desenvolvimento social promovido pelo Estado acaba sendo mais um meio estratégico para se alcançar o crescimento econômico. O que se percebe é como a concepção de desenvolvimento praticada pelo Estado está inclinada ao anseio do crescimento econômico, o que implica na invisibilidade de problemas sociais que advém dessa priorização da maximização dos ganhos. Por esta razão, faz-se necessário a ressignificação do desenvolvimento pautado na ideia de crescimento econômico uma vez que este pode configurar em obstáculos que minarão os próprios objetivos de desenvolvimento que os governantes almejam.

Pensando de maneira diferente a questão do crescimento econômico, Latouche (2009) adverte que o paradigma vigente de busca pelo Produto Interno Bruto astronômico a cada ano, está em decadência. Segundo o economista, assim como acontece com a concha do caracol, que inicialmente se desenvolve em grandes círculos e após determinado limite, sobrecarrega a estrutura física do molusco, necessitando finalizar em espirais decrescentemente menores, assim é a corrida pelo crescimento econômico, que irá levar a disposição de recursos não-renováveis ao colapso, a ponto de prejudicar as gerações futuras e conseqüentemente, resultar em um decrescimento econômico.

O modelo de desenvolvimento difundido ensina que os países periféricos chegarão ao mesmo patamar que os centrais, e graças a esse mito:

[...] tem sido possível desviar as atenções das tarefas básicas de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentra-los em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 1974, p.75-76).

O que Furtado (1974) esclarece é como esse desenvolvimento perseguido pelos países é um mito, uma vez que o planeta possui reservas de bens não-renováveis finitas que não permitem mais a exploração de riquezas como executada nos séculos anteriores e que resultou na atual riqueza dos

países europeus. Em coro com Furtado, Ferguson (2008) expõe como além de ser um mito, o desenvolvimento homogeneizador acaba por se tornar um rolo compressor de toda diversidade local e gradualmente fragmenta estas organizações sociais não-ocidentais:

It is not only that “development” has failed to deliver the economic growth and sociocultural ‘modernization’ that it promised, more fundamentally, the whole ideal of ‘development’ can no longer carry any conviction. Economically, Sachs argues, very idea of the whole planet consuming at First World levels presents an ecological disaster if not an impossibility, while socially and culturally, ‘development’ offers only a thinly veiled Westernization , a colonizing global monoculture that must choke out the ‘traditional’ world’s wealth of diverse local modes of life (FERGUSON, 2008, p.13).

A ideia de desenvolvimento não provocou a desigualdade, mas foi um novo meio conceitual e organizacional para gerenciá-la, de organizá-la e legitimá-la entre os Estados. Consiste numa nova modalidade de desigualdade global :

“[...]não foi Truman em 1949 que disse a África e outros territórios coloniais para ‘voltarem a fila’ [do desenvolvimento], como disse Esteve, a conquista, as regras coloniais e séculos de violência predatória e exploração econômica mostram que já estavam lá (FERGUSON, 2008, p.13, tradução nossa)”²⁸.

Com a Divisão Internacional do Trabalho, não somente um modelo estratégico de se pensar economia mundo foi exportado, mas também o *modus vivendi* dos países protagonistas da Revolução Industrial. A expansão do ideário de consumo e de um estilo de vida cultivou no Sul mudanças culturais alinhadas a um projeto de desenvolvimento, almejando alcançar o mesmo padrão de consumo executado pelo Norte, um processo que se configura numa nova colonização dessas regiões: a colonização do imaginário de sua existência no mundo. A elite angolana, responsável pela escolha institucional dos caminhos do desenvolvimento nacional, ao priorizar uma urbanização que provoca um espaço excludente e gentrificado, demonstra que compartilha uma cidadania muito mais próxima da realidade euroamericana, ao que diz respeito a serviços e padrão de consumo, que das camadas populares angolanas:

The project also involves relocating the port of Luanda out of the city centre to Barra do Dande, the relocation of Roque Santeiro (the city’s

²⁸ It was not Truman’s speech in 1949 that sent Africa and other colonial territories to the ‘back of the queue’, as Esteve implies.; conquest, colonial rule, and centuries of predatory violence and economic exploitation saw to it that they were already there (FERGUSON, 2008, p.13)

main market) to free up land and plans to create public parks and walkways along the Marginal and a flyover where it meets the Ilha (one of the city's most congested junctions). Imported palm trees from Miami (shipped directly from the USA with their own temperature control gauge and water supply) were planted along Avenida 4 de Fevereiro, to create a taste of Miami at the centre of the Marginal. Yet the question remains: do these plans for new cities, urban spaces and residential and commercial buildings in Luanda include the poor? (POWER, 2011, p.1008)

A atual visão de transformar Luanda em uma cidade mundial está diretamente atrelada ao projeto de desenvolvimento em curso em Angola, que pouco enxerga os potenciais das atividades locais para sobrevivência como forma de desenvolvimento. A informalidade nas ruas de Luanda deveria vir a enriquecer a principal fonte de inspiração para se repensar o modelo urbano vigente, pois denuncia o cotidiano urbano como uma construção cultural e de identidade. Essa construção poderá permitir que os habitantes da cidade sejam atores e promovam o desenvolvimento local a partir de seus próprios desejos. As zungueiras, um dos segmentos da economia informal de Luanda que trataremos no Capítulo II, fazem do espaço urbano seu meio de sobrevivência, tecem redes de solidariedade e promovem o empoderamento feminino. Reconhecer a zunga como um dos caminhos para se repensar o espaço de Luanda, é realocar o desenvolvimento, isto significa "tentar tomar distância do sistema produtivo globalizado para encontrar alternativas conforme as suas próprias aspirações" (LATOUCHE, 2009, p.86), retomar as rédeas daquilo que foi desterritorializado.

CAPÍTULO II – A REPRESENTAÇÃO DAS ZUNGUEIRAS NO ESPAÇO URBANO DE LUANDA

[...] tá aqui manga é dez kwanzas/ é zungueira, é zungueira, é zungueira/ como lhe chamam na banda, é peixe, é peixe, é peixe senhora, é larangé, tem boa roupa para agora e sapato para seu pé... veio fugida do mato, percorrendo a cidade com fé, no seu canto de pranto alto, procura ganhar o seu pitéu...já teve tanta riqueza/ com a guerra veio a pobreza que ela apenas quer esquecer/ quis entrar na faculdade, não assimilou a academia, pediu um voto à cidade, para amanhã poder ser rainha[...]
(É zungueira – Banda Maravilha, 2005)

Este capítulo tem como objetivo analisar as representações das zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda, de modo a entender a complexa relação entre um sistema vigente disciplinador espacial e as táticas de sobrevivência, de solidariedade e de empoderamento feminino que essas trabalhadoras desenvolvem.

Luanda, desde os mais remotos tempos de sua formação, mesmo sendo um centro comercial transnacional importante no comércio Atlântico, sofria com a falta de alimentos, porque dependia de produtos procedentes do Brasil, de Portugal e em parte da produção agrícola do interior do país e de cultivos às margens do rio Kwanza e Bengo, nas proximidades da cidade. Os alimentos que chegavam dos arismos²⁹ eram distribuídos pelas quitandeiras. Essa prática de comércio de mulheres vendedoras de rua com o nome de quitandeiras atravessou o Atlântico, popularizou-se nas ruas do Rio de Janeiro e de São Paulo desde o período anterior ao século XIX, como exemplo, no mercado da Grande Quitanda no Rio de Janeiro, no século XVIII (PANTOJA, 2008). As quitandeiras são personagens fundamentais para entender parte da dinâmica social e comercial na história de Luanda, estavam intimamente ligadas a estruturação econômica da época, uma vez que eram responsáveis pelo abastecimento da cidade e dos navios negreiros, eram o elo entre a produção do sertão, no interior da província, e a distribuição urbana. Segundo Pantoja (2008, p.136) o legado das quitandeiras na moderna Angola, são as zungueiras, que são a adaptação do trabalho tradicional daquelas mulheres às novas demandas sócio-econômicas.

²⁹Terras dos arredores de Luanda que as fontes mais antigas chamavam de "celeiro da cidade". [...] produziam verduras, legumes e se dedicavam a criação de gado (PANTOJA,2011).



Figura 2. Zungueira. Fonte: Global Voices³⁰



Figura 3. Zungueiras. Fonte: Portal de Angola³¹

As quitadeiras que tanto caracterizavam as ruas africanas de Luanda, tornaram-se um incômodo pelo mau cheiro e barulho das quitandas (PANTOJA, 2008). Como parte do projeto de engenhoização social, que remodelou Luanda no final do século XIX, mercados foram construídos para impedir as feiras livres e os locais de atuação das quitadeiras foram demarcados, aquelas que não possuíam condições para pagar esses espaços, eram forçadas a trabalhar às margens da lei (SANTOS, 2011, parágrafo 16-21).

Devido ao processo de expansão da modernização do espaço urbano, as quitadeiras que sempre transitavam por esses mundos, desde a chegada dos europeus, na passagem entre o período de transformação de Luanda de capital do comércio Atlântico e a implantação das estruturas coloniais, virada

³⁰ Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2008/11/02/angola-zungueiras-enfrentam-vida-dura-com-dignidade-e-coragem/> - Acessado em: 15/01/2016.

³¹ Disponível em: <http://www.portaldeangola.com/2012/10/acabar-com-a-zungueira-sem-tirar-pao-as-zungueiras/> - Acessado em 22/01/2016.

do século XIX-XX o processo de urbanização se intensificou, e elas estavam então entre os dois mundos. Entre os mundos europeu e africano, do asfalto, onde conseguiam seus clientes e negócios, e do chão de terra vermelha, onde habitavam e mantinham seus laços de comunidade com culto aos seus ancestrais e suas redes de parentescos. Durante esse período, essas mulheres não se intimidavam com as imposições do governo e por meio do quimbundo "escondiam toda a fúria contra o colonialismo[...]. Anos de opressão se transformavam em liberdade nas falas kimbundas" (CARDOSO, 1982 *apud* MACEDO, 2008, p.186). Dessa forma as quitadeiras surgem como uma das faces dos musseques (SANTOS, 2011), que segundo Mourão (1978 *apud* FONSECA, 2014, p.188), no início do século XX passa a ser o "lugar de denúncia e resistência à brutal exploração imposta pela colonização" (*idem*, p.190)

As quitadeiras não são apenas personagens da história do comércio de rua em Luanda, constituem parte das raízes da costa ocidental africana que atravessaram o atlântico e foram cultivadas nas ruas de cidades brasileiras como meio de sobrevivência de muitos atores sociais, dentre eles as baianas, que também sofreram com a modernização nas urbes desse lado do Atlântico . Assim, também as baianas foram figuras emblemáticas da capacidade de articulação dos interesses pessoais com as redes de solidariedade e com o poder público, além de manterem uma rede de sociabilidade ampla, desde quilombos a espaços que culminariam em terreiros (FERREIRA FILHO, 1994; MARTINI, 2007 *apud* SANTOS, 2015).

A reestruturação urbana do início do século XX, já mencionada no capítulo anterior, não foi exclusividade de Luanda, da mesma forma impactaram os espaços urbanos de Rio de Janeiro, Salvador e outras cidades da América Latina, com os projetos higio-sanitários e de haussmanização do espaço. Tomando como exemplos espaços desse lado do Atlântico podemos expor dois casos. Influenciado pela *Bella Époque*, Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro, em 1904, modificou o espaço urbano carioca para se aproximar a um padrão europeu de organização espacial, assim como J.J. Seabra (1912-1916) em Salvador, que coibiu o comércio de rua e as feiras livres, atividades associadas a práticas africanas tidas como tradicionais. Ambos excluíram os espaços negros, orquestraram uma reforma urbana que tratou tudo o que

divergia do padrão europeu como tradicional, incivilizado e não pertencente à visão de mundo moderno imperante entre os gestores da época.

Do mesmo modo que as quitadeiras transitavam entre o mundo branco e o negro, as baianas também se usufruíam da liberdade de circulação inerente a suas atividades, para articularem suas redes, o que lhes davam vantagem em relação a outros grupos negros. Segundo Velloso (1990, p.217), a rua pouco se diferenciava da casa onde moravam, faziam parte do cotidiano urbano, dos eventos sociais, da vida carioca, constituíam parte da “pequena África na Europa possível”, de modo que “[...] toda a estratégia de sobrevivência dessas mulheres estava baseada na liberdade de circulação” (DIAS, 1984; MAGALDI, FIGUEIREDO, 1971, apud VELLOSO, 1991, p.217).

Percebe-se que o trabalho informal feminino urbano no eixo entre África-Américas, de certo modo, foi marcado pela íntima relação com o espaço público, pela resistência às insistentes investidas dos governos locais em europeizar as cidades e, principalmente, em desafiar a concepção burguesa de codificação do espaço privado e público, sendo o primeiro o espaço familiar, lugar da mulher, e o segundo o espaço da perdição:

A ordem burguesa criara uma “geografia médica” destinada a codificar o espaço da família e da intimidade em oposição ao território mundano. Assim, a família se transforma em refúgio idealizado, em oposição do domínio público, que é tido moralmente inferior (COSTA, 1979; SENETT, 1988). Cria-se, portanto, uma segmentação entre o espaço público e o privado, onde o primeiro é desqualificado, chegando a ser visto como uma espécie de “antro de perdição”. (VELLOSO, 1990, p.216)

Assim como as quitadeiras e as baianas, as nossas contemporâneas zungueiras caracterizam o comércio de rua, sendo o ato de circular estratégia chave na busca por clientes. A palavra zungueira surge da palavra Nzunga³², originária do quimbundo³³, como substantivo assume os significados de rua, via pública, ambulância e artigo de venda ambulante, e como adjetivo significa ambulante. Segundo Carlos Lopes (2004), a adaptação do trabalho tradicional das quitadeiras a um contexto social marcado pelo alto índice de desemprego no mercado formal, pelas modificações nas práticas de consumo, pelo deslocamento interno de centenas de milhares de pessoas devido à guerra civil

³² Dicionário Kimbundo-Português – Linguístico, Botânico, Histórico e Corográfico, de A. Assis Júnior, impresso em Luanda e publicado pela Argente Santos & Co. Lda. [s/d], 384 p.

³³ Quimbundo - língua do tronco linguístico banto, falada pelos Ambundos, grupo étnico predominante na região de Luanda.

e pela redefinição dos papéis de gênero no agregado familiar urbano, foi a gênese da prática da zunga. Desse modo, essas vendedoras ambulantes emergem na economia informal de Luanda como um ajustamento das práticas tradicionais das quitadeiras a um mundo globalizado (SANTOS, 2010, p.90), um sujeito híbrido que denuncia nas ruas de Luanda um ambiente composto por imbricações culturais, sociais e econômicas:

Elas circulam entre a invisibilidade social e a presença física e paisagística nas ruas de Luanda, entre a legitimidade social da luta pela sobrevivência e a legalidade jurídica, entre os musseques e a baixa da cidade, entre a riqueza, a ostentação dos poderosos e as carências cotidianas da maioria da população. Elas são as intermediárias, ocupando um entre-lugar (BHABHA, 1997), na medida em que construíram um novo lugar da cultura, um espaço de negociação, contato e interação entre grupos e indivíduos diferentes. (SANTOS, 2010, p.99)

Comumente, encontram-se na literatura sobre a histórica social angolana, referências sobre as zungueiras constituírem a continuidade das antigas quitadeiras, além da literatura, muitas entrevistas de trabalhos de campo expõem relatos das zungueiras e quitadeiras que identificam a zunga como extensão das quitadeiras. Para Monteiro (2012, p.107), uma das principais características que diferencia zungueiras e quitadeiras são o tipo de mercadorias e a origem do fornecimento. Essa relação de continuidade entre as quitadeiras e as zungueiras não constitui progressão de uma prática para outra, mas a ampliação de um segmento muito antigo que adquiriu forte relevância no abastecimento da urbe, sobretudo nas últimas décadas do século XX. Muitas das que se consideram quitadeiras e possuem bancas fixas, podem circular para conseguir mais clientes, o que demonstra simultaneidade entre as práticas:

Às vezes nas ruas anda mais. Todos os dias na praça, o negócio não está andar. Todos os dias decair. Agora você a zungar, o negócio acaba rápido não é preciso ir com ele na praça, dois, três ou quatro dias o negócio acaba. Você está a vender o negócio, hoje tirou lá jantar, água, não decai? Por isso, é que muitas preferem zungar. Aquela moça que tem força para zungar estão mesmo a zungar. Comprou negócio zungou, acabou. Não vai mesmo já colar na zunga. Isso veio assim. As senhoras punham os negócios nas bancadas, ninguém está a comprar, vai fazer como? Só tenho que zungar. Por isso, a pessoa vai à zunga, porque na bancada no negócio não está andar. Zunga em quimbundo é girar, rodar. Girar toda cidade de Luanda. Outras zungam só na baixa, porque no mercado não tem lugar. Mesmo estão a dizer por que a zunga tem que acabar, não vai acabar porque o que está a fazer isso é fome. Você não trabalha, não tem empresa que você trabalha, ficar em casa também não dá, vai mesmo à zunga. Não vai zungar para trazer comida para as crianças

em casa, não tem emprego para ele trabalhar vai fazer como? Vai à zunga [Fonte: entrevista com quitandeira sexagenária, mercado Asa Branca]. (SANTOS, 2010, p.91).

As zungueiras constituem uma das várias faces da informalidade nas ruas de Luanda, grupo majoritariamente composto por mulheres que podem chegar a 14 horas de trabalho por dia, é considerado um dos segmentos com menor status socioeconômicos, com rendimentos diários que variam de 700 a 2.000 kwanzas, aproximadamente, de 4,50 a 12,50 dólares. O trabalho, geralmente, é organizado e executado por conta própria no qual as zungueiras compram os produtos dos fornecedores grossistas e revendem a retalho nas ruas. Além da forma independente, Lopes (2004) aponta outras duas formas menos frequentes das zungueiras efetuarem suas transações: a prática de mercadoria por consignação, na qual o fornecedor repassa as mercadorias às zungueiras e após a conclusão das vendas a comissão da vendedora é deduzida do montante do fornecedor, e a prática do trabalho das vendedoras ambulantes para os comerciantes de locais fixos, sendo o rendimento da zungueira a diferença entre o valor da mercadoria estabelecida pelo comerciante e o valor que ela repassa ao cliente.

Indira Monteiro em sua dissertação acerca do cotidiano das zungueiras, relata que dentre as impressões colhidas das entrevistas e acompanhamento das atividades dessas mulheres, está a constante alternância dos tipos de produtos comercializados e fontes para aquisição dos produtos, que pode estar relacionada às mudanças das conjunturas econômicas, o que leva muitas mulheres a se reorganizarem para a manutenção do sustento. Os objetos de venda variam desde produtos agrícolas nacionais a produtos industrializados e eletrônicos importados. Pode-se considerar que a avaliação de como será feita a escolha das mercadorias está relacionada à lógica comercial ambulante que possui uma base de cálculo em três variantes: o capital empregue, o tempo gasto e o rendimento esperado (LOPES, 2004).

As vendedoras ambulantes, assim como grande parte da população pobre de Luanda, vivem em áreas mais periféricas, em bairros informais denominados musseques. O trajeto até as áreas centrais ou com maior concentração de clientela fixa geralmente é feito à pé, o caminho é assim escolhido de acordo com o local de residência, o local de abastecimento e a

maior potencialidade de vendas (LOPES, 2004). A maioria dessas mulheres fica muito tempo sem se alimentar ao longo do dia, com a poeira das ruas de terra e a poluição dos veículos inalados diariamente, ficam propícias a contraírem doenças. Monteiro (2012) observa que as doenças corriqueiras e o desgaste corporal acabam por condicionarem um limite para a trajetória de vida e de trabalho nas ruas.

Além das dificuldades impostas pelas condições de vulnerabilidade, a economia informal também é marcada pelos conflitos e tensionalidades entre os sujeitos e seus interesses. Santos (2010, p.91) identifica no caso das zungueiras as tensões presentes com os vendedores fixos dos mercados, os quais muitas vezes chamam a fiscalização para afastar as zungueiras com a queixa que estas estão interceptando seus clientes. Para os comerciantes fixos o fato de pagarem uma banca no mercado deveria lhes conceder prioridade sobre os clientes. Outro ponto de tensão exposto por Santos é com os vizinhos moradores dos bairros onde as zungueiras circulam e estabelecem praças de vendas. Os moradores reclamam da sujeira deixada pela movimentação comercial e pelo barulho. Essas tensões sociais, como outras não registradas nesse trabalho, fazem parte da atividade cotidiana, são meios pelos quais o tecido social é constituído.

Não somente marcada pelos sacrifícios e esforços diários, a atividade da zunga também é constituída pela criatividade. Santos (2010) e Monteiro (2012) chamam a atenção para o pregão das zungueiras, que são anúncios reproduzidos repetidamente para convidar o cliente às compras, resquícios das práticas das quitandeiras. Frases humoradas e expressões singulares entoadas por microfones ou pela simples força das cordas vocais são alternativas para atrair compradores em meio à concorrência: “__Ta aqui garoto, ta aqui garoto a passaré, quatro é ciquenta, amiga pergunta... ta qui garoto a passaré, quatro é cinquenta, amiga pergunta{...}” (Pregão da Shirley apud MONTEIRO, 2012, p.122)

As táticas de venda não compreendem apenas em chamar o público, mas também no quanto se consegue lucrar com ele, comumente, as zungueiras mudam os valores dos produtos comercializados de acordo com a cor, nacionalidade e aparência de classe social do cliente (MONTEIRO, 2012, p. 122), o que contribui para um maior rendimento ao fim do dia.

As vendedoras ambulantes são retratadas pelos periódicos e pelos relatórios governamentais e internacionais como grupo de baixo status socioeconômico, porém, muitas vezes, conseguem alcançar rendimentos superiores aos outros setores, pois por circularem conseguem maior número de clientes e não necessitam pagar taxas de aluguel de bancas nos mercados, onde a concorrência é muito alta (SANTOS, 2010). De acordo com as zungueiras entrevistadas por Monteiro o trabalho ambulante

[...] não é algo que a mulher tem como transitório, mas que pretende que dure, 'que não caia na falência', pois é fonte de alimentação da família, do aluguel da casa, garantia da escolarização dos filhos, condição de superação de uma situação de pobreza que transita por gerações (MONTEIRO, 2012, p.115).

A falência da prática da zunga é algo muito difícil de acontecer, Santos (2010, p. 92) considera que um novo fenômeno vem ocorrendo nessa dinâmica comercial, a *zungarização* da economia informal de Luanda, pela qual cada vez mais trabalhadoras sedentárias tem aderido a zunga, além de homens e estrangeiros que tem adotado o setor como fonte de renda, provocando assim efeito de expansão desse setor na economia informal. É importante sublinhar que a entrada de homens na zunga tem se intensificado, sendo muito comum vê-los pela cidade, predominantemente atuam na “comercialização de bens de consumo duradouro, vestuário, medicamentos e produtos de bazar” (LOPES, 2004, s/p).

As zungueiras não somente são constituídas por mulheres que já viviam no seio de Luanda e reescreveram o trabalho das quitandeiras para a contemporaneidade, como também por aquelas que por causa da guerra civil (1975-2002), migraram para a capital e iniciaram seus trabalhos na informalidade, trazendo consigo práticas do campo e contribuindo para a inventividade desta atividade:

De acordo com a tradição angolana, no campo a responsabilidade de cuidar dos filhos e sustentar a família é da mulher por meio do cultivo da terra, da busca por água e por lenha. Na cidade a mulher continuou com estas responsabilidades. Com níveis muito baixos de escolaridade ou analfabetas, sem disporem de um capital para iniciarem um negócio legal e, por vezes, utilizando-se da experiência adquirida no pequeno comércio agrícola, o mercado informal foi o caminho encontrado pela angolana para sobreviver na cidade e contribuir para o sustento da família. (PEREIRA, 2004:03)

A maior parte das zungueiras atualmente em Luanda é originária de

outras regiões de Angola, muitas deslocadas de guerra que buscaram em Luanda uma alternativa para sobrevivência.

2.1. Espaço: o lugar praticado

O cenário urbano possui diferentes forças que o forjam, aspectos formais e ideológicos que o determinam e o disciplinam como um lugar, bem como, sofre a atuação objetiva e subjetiva das pessoas que o ocupam. Ao ocuparem este cenário, os indivíduos como sujeitos sociais, se apropriam das estruturas da urbanização que regem e definem o lugar, e a partir de suas vontades, potências e valores criam práticas cotidianas de interação e de autoinscrição no mundo. Desse modo, ao agirem e se apropriarem desse lugar próprio estabelecido por um sistema dominante, os sujeitos produzem espaços dinâmicos e flexíveis, onde os fenômenos sociais acontecem.

Segundo Certeau, o espaço é fruto da interação entre as estratégias e as táticas. As estratégias representam o *status quo*, são as estruturas e instituições que possuem poder e lugar próprio, construídas para resistir ao tempo e moldar as relações sociais. Já as táticas são os “meios de fazer” na ausência do poder, são as alternativas dos mais fracos como resposta ao arranjo estrutural que estão sujeitos (CERTEAU, 1998, p. 100-103). Interessado em refletir acerca do cotidiano dos transeuntes que ocupam os lugares e consomem os produtos gerados pelo sistema hegemônico, esse autor entende que as práticas cotidianas e populares não pertencem às instituições que pensam e constroem a nacionalidade política, econômica e científica dentro de um modelo estratégico. As práticas cotidianas, na verdade, são o resultado da incorporação da estrutura e do lugar vigente pelos anseios e vontades dos sujeitos comuns e são eles que produzem o espaço. Logo, estes sujeitos possuem agência para a criação de novos espaços, permitindo a existência de outras representações diferentes das atribuídas pelo modelo estratégico.

As representações definem-se como resultado da captura e articulação discursiva das práticas cotidianas de uma determinada realidade social. Em outras palavras, as representações são traduções das práticas para narrativas, as quais permitem construções discursivas que constituem as estruturas sociais e que regem os meios pelos quais os indivíduos e os coletivos se

apropriam e fazem mundo. Dessa forma, as representações não estão presentes apenas na estrutura hegemônica, mas também no espaço produzido pelos conjuntos de táticas antidisciplinares. Enquanto para a manutenção do poder, as representações fortalecem o discurso dominante, no espaço antidisciplinado configuram-se em reinvenção do modo de viver.

Ao classificar as representações como não neutras, Roger Chartier aproxima o grau de importância das competições e das concorrências das lutas de representação às lutas econômicas, pois ambas se definem em termos de poder e dominação, pelos quais diferentes grupos buscam impor suas concepções de mundo, seus valores e seu domínio (CHARTIER, 1987, p.17). Nessa perspectiva, as representações imprimem no mundo social operações de classificação e hierarquização, práticas e signos que modelam as relações e dinâmicas sociais de acordo com interesses dos grupos que as forjam. Subversos a essa representação que modula e sustenta essas estruturas, os procedimentos populares criam outra “maneira de fazer”, e, portanto, de representar, é o que Certeau denominou como redes “antidisciplinares” (CERTEAU 1998, p.42). Assim, a partir da concepção que o espaço público luandense possui regras pautadas em um discurso dominante, que disciplinam a dinâmica social, as zungueiras, enquanto atores nesse espaço, o ressignificam e o transformam em meio de trabalho e subsistência. Da mesma forma que o discurso dominante foi construído para criar representações e exercer poder, as práticas populares, como a zunga, podem constituir representações e permitir a emergência de outros olhares sobre o desenvolvimento urbano:

A ênfase dada por Certeau ao cotidiano como uma espécie de campo de batalha, cujas *táticas* precisam encontrar modos inventivos de escape e confrontação em cada situação, rompe não apenas com o caráter normativo da ação social cotidiana, como também realça um aspecto pouco contemplado em outras abordagens: as relações de poder que incidem de modo substancial na construção social da vida pública cotidiana. A noção de cotidiano como *práticas*, em Certeau, portanto, permite que se analise formas distintas de apropriação do espaço, a formação de lugares e o rompimento de fronteiras que demarcam socioespacialmente a vida urbana. Mais ainda: sua perspectiva, na direção paralela à microfísica foucaultiana, está centrada nas práticas que desafiam o espaço disciplinar (LEITE, 2010, p.747).

As mudanças institucionais do espaço impactam a forma e a continuidade dos sujeitos forjarem seu cotidiano, isto é, de se produzirem e

produzirem o espaço. A desobediência da informalidade à estrutura disciplinadora constitui um ato de resistência por não se enxergar dentro de uma dinâmica que rasura os significados e significantes acerca do trabalho, da sobrevivência e sociabilidade. Assim, a zunga, como outros segmentos informais em Luanda, ao praticarem o espaço de modo contrastante daquele imposto pelo poder público, denuncia um modo de vida e de estar no mundo, e é por esta perspectiva que se tecerá este trabalho.

2.2. O outro lado de Luanda

A informalidade é um fenômeno multidimensional, que emerge das relações entre espaço, atores e a existência de um sistema formal (LAGUERRE, 1994 apud LOPES, 2002, p.102). A imposição do sistema formal, por meio da regulação do espaço e do controle social, possui falhas e lacunas, que acabam por possibilitar aos atores sua adaptação para sobrevivência (LOPES, 2002, p.103). “A informalidade é um idioma da urbanização é um modo de produção do espaço que conecta as geografias da favela e do subúrbio, que estão aparentemente separados” (ROY, 2011, p.233, tradução nossa). Esse fenômeno possui impacto e alcance mundial, está presente efetivamente nos países ditos em desenvolvimento e em menor escala nos países mais ricos.

Como já explanado no capítulo I, o espaço urbano de Luanda, assim como outras cidades do Sul, sofreu um processo de modernização desde a implantação do colonialismo e hoje passa por um processo de globalização, de mudanças e estruturações marcadas por imbricações entre o legado colonial, o impacto da globalização e a autoinscrição africana, o que podemos denominar de pós-colonialidade. A partir desse olhar sobre Luanda é possível identificar essas imbricações em um processo de urbanização alinhado a valores ideológicos higienitários por meio de recentes medidas para disciplinar as regiões mais urbanizadas da cidade, concomitante à intensa atividade informal antidisciplinares que impõe outra racionalidade ao espaço. Por meio dos escritos acadêmicos e periódicos angolanos, verifica-se que um dos principais objetivos da organização do espaço hoje em Luanda é o impedimento da atividade informal de rua, uma postura de limpeza por parte do Estado de tudo aquilo que não se encaixa nos modelos de “urbanização moderna”. Porém, a

rede de práticas informais está profundamente conectada ao funcionamento e abastecimento da capital angolana. As zungueiras são apenas um dos segmentos dentro o dinâmico universo de práticas informais que desafiam o processo de modernização da malha urbana luandense promovido pelo Governo da Província de Luanda para disciplinar o espaço. Os principais agentes econômicos informais identificados por Carlos Lopes em Luanda são os candongueiros, os roboteiros, as kinguilas e as zungueiras. A atuação de indivíduos nesses arranjos pode ser para complementar os rendimentos do agregado familiar em um contexto de alta inflação e salários insuficientes, bem como, pode configurar como única alternativa para uma expressiva parcela populacional que não possui qualificações profissionais e sofre com a baixa oferta de empregos. A seguir, para melhor entendimento desse cenário luandense, com base nas informações do sociólogo angolano Carlos Lopes, apresento alguns dos outros personagens além das zungueiras.

Começemos pelos candongueiros, que estão inseridos no transporte público de passageiros em Luanda, cuja nomeação vem da palavra *candong* de origem kimbundu que significa negócios ilegais e clandestinos. Essa denominação era atribuída a todas as práticas paralelas que se proliferavam no mercado nos anos de 1970, porém, a designação com o passar dos anos permaneceu sendo atribuída ao segmento dos transportes semi-oficiais e informais. De acordo com Lopes, o surgimento dos transportes não-oficiais data do final da década de 1970, quando o país sofria uma forte centralização econômica e administrativa, instabilidade política, falta de recursos financeiros, e desinvestimentos nos equipamentos públicos, o que enfraqueceu a empresa pública estatal Transportes Colectivos Urbanos de Luanda (TCUL), incapaz de atender a demanda do contingente urbano, já que não possuíam meios para manutenção técnica e mecânica dos veículos (LOPES, 2004; 2007).

Com a expansão urbana de Luanda, o número de candongueiros e *hiasses* cresceu vertiginosamente, tornaram-se parte vital para a circulação de pessoas e mercadorias. Diretamente, a candonga movimenta uma rede de agentes, como proprietários dos automóveis, motoristas, cobradores, angariadores de passageiros, jovens que fazem lavagem nos veículos e os passageiros. As jornadas de trabalho estendem-se por mais de 12 horas diárias, e ,atualmente, os valores das passagens dentro da cidade de Luanda

não podem exceder a 200 kwanzas³⁴, aproximadamente, 1,8 euro³⁵. Indiretamente o setor movimenta a importação de automóveis, a venda de veículos e peças usados, e os serviços mecânicos para manutenção. Os candongueiros conseguem um bom rendimento monetário quando comparado a outras atividades informais, porém os custos para iniciar um negócio e mantê-lo são altos. Lopes enxerga a candonga como uma atividade consolidada e estável em Luanda, porém chama atenção para algumas irregularidades problemáticas como a infração de normas de segurança no transporte de passageiros, por exemplo, a superlotação, o desrespeito com as regras de trânsito e a falta de documentos de habilitação. Algumas externalidades como congestionamento no tráfego e o aumento da poluição ambiental e sonora, também marcam a lista de preocupações sobre a prática da candonga. Lopes ressalta que a burocracia para a liberação de documentação e regulamentação dos automóveis acaba por desestimular muitos candongueiros a procurarem sua regularização, por isso, da necessidade de um maior rigor das autoridades competentes na fiscalização e na gestão administrativa para se repensar o transporte público urbano e seus agentes. Para além dos rendimentos, a candonga possui forte impacto na sociabilidade urbana da cidade, por definirem os caminhos pelos quais os passageiros serão transportados e por influenciarem o ritmo do tráfego de automóveis, acabam por criarem rotinas e espaços que favorecem outras práticas como o comércio ambulante, que se aproveitam dos congestionamentos para venderem seus produtos aos passageiros. Os *hiasses* também tornam-se instrumentos de difusão de ritmos musicais para consumo popular, uma vez que constantemente tocam sucessos da música local e internacional durante os trajetos. São esses tipos de aberturas espontâneas que conferem à informalidade o potencial de criação de hábitos.

³⁴ Kwanzas moeda angolana instituída em 1977, cada 1 US\$ dólar estadunidense corresponde aproximadamente a 155Kz kwanzas (verificado em janeiro de 2016).

³⁵ Valor atualizado em janeiro de 2016 segundo informado pelo periódico eletrônico SAPO, notícia disponível em: http://www.sapo.pt/noticias/associacao-dos-taxistas-de-luanda-dobra-preco_568aa502772c4ad964b9e95a - Acessado em: 15/01/2016.



Figura 4. Candonga. Fonte: Rede Angola³⁶

Outro grupo de agentes do setor informal são os roboteiros, operam na prestação de serviço de transporte de mercadorias, principalmente nos centros comerciais dos bairros periféricos. A denominação roboteiro deriva da palavra russa *robot* apropriada pela gíria luandense, que significa trabalho físico. Auxiliam principalmente os comerciantes grossistas a levarem a mercadoria para o local das vendas a retalho. A prática é usualmente feita com carrinhos de mão de madeira ou lata, que em alguns casos são confeccionados pelos próprios roboteiros. Esses agentes trabalham por conta própria e não é cobrado nenhum tipo de taxa para a atuação nos mercados (LOPES, 2004). A partir de informações recolhidas em entrevistas com as administrações dos mercados, com os comerciantes, as instituições de intervenção social e com os próprios roboteiros, Lopes relata que muitos jovens envolvidos nesse segmento são órfãos, deslocados de guerra e crianças de rua, que estão expostos à utilização de entorpecentes.

³⁶ Disponível em: <http://www.redeangola.info/preco-do-taxi-devera-ser-fixado-ate-ao-final-da-semana/> - Acessado em: 23/01/2016.



Figura 5. Roboteiro. Fonte: Dias da Independência³⁷

Com a dolarização da economia angolana, surge no final dos anos de 1980 a figura das *kinguilas*, mulheres que vendem dólares/euros no mercado paralelo, nas ruas das cidades angolanas, que em kimbundu significa “quem está à espera”, pois eram mulheres que ficavam nas esquinas e cantos da cidade à espera de clientes interessados no câmbio de moeda local para estrangeira. Ultimamente, a entrada de homens, conhecidos como *doleiros*, tem se tornado cada vez mais comum, hoje o controle das transações estão em mãos masculinas. A prática da *kinguila* é ilegal, pois a legislação restringe a troca de moeda estrangeira somente ao Banco Central e, mais recentemente, às casas de câmbio credenciadas. A prática se popularizou graças à alta inflação e escassez de moedas estrangeiras no mercado, muitos angolanos ao receberem seus salários e rendimentos trocavam o montante em kwanza por dólares americanos, como tentativa de evitar o impacto da flutuação da moeda local e garantir assim o seu poder de compra. A prática da *kinguila* é uma das mais rentáveis, cerca de 100 euros de ganho por dia, e menos exaustiva dentre as atividades da economia informal, todavia, a segurança desses indivíduos sempre está ameaçada pelos assaltantes, surgindo assim a figura dos *seguranças* (LOPES, 2004). Um fenômeno interessante e corriqueiro dentre os profissionais informais é a cooperação em um ambiente inclinado a ser

³⁷ Disponível em: <http://www.independenciaslusa.info/roteiro-angola/> - Acessado em: 11/01/2016

competitivo, o mercado. Segundo Lopes, na kinguila existe:

[...]a proteção mútua que prestam uns aos outros, a realização de empréstimos temporários quando algum dos membro do grupo tem maior necessidade de moeda nacional ou estrangeira para a concretização de um negócio, na guarda dos valores dos companheiros quando têm necessidade momentânea de se ausentar do local que ocupam e, em alguns casos, na participação conjunta em alguns negócios que envolvem valores que excedem a capacidade financeira de um agente individual (LOPES, 2004, s/n).

Sabe-se que os principais empresários e abastecedores do mercado ilegal de divisas são indivíduos envolvidos com o comércio de diamantes, empresários do ramo petrolífero e funcionários de bancos, que em proveito do valor da moeda estrangeira ser mais alta no mercado paralelo, enxergam as kinguilas e os doleiros como meio de se conseguir um maior rendimento (LOPES, 2004). Até 2003, somente importadoras podiam comprar moeda estrangeira diretamente do Banco Nacional de Angola (BNA), o que forçava a população a recorrer à ilegalidade, porém, após a permissão do governo para particulares comprarem até cinco mil dólares, muitos optaram pela compra legal que possui valor menor que o praticado pela kinguila. De acordo com o economista Justino Pinto de Andrade, em afirmação no periódico eletrônico angolano ³⁸, as kinguilas e os doleiros estão em vias de extinção, pois a economia nacional tem sofrido uma série de reformas cambiais que tem fortalecido o kwanza e assim feito a população ir menos às ruas em busca da troca por moeda estrangeira. A grande preocupação do debate público acerca da kinguila é o destino das mulheres dependentes desse segmento após a quase total disciplina do Estado sobre esse setor. Uma das alternativas mencionadas por Lopes é a iniciativa do Ministério da Família e da Mulher que prevê o programa de microfinanciamento para trazer essas mulheres à formalidade. Através da aprovação da lei que reduz a quantidade mínima para a abertura de casas de câmbios, a ideia é que as kinguilas possam atuar legalmente nas zonas periféricas (LOPES, 2004).

³⁸ Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/8794/kinguilas-em-via-de-extincao> - Acessado em: 20/01/2016.



Figura 6. Kinguilias. Fonte: Angonotícias³⁹



Figura 7. Pintores. Fonte: Wall Street Journal⁴⁰

A atuação das kinguilias nas ruas atrai não só clientes, mas também outros serviços informais, segundo Santos (2010), as comerciantes de rua, como as kinguilias e as zungueiras, estimulam o trabalho dos pintores, geralmente jovens do sexo masculino, que oferecem trabalho de manicure e pedicure ambulante. É interessante perceber como o espaço público toma diferentes sentidos, é flexionado pela informalidade a ser uma casa de câmbio, um salão de cabeleireiro, um mercado a céu aberto, espaços que permitem a

³⁹ Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/Item/39754/os-dolares-ja-nao-aparecem-kinguilias> - Acessado em: 11/01/2016.

⁴⁰ Disponível em: <http://wsimag.com/pt/economia-e-politica/15044-ganhar-se-a-vida-em-angola> - Acessado em : 11/01/2016.

articulação de redes sociais, de solidariedade e negociação. Estas formas de praticar o espaço são contrastantes com os princípios modernos impostos à urbanidade, que intentam moldar o indivíduo a ser apenas um *voyeur* nessa estrutura:

Uma das concepções mais difundidas pela ideologia da modernidade é a que define a rua como local de passagem. Assim, o espaço público é visto como a "derivação do movimento". Dentro desse contexto, as ruas da cidade têm uma única função: permitir a circulação das pessoas e mercadorias (Senett, 1988). Não é à toa que a palavra de ordem freqüentemente usada para dispersar as aglomerações urbanas: "Circular, circular!" Não se deve e não se pode parar na "cidade moderna". Há toda uma arquitetura baseada na idéia da passagem: setas, sinais, viadutos, autopistas, túneis. Tudo aponta, conduz, diminui distâncias, projeta (VELLOSO,1990, p.218).

Se o espaço é o lugar praticado (CERTEAU, 1998), então além das restrições de ocupação, a administração governamental também disporá acerca das regras de como praticá-lo. Assim, podem-se identificar, a partir das informações sobre as práticas informais mais convencionais do cenário luandense, alguns elementos disciplinadores como a burocracia para regulamentação de transportes públicos, as políticas cambiais, a flutuação monetária e a logística da administração dos mercados municipais, os quais são contornados por táticas que reinventam outros modos de fazer e outros modos de produção do espaço, a informalidade.

2.2.1. Olhares sobre a economia informal

A primeira discussão acerca da definição setor informal em âmbito institucional internacional foi feito somente na década de 1970, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nesse momento o setor informal era tido como trabalhos à margem da legislação e nas franjas do mercado, uma anomalia nas teorias do desenvolvimento que estavam sendo estudadas e difundidas na época (THEODORO 2000, p.7 *apud* OLIVEIRA, 2008, p.58). Na literatura sobre setor informal existe um forte debate teórico e ideológico sobre como esse setor é orquestrado e como este impacta a dinâmica de desenvolvimento local. Dentre as principais discussões teóricas estão a escola dualista, marxista ou histórico-estruturalista, neoliberal, neomarxista e

voluntarista. Em uma breve explicação sobre a distinção entre essas perspectivas, entende-se a escola dualista como defensora do pensamento da modernização, difundida nos anos de 1970, considerava-se que os países subdesenvolvidos encontravam-se em estágio de transição para uma sociedade industrializada, cujos trabalhadores rurais e de atividades tradicionais iriam ser gradativamente inseridos e absorvidos pela expansão tecnológica e dos parques industriais (SANTIAGO, 2014).

No entanto, essa interpretação foi fortemente contrariada pelos estudiosos marxistas na década de 1980, que criticavam os dualistas por analisarem a pobreza sem questionar a fonte dos ricos. Se por um lado, o setor informal é fruto da insuficiência e incapacidade do sistema de atender todas as demandas por emprego, por outro os trabalhadores informais não estão a margem da acumulação capitalista representado pelo sistema formal, na realidade, são parte integrante do moinho econômico gerador de riquezas (SETHURAMAN, 1976, *apud* SANTIAGO, 2014, p.33). Pelo entendido aqui, a visão marxista entende que o setor informal contribui no processo de distribuição capitalista, no processo de produção por meio da subcontratação de mão-de-obra barata para as corporações transnacionais (CHEN, 2000,p.7) e são dependentes dos recursos e produtos tecnológicos e matérias-primas que são fornecidas pelo setor formal, ocupando assim, de acordo com essa visão, função estratégica na manutenção da estabilidade econômica.

Tentando localizar o que se costuma se chamar de visão neoliberalis o setor informal como sendo um movimento espontâneo de desregulação vindo debaixo, que mostra a insubordinação à legalidade e controle do Estado, a concepção neoliberal não reconhece a relação entre o setor formal e informal como articuladas em uma mesma estrutura (SKINNER, 2008, p.3). Enquanto para outras correntes como os estruturalistas ou mesmo neomarxistas entendem a informalidade como grande auxiliar da acumulação capitalista, sendo a relação do setor informal e formal complementar e competitiva entre si. Dessa forma, o setor informal não apenas não está à margem do sistema econômico, como também é parte estruturante da economia moderna. Convencidos dessa dinâmica, Manuel Castells e Alejandro Portes propõem a mudança terminológica de setor para economia informal, devido a sua alta complexidade e formações de redes que influenciam diferentes esferas sociais

e políticas (SANTIAGO, 2014, p.40-41). E por último, dentre as abordagens convencionais sobre o setor informal há o viés voluntarista, a qual compreende que não é somente a ausência de recursos e a espera por uma inserção na economia formal que caracteriza as causas para os indivíduos optarem pela informalidade, segundo os teóricos dessa vertente, a intencionalidade e a escolha racional dos indivíduos também devem ser considerados, principalmente por parte daqueles que veem no trabalho informal sua autonomia, flexibilidade e maiores possibilidades de expansão dos ganhos (HIRATA, 2007; VIANNA, 2006 *apud* SANTIAGO, 2014, p.44).

A partir desse breve histórico sobre a concepção de setor ou economia informal, observa-se que as abordagens convencionais mantêm uma lógica hierárquica entre o formal e o informal e restringe a análise da informalidade à organização econômica (SKINNER, 2008, p.4). Quando se analisa o contexto urbano luandense, percebe-se que o setor informal transborda os limites econômicos, a informalidade acaba por tecer o cotidiano da rede de trabalhadores e clientes desse segmento.

Informalidade se afigura como um conceito bem mais amplo e que pode abarcar situações diversas. Por abarcar uma grande diversidade de situações, podendo ser identificada como uma combinação de atividades informais tradicionais com novas formas de trabalho sem contrato de trabalho formalizado (ALVES, 2001, p.100) (SANTOS, 2015, p.48).

Orlando Santos (2015) critica a centralização do mercado de trabalho formal como razão da expansão ou retração da informalidade, argumento adotado pelos discursos das teorias tradicionais sobre setor informal. O sociólogo coloca em questionamento o paradigma do trabalho assalariado, salienta que os estudos sobre informalidade devem ser orientados a compreender as novas configurações locais e globais de trabalho e adverte acerca da tendência de se abordar a informalidade por outras lentes :

[...]tem permitido a emergência de novas formas de abordar o tema. Tanto é assim que o discurso segundo o qual a economia informal é algo a eliminar, pela sua natureza ilegal, começa a ser substituído por outro, que alimenta a possibilidade de legitimar, integrar e enquadrar a economia informal no ordenamento jurídico-legal, devido a dois fatores: por se instituir como elemento de combate à pobreza e à exclusão social, e por contribuir para a diminuição dos mecanismos

de intervenção do Estado-Providência (MENEZES, 2008 apud BARROQUEIRO, 2010, p. 22-23) (SANTOS, 2015, p.49).

Ao enxergarmos a realidade das zungueiras, a partir desse entendimento sobre informalidade, compreende-se que a atividade da zunga em Luanda é fruto de relações sociais, culturais, ambientais e econômicas, não sendo apenas um meio de sobrevivência, mas um modo de interagir com o espaço urbano. Em diálogo com essa perspectiva, Milton Santos propõe uma leitura sobre a dinâmica da economia urbana, a qual é composta por dois circuitos estruturantes, denominados de superior e inferior. Segundo Santos, "o circuito inferior é formado de atividades de pequena escala, servindo, principalmente à população pobre e ao contrário do que ocorre no circuito superior, essas atividades estão profundamente implantadas dentro da cidade, usufruindo de um relacionamento privilegiado com a sua região."(SANTOS, 1979, p.34-35). Nesse contexto, o geógrafo, considera o capital, a tecnologia e a organização como características principais que distinguem os dois circuitos. Enquanto no superior o fluxo de capital é maior e a tecnologia segue uma lógica imitativa, no inferior, os trabalhos usam menos capital, não operam por meio de uma organização burocrática e a tecnologia é baseada no uso de uma mão de obra numerosa, que oferece considerável potencial de criatividade (SANTOS, 1979, p.40). É importante ponderar que Milton Santos considera a denominação setor informal inadequada, pois o termo atribui sentido de ilegalidade, marginalização e anomalia, enquanto a denominação circuito inferior permite reconhecer uma dinâmica social e econômica atrelada ao circuito superior, de modo a evidenciar que as lógicas de acumulação de capital e a lógica de busca pela sobrevivência, fazem parte de uma mesma estrutura.

Outra percepção importante acerca da informalidade é seu caráter dinâmico, que combina atividades informais tradicionais a novas formas de trabalho não formalizado (SANTOS, 2015, p.48), ou seja, está em constante processo de transformação e adaptação. Esta interpretação converge ao que Serge Latouche (2011) entende sobre setor informal em sua obra *La otra África*, na qual a informalidade não significa atraso ou marginalização, mas sim fenômeno de intensa relação com a modernização dos espaços e da economia. Porém esse autor, apresenta em sua obra sobre África uma análise

profundamente generalizante, não dando lugar a um estudo mais empírico em que se possa apoiar. Apesar disso, ainda pode-se problematizar algumas questões para o caso aqui tratado, de Luanda. Desse modo, como a informalidade praticada pelas zungueiras produzem o peculiar no espaço urbano de Luanda?

1.3. Zungueiras: como transformar a cidade em meio de sobrevivência

As zungueiras não são agentes econômicos recentes no cenário de Luanda, como já dito anteriormente, são o legado das antigas quitandeiras⁴¹, principais responsáveis pelo abastecimento da cidade-porto no século XVII, comercializavam diversas mercadorias desde primeira necessidade a peças de luxo e importados. Entender o imaginário de representação das zungueiras é revisitar os aspectos tradicionais das quitandeiras e interpretar os desdobramentos locais das demandas de um mundo globalizado.

A solidariedade é peça fundamental entre os trabalhadores informais, onde quer que eles surjam. As redes de solidariedade "compreendem a reciprocidade, a tolerância, a compreensão, a amizade, a honestidade, o respeito, a descontração, o sorriso, o calor humano, a comunicação. Por mais que possam parecer manifestações simples, banais, discretas, aparecem no espaço contemporâneo, nos interstícios da vida urbana" (AGUIAR, 2005), no caso, não somente no contemporâneo, essas atividades aparecem nos tempos mais recuados, no século XVIII, por exemplo:

A aparente confusão daquele agitado comércio urbano escondia uma atividade bastante organizada. As quitandeiras se dividiam conforme suas especialidades: havia mulheres que só vendiam peixe, outras que ofereciam apenas comidas prontas e as que se dedicavam aos chamados "produtos da terra", como amuletos, pemba (argila branca usada em rituais religiosos), liamba (cânhamo) e macânha (tabaco). As peixeiras formavam uma espécie de cooperativa com profundos laços de solidariedade e conseguiam prestar auxílio às colegas menos afortunadas. Na época do parto, as mães podiam ficar um tempo com os filhos e só depois retornar ao trabalho (PANTOJA, 2008).

⁴¹Do quimbundo, a palavra quitanda significa mercados e feiras e as mulheres, quem trabalha nesse ofício, são denominadas quitandeiras. Estas podem trabalhar fixadas em bancas e mercados ou serem ambulantes. Para ler mais sobre o assunto ver Pantoja, *Quitandas e quitandeiras: história e deslocamento na nova lógica do espaço em Luanda*.

A relação não somente entre elas, como também com os clientes que geralmente são do mesmo nicho social, caracteriza, uma forma de solidariedade de classe e de gênero, comum entre esse tipo de trabalhadoras (MONTEIRO,2012; DUCADOS, 1998; GRASSI,1998). As zungueiras, assim como outros segmentos da informalidade, possuem arranjos de cooperação entre si. Por meio do levantamento bibliográfico sobre vendedoras e a informalidade em Luanda, identificou-se duas práticas que envolvem a confiança mútua e laços de solidariedade, a *Kixikila* e a *Kilapi*. Segundo Ducados a prática da kixikila é alternativa para os pobres se organizarem e articularem, entre familiares, vizinhos ou pessoas do mesmo nicho de trabalho, uma outra fonte de recursos. A kixikila consiste em uma associação de poupança e de crédito rotativo, as chamadas *Rotating Savings and Credit Association* (ROSCAs), que existem em diferentes regiões do globo, não restritas aos países em desenvolvimento (DUCADOS,1998,p.6). As ROSCAs funcionam basicamente com a formação de um grupo informal, no qual cada membro contribui com um montante, com uma determinada frequência, de modo a constituírem um fundo comum. Esse fundo é utilizado rotativamente por cada um dos membros (DUCADOS, 1998, p. 5).

[...] em primeiro lugar, na fase de criação deste tipo de associação rotativa de poupança e crédito, juntam-se entre 5 a 10 mulheres que vivem normalmente no mesmo bairro ou que têm as mesmas atividades econômicas na praça do mercado onde operam. Estas mulheres são convidadas a reunirem-se a partir da iniciativa de uma pessoa e que é normalmente uma mulher mais velha ou que tem mais influência sobre as outras (por exemplo, habilidade de liderança). Aceite a ideia de formarem tal associação de poupança e crédito informal, elas passam, numa segunda fase, a contribuir monetariamente e de forma regular com um montante fixo. Este montante fica na posse de cada uma delas, em ordem pré-determinada de acordo com a frequência da contribuição do grupo. Uma vez o ciclo acabado, recomeçam-no de novo. (DUCADOS, 1998, p.8)

A kixikila, também conhecida como circuito de ajuda mútua, é uma prática exercida geralmente por mulheres e o destino de sua aplicação é o suprimento da demanda familiar, como alimentação, vestuário e material escolar dos filhos. No caso das zungueiras, a kixikila também pode ser considerada como uma organização informal para manutenção dos negócios, sendo um apoio em momentos de baixa movimentação das vendas ou uma proteção em caso de roubo ou apreensão das mercadorias. A liderança do

grupo deve ser daquela que possui maior experiência, possui melhor condição monetária, perfil geralmente atribuído às mulheres mais velhas. Para o pleno funcionamento da kixikila é necessário o comprometimento e a confiança mútua entre todas as envolvidas, Marzia Grassi em seu estudo sobre o perfil das empresárias angolanas, ressalta que no caso das vendedoras ambulantes a kixikila é o que garante a muitas mulheres comprarem mercadorias quando estão sem dinheiro e assegurar a alimentação dos filhos. Porém, segundo a autora, graças à “desconfiança sempre crescente, devido a perda dos valores morais da sociedade” (GRASSI, 1998, p.217), a kixikila acaba por reunir, conseqüentemente, pessoas conhecidas e mais velhas.

Dentre os relatos coletados por Monteiro, um deles chama atenção por explicitar essa relação de solidariedade entre essas vendedoras. Quando ocorre de uma das vendedoras não conseguir alcançar a meta do dia, todas se reúnem e contribuem com uma pequena quantia, como são muitas, o montante final é o suficiente para ajudar a companheira de trabalho:

Quando não tenho dinheiro, não vendi nada, somos um grupo de amigas zungueiras das cuecas, as outras, nós somos bwe (muitas) do grupo, quando a outra não vende recolhem 50 kuanzas de cada até dar 500 ou 700 kuanzas e dá naquela outra que não vendeu (Teresa, 36 anos, 2011 apud MONTEIRO, 2012, p.121).

Outra prática muito comum é a Kilapi, que compreende uma forma de venda a crédito e permite uma relação mais próxima com o cliente. Por conhecerem a residência, os filhos e os parentes dos clientes, as vendedoras acabam por desenvolver uma relação de amizade e de confiança, a ponto de venderem os produtos a crédito de acordo com a necessidade do cliente, podendo o prazo para a efetivação do pagamento ser de até 3 meses. Prática informal que podemos lembrar o hábito entre a população brasileira do cheque pré-datado, que na informalidade, dentro do mercado formal, faz a vez de crédito, baseado na relação de confiança:

Às 11 horas, uma jovem de 28 anos, descia a zona da Mutamba. Levava às costas uma criança, com 2 anos. Na mão direita umas blusas e na esquerda um saco transparente com sapatos para mulher. Ela não publicitava o negócio. Quando chegou junto de uma pastelaria, pediu a uma das empregadas que chamasse a colega. “Mana chama só a Gia”, pediu. Minutos depois a Gia surgiu e comprou um par de sapatos que já tinha encomendado à zungueira. Posteriormente escolheu uma blusas mas “ não pagou já”. Pôs no kilapi. A zungueira Titã, que vive no Golf II e vem todos os dias para a Baixa, disse que Gia “é cliente de confiança e nunca deixou ficar mal. Tita contou que na Baixa de Luanda tem muitos clientes que nunca a

deixaram ficar mal. “Eu deixo a mercadoria e venho buscar o dinheiro no fim do mês”, disse. Acrescentou que não perde com esse modo de fazer negócio. “Deixo a mercadoria no princípio ou no meio do mês e venho buscar o dinheiro quando sei que o salário já caiu. Para aquelas que recebem no princípio do mês o preço é outro, para as que recebem no meio do mês, o preço, também, é outro. É mais caro. É assim que consigo ter lucros”, referiu. - Como sabe que os salários já foram pagos? “Há meninas e senhoras sérias que me telefonam para eu ir buscar o meu dinheiro”, respondeu. “As clientes de Titã sabem bem as minhas dificuldades. Sabem que nós não estudamos muito, por várias razões. Sabem que temos filhos para criar e que estamos a construir as nossas cubatas, por isso é que não nos deixam mal”, salientou (Jornal de Angola, 2009)⁴²

Segundo depoimento de outra zungueira, Joana, entrevistada pela reportagem, só é possível fazer kilapi com a zunga, pois por saberem onde os clientes moram ou trabalham fica mais fácil de irem cobrar, a entrevistada acrescentou ainda que se os vizinhos percebem que ela está indo muitas vezes cobrar, o cliente devedor fica com vergonha e paga a dívida, já nas bancas dos mercados isso não é possível.

O fato de serem donas de seus próprios negócios as permitem que façam seus próprios trajetos e horários, conforme relatado por Monteiro (2012) no trabalho de campo para a investigação, o horário do almoço geralmente é quando param e se encontram com mais descontração, almoçam juntas e trocam informações. A relação entre as trabalhadoras do próprio segmento e com os clientes acaba por produzir uma atmosfera de negociação, de concorrência consciente sobre todas estarem sob os mesmos desafios e a necessidade de se unirem na adversidade. Nesse sentido, a relação autogestionada que as zungueiras possuem com a atividade, permite que tenham um olhar para além do econômico, que abrange a empatia de classe e a cumplicidade na manutenção de uma rede de sobrevivência.

2.4. Da invisibilidade à violência

A prática da venda ambulante é regulamentada pelo Decreto Executivo

⁴² Trecho da reportagem intitulada: Zungueiras de Luanda: Na zunga está o ganho mesmo a dar kilapi, por Kilssia Ferreira. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/cultura/zungueiras_de_luanda_na_zunga_esta_o_ganho_mesmo_a_dar_kilapi - Acessado em: 10/06/2016.

Nº 48 publicado em junho de 2000 pelo Ministério do Comércio. O decreto define comércio ambulante como atividade comercial a retalho exercida de forma não sedentária e dispõe sobre a regularização dos vendedores. Segundo a normativa, cabe às administrações municipais autorizarem o exercício, mediante a emissão do cartão de vendedor com validade de 1 ano, para atuação somente na área para qual foi emitida. Para a venda de produtos alimentícios há necessidade do cartão de sanidade, além do cartão de vendedor. Está previsto também no decreto o modo como a mercadoria deve estar apresentada, por exemplo, com a exposição dos respectivos preços e com determinado tipo de material para armazenamento. No que se refere às interdições, o decreto condiciona a venda ambulante às normas higio-sanitárias, estéticos e de comodidade para o público, além de proibir os ambulantes de impedirem o trânsito e o acesso a prédios, bem como, a lançar desperdícios, lixos ou outros materiais nas vias públicas. Por fim, o instrumento normativo define e especifica os produtos que são vedados para comercialização ambulante. Mesmo sendo regulada pelo Estado, para ser considerada formal é necessário responder uma série de requisitos normativos que garantam seguridade social, direitos trabalhistas, além de uma legislação tributária, dentre outros direitos e deveres prescritos em lei e atividades burocráticas :

[o] termo “economia informal” se refere a “ todas as atividades económicas dos trabalhadores e unidades económicas que - na lei ou na prática – não estão abrangidas ou estão insuficientemente cobertas por disposições formais. As suas atividades não estão incluídas na lei, o que significa que operam fora do âmbito formal da lei; ou não são abrangidas na prática, o que significa que - embora elas estejam a operar no âmbito formal da lei, a lei não lhes é aplicada ou não é assegurada; ou a lei desincentiva a conformidade porque é inapropriada, onerosa ou impõe custos excessivos” (OIT, 2014, p.8).

Na prática, segundo a organização WIEGO (Woman in Informal Employment: Globalizing and Organizing), a formalização para os vendedores ambulante é:

A formalização também significa ter um local seguro para fazer suas vendas, em um boa localização na cidade. No entanto, na maioria dos municípios, essa não é a realidade dos vendedores ambulantes. Em vários casos, a formalização significa sair das ruas ou ir para locais de trabalho que não são economicamente viáveis, pagando impostos e taxas que estão acima dos valores possíveis para os

vendedores⁴³

Como exposto, a prática da zunga é regulamentada por decreto, o que implica em um controle do Estado sobre a prática por meio de fiscais, que perseguem aqueles vendedores que de alguma forma não cumprem as disposições. Segundo o relatório da *Human Rights Watch* intitulado “Tira essas porcarias daqui”, as condições requeridas pelo governo para o registro e regularização da venda ambulante não corresponde com a realidade sócio-econômica dessa parcela populacional. Para a emissão do cartão de vendedor, além da cobrança monetária, é obrigatório que esses indivíduos apresentem bilhete de identidade. Todavia, situações como dos refugiados de guerra que se deslocaram sem a documentação de nascimento, a falta de alfabetização e de documento de identidade dos pais que os impediram de fazer o registro dos filhos ou o fato do governo somente oferecer o bilhete de identidade gratuito até os 5 anos de idade, configuram em um conjunto de entraves para o cidadão em condições de vulnerabilidade conseguir a emissão do cartão de vendedor. O problema de registro civil em Angola, não somente impede os vendedores ambulantes de exercer sua cidadania como trabalhador, como prejudica o acesso a outros direitos sociais.

Atualmente, as medidas anunciadas pelo governo da Província de Luanda dizem respeito à transferência do comércio de rua e ambulante para os mercados públicos, estruturas reformadas ou recentemente construídas em áreas periféricas. O realocamento dos vendedores ambulantes para essas estruturas formais tem sido impopular entre os profissionais. As principais reclamações são o baixo número de clientes, sendo a zunga mais vantajosa nesse aspecto por atingir um maior público, e as taxas das bancas nos mercados, as quais possuem valores oficiais de até 100 kwanzas por dia, porém, em algumas regiões, agentes administrativos cobram 40.000 kwanzas para atribuir um lugar ao vendedor.

Há relatos de zungueiras que conseguem a emissão de cartões de vendedor, e assim como orientado, procuram vagas juntos aos mercados, no entanto, a desorganização burocrática do poder público as desestimulam:

⁴³ Reportagem intitulada: Formalização da Economia Informal? – Um Diálogo sobre Políticas Disponível em: <http://www.inclusivecities.org/blog/formalizacao-da-economia-informal-um-dialogo-sobre-politicas/> - Acessado em: 23/01/2016.

Em Novembro de 2012, fui à administração [de Viana], fiz duas fotos, recebi uma guia para um lugar no Mercado do Quilómetro 30. Cheguei lá e apresentei a guia, mas a senhora disse que já não havia mais espaço. Fui outra vez à administração. Mandaram-me ir aos serviços comunitários buscar informação. Lá, disseram que não era ali. Que tinha de voltar ao sítio onde tratei da guia. Voltei à administração e expliquei. A senhora da administração disse para voltar no dia seguinte porque tinha de anular a guia primeiro. Para isso, tinha de encontrar-me com o Toni Mulato [administrador do Mercado Quilómetro 30]. Fui lá duas vezes, mas não o encontrei. E desisti. (HRW, 2013)

Monteiro também chama atenção para a preferência pela zunga ao invés das bancas nos mercados municipais, no relato de Shirley (nome atribuído pela autora para preservação da identidade da entrevistada) evidencia-se as vantagens da circulação de mercadorias pelas ruas:

–Zungar é para procurar pão para as crianças, não temos bancada...lugar não temos. Na zunga é melhor, pois quem vende na bancada reclama que vale a pena ficar na zunga. O cliente nos chama e nós vamos, aquelas que vendem na bancada não, o cliente tem que ir até elas, mas se encontra o que quer numa zungueira compra já. Na zunga tas a passar, tão a te chamar...as vezes na bancada é mais caro, as zungueiras há vezes que despachamos barato para ir comprar mais(Shirley,26 anos, 2011). (MONTEIRO, 2012, p.113).

No debate promovido pela organização não governamental *Development Workshop*, com a presença dos representantes da Associação da Juventude de Vendedores Ambulantes de Angola (AJAVA)⁴⁴ em 2014, muito discutiu-se acerca do posicionamento governamental e a realidade diária das vendedoras e dos vendedores nas ruas de Luanda. Chama-se atenção a alta convergência entre os interesses expressos pela Associação e as medidas adotadas pelo Governo para dirimir a venda ambulante. Afirmam que somente representam os interesses dos vendedores legalizados, excluindo uma parcela significativa daqueles que não os são. Tal posicionamento consiste em uma das principais estratégias da Associação: somente pela regularização a categoria terá visibilidade frente ao governo. Quando questionados pelos debatedores sobre a violência sofrida pelas zungueiras, disseram que já se reduziu o número de abusos policiais e hoje buscam mobilizar os profissionais desse ramo para se regularem por meio de registros e se alojarem em mercados municipais de

⁴⁴A gravação do debate está disponível por meio do link: <http://www.dw.angonet.org/content/carlos-kandov-e-niza-ro%C3%A7-associa%C3%A7%C3%A3o-dos-vendedores-ambulantes-de-angola-0> – Acessado em: 12/11/2015.

acordo com as orientações governamentais. Outra proposta apresentada pela associação foi a criação de quiosques nas ruas e de feiras populares itinerantes, de modo a contemplar os vendedores que não se adaptam ou não logram lugares nos mercados municipais. Além da estruturação em mercados, a Associação entende que a concessão de microcrédito é uma estratégia de fortalecimento desse segmento e confere estabilidade à prática dessas vendedoras.

Diferentemente da visão que a Associação possui do governo, o relatório da organização não governamental *Human Rights Watch*, publicado em 2013, intitulado "Tira essas porcaria daqui", denuncia a violência contra as vendedoras ambulantes em Luanda promovida por agentes fiscais que as perseguem diariamente. Estas são coagidas, ameaçadas e extorquidas por representantes da Lei e muitas são silenciadas, não fazem queixas formais. As organizações internacionais e alguns setores da sociedade civil nacional dão visibilidade a essas mulheres, chamando a atenção para a negligência do Estado com essa parcela relevante para a movimentação econômica de Luanda, como reforçado por Orlando Santos:

A pretensão legalista do poder público, em disciplinar e punir comerciantes de rua, para além de uma falta de sentido de políticas públicas voltada para esses atores sociais, tem se ancorado numa acentuada falta de atenção do papel social e da criatividade destes comerciantes em Luanda. Tal facto torna-se evidente na forma como as kinguilas⁴⁵ e, sobretudo, as zungueiras são combatidas, bem como a ausência de qualquer política de protecção social séria destinada a esse grupo social. (SANTOS, 2011, parágrafo 95)

Assim como apontado por Santos, o relatório discorre uma série de violências contra as zungueiras cometidas pelos fiscais municipais e "civis", pessoas não uniformizadas que atuam na fiscalização informalmente:

[...] agentes da polícia e fiscais do governo têm levado a cabo operações conjuntas contra os vendedores ambulantes por toda a cidade, frequentemente espancando vendedores e vendedoras, incluindo grávidas e mulheres com bebês às costas. A polícia e os fiscais também apreendem bens, extorquem subornos, fazem ameaças de detenção e, em alguns casos, detêm os vendedores ambulantes regularmente durante as rusgas. (HRW, 2013)

A zunga é constituída majoritariamente por mulheres para obter a alimentação da família e educação dos filhos, situação que é tendência em

⁴⁵Kinguilas são cambistas informais, geralmente mulheres, que fazem trocas de dólares e kwanzas nas ruas de Luanda.

várias partes do continente e do mundo. Estarem expostas a essas condições de trabalho, vulnerabiliza ainda mais uma atividade que não possui nenhum tipo de seguridade social por parte do Estado. As violências denunciadas pelas zungueiras e testemunhadas pelos transeuntes são, de certa forma, legitimadas e alimentadas pelo governo luandense. Desse modo, a atividade ambulante pode ser caracterizada por um trabalho que conta com a violência legitimada por um sistema de gestão social e “norteado por um projeto de modernização predatório e excludente” (MONTEIRO, 2012, p.55).

Essas vendedoras são expostas pela opinião pública ora como mulheres que se sacrificam diariamente para garantir a sobrevivência de suas famílias, ora como agentes econômicos fora da lei e transgressores da modernização urbana. Com base nas notícias vinculadas nos principais jornais eletrônicos⁴⁶ sobre os vendedores ambulantes, podem-se identificar as redundâncias dos esforços públicos para a extinção da prática da zunga nas artérias urbanas. Em 2012⁴⁷, o governador da província de Luanda, Bento Bento anunciou o fim da prática ambulante em áreas não autorizadas, como um dos meios de melhorar e acelerar a modernização da urbe. As soluções, apresentadas pelo governo, seriam as construções de mercados que alocariam os vendedores, maior fiscalização e aplicação de multas aos desobedientes.

A tentativa de disciplinar a venda ambulante não tem tido êxito, pois o número de bancas criadas com os novos mercados são insuficientes para atender o contingente crescente de zungueiros que se estabelecem nas ruas da cidade. Outro fator é a localização desses novos mercados, cada vez mais periféricos, os vendedores reclamam que por serem mal localizados os clientes não comparecem, assim o dinheiro das poucas vendas destina-se apenas ao pagamento do aluguel da banca. Acredita-se que a má localização dos mercados e falta de vagas para todos são os principais fatores para muitos vendedores optarem por continuar nas ruas, mesmo após as constantes proibições. Em 2013, a ministra do Comércio, Rosa Pacavira, anunciou a distribuição de cartões de identificação de vendedores de acordo com as regiões que atuam, limitando os lugares de circulação dos ambulantes, a justificativa é impedir que vendedoras de outras regiões concorram o espaço

⁴⁶ Foram verificados os jornais: O País, AnjoNotícias, SAPO – Angola e Notícias de Angola.

⁴⁷ Anúncio do governador publicado pelo jornal

das vendedoras locais e assim evitar que sobrecarreguem a estrutura dos mercados, o que para muitos isso é um problema, pois quando a movimentação em um determinado mercado está baixa, recorrem a outra zona comercial para conseguirem maiores rendimentos.

As investidas para extinção da zunga conta também com a fiscalização e aplicação de multas. No mês de março de 2016, o governador da província de Luanda, o general Higinio Carneiro, comunicou a aplicação de multa no valor de 45 mil kwanzas à venda ambulante desordenada, tanto aos vendedores quanto aos compradores, correndo o risco de serem condenados, criminalmente, a até três meses de prisão. No comunicado do governador fica evidente a construção de uma contraposição entre a zunga e a cidade “moderna”:

Numa altura em que se exige uma atitude exemplar de todos aqueles que habitam e desenvolvem as suas actividades no município de Luanda e com vista a combater as causas que têm estado na origem da degradação do saneamento básico, o combate à venda ambulante desordenada é crucial para a organização de uma Luanda moderna onde todos se sintam bem (comunicado de Higinio Carneiro, 30/03/2016)⁴⁸.

São inúmeras as notícias e reportagens acerca da violência policial e de agentes fiscais contra os vendedores ambulantes. A zunga tem sido marcada pela violência institucional e física, muitos agentes agredem senhoras e mulheres grávidas e com crianças. Há também casos de falsos fiscais que se aproveitam da situação de vulnerabilidade dessas mulheres, e as roubam alegando fazerem parte do poder público. Na seção Carta dos Leitores do Jornal O País, foi publicado um relato muito ilustrativo sobre como as zungueiras tem sido exploradas por falsos agentes, segundo a leitora, no momento que estava fazendo compras das vendedoras ambulantes, chegaram indivíduos fardados de polícia em um carrinha Canter – espécie de uma caminhão de pequeno porte com carroceria aberta – e retiraram todas as mercadorias das mulheres e de algumas todo o dinheiro de um dia de trabalho, se denominavam como agentes de fiscalização, porém vestidos como policiais. A leitora afirmou que aquelas mulheres foram vítimas de um assalto⁴⁹. Outra

⁴⁸ Disponível em: <http://www.redeangola.info/multa-para-quem-zungar-sera-de-kz-45-mil/> - Acessado em 15/04/2016.

⁴⁹ Disponível em: <http://opais.co.ao/cartas-dos-leitores-luanda-as-zungueiras-e-os-falsos-agentes/> - Acessado em: 10/02/2016.

notícia relata que os agentes buscam as mercadorias de maior valor para apreensão, para a recuperação dos bens é necessário quitar uma multa de 50% do valor total da mercadoria apreendida⁵⁰. Aquelas comerciantes que buscam suas mercadorias, muitas vezes não conseguem recuperá-las integralmente, pois não são encontradas nos depósitos ou são devolvidas incompletas. As zungueiras revoltam-se por muitas vezes as multas serem pagas diretamente aos fiscais que não apresentam nenhum tipo de documentação ou carimbo para atestar o pagamento da multa, suspeitam que o dinheiro vá diretamente para eles. Nesse cenário, as medidas para extinção da zunga tem se tornado claramente um instrumento de legitimação da violência contra esse grupo social. Paradoxalmente, o presidente, José Eduardo dos Santos e o então governador da província, Bento Bento, em março de 2014, convocaram os comerciantes, esmagadoramente a maioria dos presentes eram do sexo feminino, para um discurso público voltado à condenação dos atos de violência e repressão contra as zungueiras. O discurso foi feito em reação a organização de um protesto de solidariedade às zungueiras, encabeçado pela União de Activistas das 18 Províncias (UAP18), o qual após a manifestação das autoridades foi cancelado⁵¹.

Além da repressão policial e dos fiscais, o poder público também punirá àqueles que colaboram com a continuidade da zunga. De acordo com o presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Tavares, em pronunciamento no I Encontro do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social, os colaboradores dos ambulantes também devem ser punidos, segundo os dados apresentados, cerca de 90% dos vendedores ambulantes não residem na circunscrição onde trabalham, contam com as casas de processo para guardar mercadorias e instrumentos para as vendas. Os proprietários das habitações serão penalizados, assim como as pessoas que forem pegas comprando dos ambulantes. O que se percebe é a estratégia da Comissão de minar todas as engrenagens que fazem a zunga se manter nas ruas. Quando questionado sobre o destino das mercadorias apreendidas,

⁵⁰ Disponível em : <http://www.dw.com/pt/zungueiras-enfrentam-condi%C3%A7%C3%B5es-desumanas-nas-pris%C3%B5es-angolanas/a-17399264> - Acessado em: 10/02/2016.

⁵¹ Disponível em: <http://www.redeangola.info/presidente-ordena-fim-de-repressao-as-zungueiras/> - Acessado em: 16/03/2016.

Tavares informou que o procedimento é distribuí-las entre instituições que atendem crianças e idosos, bem como para regiões afetadas pela seca no sul do país como a província de Cunene.

O governador Graciano Domingos, sucessor de Bento Bento, em um artigo jornalístico intitulado “Adeus zungueiras, diz o governador de Luanda”⁵², expõe que o problema da zunga é uma questão de organização econômica, portanto para diminuir a atuação dos vendedores ambulantes, é necessária a ampliação do setor formal de abastecimento. Domingos alegou que em zonas mais populosas como Viana e Cazenga é essencial a implantação de super e hipermercados, pois somente com o oferecimento de um espaço formalizado, é que conseguirão alterar o hábito da população de comprar nas ruas. Nesse aspecto o governador ignora uma realidade latente em Angola, onde supermercados praticam preços muito altos e comercializam, majoritariamente, produtos importados. As zungueiras é um dos modos pelo qual os produtos nacionais circulam, é um instrumento de negociação entre cliente e vendedor, é um meio de sobrevivência e de enfrentamento do cotidiano em uma das cidades mais caras do mundo na atualidade.

Dentre as reportagens levantadas estão entrevistas com zungueiras, que destacaram que o principal motivo que leva muitas mulheres, incluindo grávidas a andarem é a falta de um espaço fixo ou de uma praça com condições⁵³. As zungueiras afirmam o desejo de terem espaços estruturados para trabalharem e reclamaram sobre a falta de negociação com o governo em relação à transferência dos armazéns para outras zonas, e também garantiram que se a causa da transferência for o lixo, limparão todos os dias. A maior parte dos comentários tecidos pelos leitores virtuais dos jornais é de apoio às zungueiras e de fortes críticas direcionadas ao governo que quer resolver o comércio ambulante sem oferecer condições de trabalho dignas e outros meios acessíveis para a população consumir.

A informalidade exercida por essas mulheres é uma forma de luta pela sobrevivência, bem como, caracteriza-se como resistência ao controle das

⁵² Disponível em: <http://jornalf8.net/2014/adeus-zungueiras-diz-o-governador-de-luanda/> - Acessado em: 15/03/2016.

⁵³ Disponível em: <http://opais.co.ao/zungueiras-gravidas-e-batalhadoras/> - Acessado em : 10/03/2016.

instituições que as perseguem. Graças à zunga, muitas mulheres conseguem construir suas casas e garantir alimentação e educação aos seus filhos. É um trabalho árduo, que muitas vezes convive com a criminalidade e abusos de autoridades corruptas.

2.5. Mulheres na Zunga: repensando o papel feminino

A atividade informal feminina não somente está ligada às táticas de sobrevivência, como também permite reflexões sobre o debate da assimetria de gênero e o lugar ocupado por essas mulheres na sociedade em Luanda. Desse modo, tendo em vista que a atividade da zunga é majoritariamente exercida por mulheres, buscou-se refletir acerca das questões de gênero e o papel desempenhado por estas mulheres na sociedade atual angolana a partir das discussões que envolvem as tradições culturais e problemas socioeconômicos enfrentados pelo país em sua história recente.

Em Angola, como em muitos países da África Austral e Central, o papel tradicional ocupado pelas mulheres é assegurar a alimentação da família e a criação dos filhos. Para além das atribuições domésticas, historicamente as mulheres estiveram envolvidas com práticas comerciais e no meio rural eram responsáveis por cultivar agricultura de subsistência, fontes de recursos para manutenção familiar. No nicho doméstico, geralmente a mulher e o homem são economicamente independentes, sendo cada um responsável de forma diferente na gestão do agregado familiar (GRASSI, 1998, p.212).

Outro fator que evidencia o protagonismo feminino é a matrilinearidade, a maior parte dos grupos étnicos que compõe a população angolana são grupos matrilineares, isso significa que a mulher possui função determinante na contagem de parentesco. Vindas de uma relação dos meios rurais de um sistema de casamento poligâmico, de uma organização social onde as mulheres eram tradicionalmente as responsáveis pelo trabalho agrícola, as vendedoras ambulantes de Luanda trazem em si costumes que irão se adaptar e se reconstruírem segundo suas vivências nos espaços urbano de Luanda. Segundo Carvalho⁵⁴, a poligamia atualmente em Angola restringe-se ao meio rural, já no meio urbano as relações matrimoniais são monogâmicas

⁵⁴ Artigo disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/17798/poligamia-nao-deve-constituir-preocupacao-social-em-angola-paulo-de-carvalho> - Acessado em: 20/12/2015.

predominantemente, o que faz o número de casos de poligamia serem inexpressivos.

A análise das comerciantes ambulantes de Luanda levanta questões de gênero a respeito de compreensão do papel social feminino e como este está em constante reinvenção e adaptação às estruturas sociais modernas. Ao visitar algumas ideias sobre gênero, que não são exatamente sobre as mulheres de Angola, mas reflexões sobre os papéis de gênero para as regiões africanas, discute-se alguns aspectos do debate sobre mulheres que permeiam a prática da zunga e de certo modo impacta a orientação de projetos de desenvolvimento e a produção de conhecimento.

Como exposto, o cuidado do lar está centralmente localizado nas atribuições femininas, essa relação está ligada às práticas de *motherhood* ou *mothering* que implicam na responsabilidade do cuidado das crianças e de toda comunidade, em prover a nutrição e a proteção, é um papel coletivo de extrema importância na cultura africana (HUDSON-WEEMS, 1998, p.72). As teóricas do *Africana Womanism* discutem o lugar ocupado pelas mulheres africanas dentro de uma realidade de resistência e de valorização das bases culturais, de modo a tecer uma análise sobre o mundo a partir do pensamento afrocentrado (DOVE, 1998, p.520). A importância dessa vertente teórica consiste em permitir que se interprete a mulher africana como central para o desenvolvimento social e permita a valorização do feminino frente a estruturas coloniais de poder que subjulgam e inferiorizam a agência da mulher. Segundo Nah Dove, a prática de *motherhood*, não se restringe apenas a mulheres ou a mães, não se limita a definições de gênero e nem a laços sanguíneos, qualquer indivíduo que se dedique a cuidar ou manter a organização familiar e da comunidade pode ser considerado como “mãe” (1998, p. 520-521). Compreende-se, portanto, que a partir de uma prática proveniente da realidade feminina, é possível que transborde para uma concepção de cuidado social que pode configurar em meios e valores de desenvolvimento local, o desafio está no reconhecimento e valorização dessa prática como discurso.

Distante da concepção de *motherhood* que constitui meio de empoderamento feminino, o que se verifica na realidade angolana é a responsabilidade pelo cuidado familiar resultar em desafio para a mulher conseguir alcançar outras posições sociais, constitui imposição de

comportamento àquelas que muitas vezes não se sentem representadas por essa atribuição social e desvalorização da mulher enquanto força de trabalho. Essa desigualdade de gênero em âmbito sociocultural é consequência de um discurso de dominação pautado no engessamento cultural, uma vez que se reforça a ideia de papel tradicional restrito à mulher, e desvalorização de suas práticas como forma de submissão e inferiorização feminina.

Um caso exemplar de estudos sobre as trabalhadoras em Angola, pode ser citado no estudo sobre as empresárias angolanas nos setores formais e informais para o desenvolvimento de Angola feito por Marzia Grassi (1998, p.210), a autora elenca os rendimentos, a obtenção de crédito, o analfabetismo e a responsabilidade pelo trabalho doméstico como sendo os principais fatores de distinção entre homens e mulheres no mercado de trabalho, ainda que a legislação preveja a igualdade de oportunidades e a não discriminação em função do gênero. Os rendimentos conquistados por homens são maiores que aqueles conseguidos por mulheres e a facilidade na obtenção de crédito junto às instituições de financiamento também favorecem o indivíduo masculino. Sobre a educação, a alfabetização influi diretamente na obtenção de informações requeridas para lidar com as instituições financeiras e jurídicas para o aprimoramento e desenvolvimento do comércio, o que acaba por ser mais um obstáculo para as mulheres, que são a parcela da população com maior número de não alfabetizados e com menor quantidade de anos cursados na escola. A razão dessa assimetria é a priorização da educação escolar dos meninos em detrimento das meninas, as quais desde cedo são orientadas a cuidarem do ambiente doméstico. O trabalho doméstico compreende uma série de responsabilidades que extrapolam a mera concepção de cuidados do lar e das crianças, envolve um compromisso comunitário. Como o ensino escolar é pago e em algum momento a mulher terá que se dedicar ao lar, as famílias acabam por investir na educação dos filhos homens. O que Grassi expõe é como algumas das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres empresárias têm suas raízes na forma desigual com qual homens e mulheres são tratados pela sociedade.

No estudo acerca das mulheres na economia urbana de Luanda, Lopes (2008) chama atenção para a influência da expansão urbana na massiva inserção das mulheres no mercado de trabalho através da economia informal.

O contexto de intensa urbanização, principalmente em razão à guerra civil, que forçou boa parte da população campesina, em sua maioria mulheres e crianças, a migrar para áreas urbanas em busca de segurança e meios de sobrevivência, o “decréscimo das oportunidades de emprego no sector formal, consequência do declínio econômico, do crescimento acelerado da mão de obra urbana e dos efeitos dos programas de estabilização econômica e ajustamento estrutural” (LOPES, 2008, s/p), agravada pela herança colonial de organização do trabalho formal constituída majoritariamente por homens e a baixa escolaridade das mulheres, são fatores, segundo Lopes, centrais para a feminização da economia informal.

A zunga configura-se nesse contexto como alternativa para as mulheres que ingressam na economia informal. Com poucos recursos, a atividade permite que essas deem continuidade à manutenção do agregado familiar, como a importância de atender os filhos na criação, amamentação, educação, alimentação, vestuário, material escolar, etc.

A busca pela sobrevivência através da economia informal por um número crescente de mulheres tem assumido forte movimentação monetária, que, de acordo com Lopes (2008), tem feito estas terem uma maior intervenção socioeconômica e possibilitado uma nova composição familiar urbana. No caso de Luanda, devido aos conflitos militares que dizimou parte da população masculina, o número de famílias chefiadas por mulheres aumentou significativamente. A economia informal é a principal fonte de renda de aproximadamente 67% das famílias chefiadas por mulheres, sendo 83% dessas mulheres trabalhadoras do comércio retalhista informal urbano (UNCTAD, 2013, p.46), as zungueiras é um dos segmentos que pertencem a esse grupo.

A submissão demonstrada pelas mulheres, exprime, em geral, uma decepção ou uma fatalidade, que se traduzem numa perda de confiança nas possibilidades de uma igualdade de oportunidades entre os homens e as mulheres e nelas mesmas. Contudo, esta submissão, assim como as motivações que as originam, apresentam graus diferentes conforme considerarmos a zona urbana ou a zona rural e conforme a origem e a pertença étnica e social da mulher. Por exemplo, quando na célula familiar o homem está ausente, as mulheres organizam-se e assumem comportamentos sociais e econômicos de gestão do agregado familiar. Estes comportamentos vão do desenvolvimento do trabalho feminino no sector informal, à criação de associações femininas, à procura de uma integração nos circuitos financeiros modernos ou ainda à vontade de elevar o próprio nível de formação, tudo isso à procura da independência econômica e

auto-sustento. É a este propósito interessante notar como a cidade, nesta fase de transição, se tornou o lugar privilegiado para a aprendizagem de novos papéis dentro da família, sociais e profissionais. A imagem da cidade como lugar de perdição para camponesas tornou-se um lugar de emancipação das mulheres que demonstram uma clara vontade de se assumirem como agentes sociais e autoras do desenvolvimento (GRASSI, 1998, p.213-214).

Essa desigualdade de gênero, fruto de uma complexa interação entre o engessamento e a desvalorização do papel sociocultural feminino, o acesso à educação formal e a organização dos aparatos econômicos e políticos do Estado e das instituições, nesse trabalho, pode ser analisado juntamente aos projetos de modernização urbana que vem sendo implantados em Luanda, que tem contribuído para a marginalização de práticas como a zunga. Esses projetos obedecem uma narrativa onde a racionalização do espaço pressupõe ser contrário às práticas informais. Essa racionalização está centrada em um entendimento androcêntrico e eurocêntrico sobre ciência, que é responsável por fomentar, segundo Harding (2011), a marginalização dos estudos culturais e promover a concepção de que a cultura consiste em obstáculo para o progresso científico. Como consequência, verifica-se a desvalorização dos estudos científicos locais feministas e do pós-colonial que desconstróem essas visões e trazem outros elementos para o debate de produção do conhecimento. Assim, por meio dessas lentes racionalizadoras é criada a falsa polarização entre o moderno e o tradicional, que constrói o “outro” como inferior e subalterno. Deste modo, a modernidade ao privilegiar o homem, delega à mulher o tradicional, sendo invisibilizada da participação no gerenciamento econômico e político, e relacionadas aos considerados papéis tradicionais. Portanto, a produção de conhecimento que orienta a construção política e econômica acaba por reproduzir essa lógica, criando espaços e privilégios masculinos (HARDING, 2011 p.90). Essa perspectiva torna-se interessante para o caso de Luanda quando se compara a quantidade de homens vinculados a empregos formais e de liderança, e a quantidade de mulheres trabalhadoras informais, bem como, na análise de como o “tradicional” tem sido tratado pelas autoridades locais. As zungueiras ao serem classificadas como trabalho tradicional, são tratadas como residuais e estáticas, agentes sociais que não se encaixam no desenvolvimento em curso. Nesse sentido, com vistas a entender a contribuição da zunga para a produção urbana e social, é

necessário rever as diretrizes de conhecimento que orienta as atuais ideias de progresso. É a partir da ressignificação desses conceitos que a zunga poderá ser reconhecida como meio de manutenção do *motherhood*, uma vez que da mesma forma que permite o indivíduo manter as responsabilidades com a família, constitui uma forma de modernidade a partir da tradição local, das influências da globalização e dos desafios socioeconômicos e políticos enfrentados por Angola. A zunga assim como outras atividades informais que inserem as mulheres no mercado de trabalho e no espaço público, constitui meio de empoderamento e resistência femininos frente a projetos políticos e econômicos que privilegiam a masculinidade.

2.5.1. Feminização da pobreza ou resiliência?

No caso angolano, o aumento do número de famílias lideradas por mulheres deve-se ao conflito armado que matou grande parte da população masculina, à prática poligâmica, à ausência prolongada dos maridos, à migração para outras cidades e a outras razões, que fizeram com que as mulheres coordenassem a gestão familiar sozinhas (VALENTE, 2001, p.4). As mulheres, geralmente com menor qualificação profissional, recebem menores rendimentos no seio do setor informal, o que justifica o fato de mulheres constituírem o estrato mais pobre quando comparado aos ganhos masculinos na mesma categoria de trabalho. Porém, quando analisado a contribuição das mulheres para o Produto Interno Bruto dos países africanos que possuem esses dados disponíveis, as mulheres que atuam no setor informal contribuem com cerca de 20-65% do PIB, isso se deve ao fato das mulheres se dedicarem mais que os homens em múltiplas atividades do setor informal (CHEN, 2001, p.6). Em muitos casos é a mulher responsável por manter a família acima da linha da pobreza, o que demonstra que a pobreza quando medida individualmente é diferente quando analisada dentro do contexto domiciliar e nesse último caso, a mulher possui papel central na manutenção das condições básicas. (HEINTZ; VALODIA, 2008, p.17)

Ao que diz respeito à importância da participação feminina Tchouassi, através da observação das mulheres nas feiras⁵⁵ camaronesas, interpreta esse

⁵⁵ Feiras constituem o processo intermediação de produtos que desde a produção até a distribuição, são feitos com base no necessário para as famílias se sustentarem e manterem

espaço como alternativa sustentável à dependência do país do comércio internacional de bens de consumo. Para o autor, as mulheres são atores centrais dessa dinâmica de desenvolvimento, sendo necessário o mapeamento da desigualdade de gênero, bem como a implementação de medidas que as promovam como agentes e formadoras de políticas, por meio do empoderamento e de incentivo às lideranças femininas (TCHOUASSI, 2011, p. 120). Segundo Grassi, que analisa a atuação das mulheres no setor informal em Cabo Verde, a saída do âmbito privado para o público, constitui em um meio para a emancipação da mulher, uma vez que "é fora da esfera privada que se formam as identidades de gênero capazes de criar um espaço de renegociação da tradicional dominação masculina"(GRASSI, 2001, p.23).

É interessante perceber as duas faces de uma mesma moeda, a feminização da pobreza e a resiliência, pois, se por um lado os agregados familiares chefiados por mulheres são mais pobres que aqueles chefiados por homens, por outro, a mulher chefiar sua família tem consistido ao redor do mundo em uma das principais formas de combate à pobreza, o que se permite enxergá-las como atores fundamentais para a promoção do desenvolvimento. Percebem-se aqui dois tipos de pobreza a ser explicados, o primeiro é a pobreza em sua concepção relativa, na qual "o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder" (CRESPO;GUROVITZ, 2002, p.4) . Já a segunda forma consiste na pobreza por um espectro mais complexo, pelas lentes de Amartya Sen (2000, apud CRESPO;GUROVITZ, 2002, p.6) a renda não é o único determinante, mas a privação de capacidade do indivíduo para poder atuar no mundo e seu acesso à habitação, à alimentação, à saúde e à educação, são fatores que definem a condição de pobreza. Nesse sentido, quando a zungueira autogere suas atividades, suas vendas, seus trajetos, direciona seus rendimentos para a educação dos filhos, para a alimentação do lar e manutenção da habitação, mesmo em sua condição de vulnerabilidade, promove resiliência e diminui os efeitos da pobreza em seu cotidiano, mesmo com renda inferior ao ideal.

seus negócios. Com a ausência dos setores formais da economia nesse cotidiano e sem a pressão das corporações, os valores dos produtos e serviços são deliberados somente pelos atores que estão envolvidos na cadeia de produção (TCHOUASSI, 2011, p. 161).

O fato da mulher possuir menor escolaridade e os seus rendimentos serem inferiores na mesma categoria de trabalho que o homem, demonstra que a pobreza que ronda as famílias chefiadas por mulheres justifica-se por uma questão de desigualdade de gênero. Portanto, a feminização da pobreza é um processo pelo qual se evidencia como a assimetria de gênero faz com que a pobreza seja mais incidente no grupo social feminino. Por mais que as mulheres sujeitas a esse processo de feminização da pobreza promovam resiliência, como exposto anteriormente, é problemático que esse fenômeno seja invisibilizado, pois, o combate à pobreza pelas entidades estatais e agências internacionais deve considerar o recorte de gênero como fator condicionante para a efetividade das políticas públicas de promoção da diminuição das desigualdades sociais. É nesse sentido que o reconhecimento da zunga, segmento fortemente impactado pela pobreza, enquanto fonte para subsidiar a discussão de políticas públicas em Angola

Sobre implementação de políticas para promoção da igualdade de gênero, de fato é uma grande questão mundial a ser resolvida, sendo inúmeros os dispositivos e documentos internacionais que abordam a relevância da temática. Em Angola, os discursos das autoridades nacionais em relação a gênero tem ido ao encontro às disposições de governança global das agências e organismos internacionais. Segundo Abreu (2016), esses discursos remetem aos compromissos assinados internacionalmente e no âmbito nacional referem-se ao novo Plano de Desenvolvimento Nacional (2013-2017), porém ao que diz respeito à concretude e à realização de tais disposições, não há registros e menção de tais nos comunicados públicos, apenas as intenções.

No âmbito da legislação vigente, além da existência do artigo 18 da constituição angolana que prevê a punição à discriminação e privilégios com base no gênero, há o Código da Família regulamentado pela Lei nº 1/1998, que proporciona um aumento da igualdade entre homens e mulheres em relação ao cuidado dos filhos, ao matrimônio e prevê a punição ao abandono e negligências em apoiar a família materialmente. Porém o código não contempla questões importantes como o aborto e a violência doméstica (VALENTE, 2001). Em 2013 foi promulgado a Política Nacional para Igualdade e Equidade de

Gênero⁵⁶, um aparato normativo que dispõe acerca dos objetivos e metas a serem alcançados pelo governo na implementação das medidas de promoção da igualdade de gênero. De acordo com o apresentado no quadro de implementação, o governo planeja atuar em diferentes dimensões da vida social, além das áreas mais críticas, como saúde e educação, chama a atenção à atuação no combate à violência, qualidade de habitação, inserção no trabalho formal, acesso a terra e ao crédito. São compromissos governamentais, que consistem em discursos articulados com compromissos internacionais, porém com pouca ou nenhuma execução no ambiente local, como sublinhado por Abreu (2016).

⁵⁶ Disponível em: <http://www.minfamu.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=554> – Acessado em 20/04/2016.

CAPÍTULO III – Da produção social do espaço pelas zungueiras a outras perspectivas sobre o desenvolvimento

A imagem da quitandeira, objecto do desejo de uma poesia que lançava à mulher africana um olhar exótico, cede lugar à daquela que se consciencializa (e consciencializa) da exploração, da perda, da alienação, da necessidade de luta (RIBEIRO, 1992, p.85).

Este último capítulo busca explicar como as atividades das zungueiras no espaço urbano de Luanda constituem meios para a construção do desenvolvimento local a partir das práticas endógenas. Até o momento procurei situar como as condições que favoreceram o planejamento urbano desde o período colonial até os dias atuais impactaram a atividade informal nas ruas de Luanda e tentei explicitar como as zungueiras inseridas nessa realidade desenvolvem estratégias de sobrevivência no cotidiano urbano. A produção social do espaço urbano ao mesmo tempo em que é conduzida pelas demandas de uma lógica econômica, se concretiza através das práticas populares desenvolvidas no cotidiano (VARANDA, 2013; RIBEIRO, 2012). Em meio as fissuras de um contexto marcado pela reprodução das desigualdades espaciais e da gentrificação - frutos da divisão mercadológica do território - surgem organizações de atores sociais que tecem outro modo de ocupar e produzir a cidade, pois "lugares e formas não fazem nada e não produzem nada por si mesmos - somente as pessoas dentro das redes de organização social é que possuem esse poder"(GOTTIDIENER, 1997,p.265). Dessa forma, tendo em vista a economia informal como uma dessas organizações sociais, as zungueiras aparecem como um dos atores urbanos providos de agência para influenciar a sociabilidade no meio urbano.

A produção social do espaço está vinculada aos atores que o compõe cotidianamente, cujas práticas constituem os métodos de ocupação e são responsáveis por definirem as finalidades e funções sociais desses territórios. Se a estruturação do planejamento urbano institucional disciplina os territórios, os atores sociais o ressignificam de acordo com seus anseios e visões de mundo por meio de estratégias⁵⁷. O espaço, portanto, é produzido socialmente

⁵⁷ Estratégias neste trabalho uso como as adaptações da subjetividade coletiva (habitus) a uma determinada demanda social (SETTON, 2002).

por meio da atuação das organizações sociais. Em Luanda o espaço social é produzido de diferentes formas por diferentes grupos sociais, formais e informais, de modo a contribuírem à representação da cidade enquanto centro comercial, político e cultural para Angola, para África e para o mundo. Quando o governo angolano adota uma postura de perseguição e banimento da prática informal nos espaços públicos, não está apenas disciplinando o território, mas também impedindo as formações espontâneas, que podem constituir meios de combate a pobreza. No segundo capítulo foi apresentado o estudo sobre como as zungueiras atuam em Luanda, suas práticas e inserção social, que são subsídios para compreensão das zungueiras enquanto atores de uma prática endógena de desenvolvimento.

A análise da produção social do espaço apoia-se inicialmente na leitura das quitadeiras como intermediárias econômicas e sociais, responsáveis pela integração entre a cidade e o campo, articulando o nicho urbano consumidor e os arismos produtores de alimentos. Nos mercados observam-se como estas trazem vida ao ambiente, desde a organização das mercadorias a suas vestimentas, o espaço toma forma e cores, e o trato com o cliente dita a atmosfera do ambiente, sem papas na língua, são descritas muitas vezes pela literatura como rabugentas e barraqueiras (SANTOS, 2010, p.52), talvez possa ser um meio de imporem respeito. As quitadeiras imprimiam nas ruas da sociedade colonial a imagem africana, espelhavam o cotidiano dos musseques e a resistência frente às políticas segregacionistas do governo português, como “guardiãs dos hábitos e costumes angolanos” (SANTOS, 2010, p.53) segundo os mais saudosos romancistas, forjavam a realização de uma cidadania que contestava o poder colonial. As zungueiras como legado dessa íntima relação entre o ganhar a vida e o fazer espaço, perpetuam os pregões para atrair clientes, mesmo depreciadas e subestimadas pelo poder público, ainda são consideradas como símbolo da força da mulher angolana frente às adversidades de um país que ainda não superou as feridas deixadas pela guerra. As relações de solidariedade (RODRIGUES, 2007; CABRAL, 2005), que vão desde a constituição de redes de poupança rotativa (DUCADOS, 1998) ao apoio das companheiras de trabalho que não possuem família (MONTEIRO, 2012), fazem com que o espaço urbano produzido pelas zungueiras se torne algo além da organização da sociedade em função da

produção macroeconômica e da expansão da especulação imobiliária. Além da solidariedade e cooperação, estas mulheres promovem o empoderamento feminino. Como já exposto no capítulo II, o contexto angolano é marcado pela desigualdade de gênero, sobretudo, pela assimetria de oportunidades de trabalho entre os sexos, porém a ocupação do espaço público por estas mulheres configura-se, desde o período colonial, na apropriação do público por sujeitos que são estruturalmente designados ao ambiente doméstico, ocuparem as ruas e mercados, é desafiar uma lógica sexista de divisão do espaço e do trabalho (GRASSI, 2001). Estarem nas ruas, não só abole o doméstico como única opção para o trabalho feminino, como se torna um meio para a conquista da própria renda e independência do marido, que geralmente é tido como o principal provedor do lar (MONTEIRO, 2012; SANTOS 2010). Nesse sentido, a produção social do espaço urbano pelas zungueiras é feita pela atuação cotidiana de modo que esses atores ocupem e se apropriem do espaço, fazendo dele parte da construção de sua identidade e do seu modo de vida.

No trabalho realizado por Abreu (2016) acerca da visão da participação política da sociedade civil angolana através das entrevistas cedidas por mulheres de diferentes nichos em 2004 e em 2014, pôde nos auxiliar na análise sobre a relevância atribuída à agência e organização dos atores sociais na construção de políticas públicas e soluções para os problemas nacionais. A maior parte das entrevistadas enxerga a sociedade como capaz de criar mecanismo para mudanças sociais em parceria com o Estado e outros atores:

Tanto em 2004 quanto em 2014, as imagens sobre sociedade civil remetem a formas de organização da acção colectiva em grupos de base (mulheres, jovens, comunitários, etc.), grupos de interesse e de pressão, organizações e associações, funcionando num espaço entre o Estado e a sociedade, com o qual a maioria se identifica, e no qual se produz a negociação do consentimento sobre ideias e iniciativas de acção colectiva, no interesse dos grupos ou mais amplo do bem comum (ABREU, 2016, p.173).

Porém as demandas das organizações sociais não impactam como deveriam as decisões do governo estatal. Graças a um legado colonial que exclui os interesses populares, bem como um governo clientelista que favorece um determinado grupo, acabaram por provocar a inibição da participação social (ABREU, 2006). Em um contexto onde a confiança e atuação nos arranjos sociais é modo de se fazer frente à inoperância do Estado, a busca pela

construção de espaços democráticos, de ações de cooperação e equidade pode-se configurar nas atividades informais, nas articulações espontâneas de associativismo e de grupos da sociedade civil organizada. Dessa forma, após construir a investigação por meio das concepções de Certeau (1998), Ribeiro (2005) e Milton Santos (2004) sobre a produção social do espaço, da contextualização urbana de Luanda por Watson (2014), Cain (2015) e Moorman (2015) e dos estudos apresentados por Santos (2010), Monteiro (2012), Lopes (2004) e Grassi (1998) sobre as zungueiras, entendo que estas vendedoras, a partir da ocupação cotidiana do espaço, produzem práticas e saberes endógenos que configuram meios de desenvolvimento. Pude identificar as seguintes produções: 1) sobrevivência, 2) solidariedade e 3) empoderamento feminino. Acredito que deva haver muitas outras práticas produzidas pelas zungueiras que desencadeiam em um processo de desenvolvimento, porém a limitação da falta do trabalho de campo não me permitiu inferir sobre a totalidade dessa atividade.

3.1. Saberes e práticas: respostas locais para desafios globais

A palavra desenvolvimento foi popularizada como conceito no século XX, associado aos projetos de reestruturação econômica e de estratégia de combate à pobreza e às desigualdades, o conceito nasce atrelado às expectativas de crescimento econômico do mundo pós-guerra, e que ainda constitui parte central do discurso hegemônico como verificado no capítulo I. Adotado como discurso pelas Nações Unidas, o conceito passa por várias releituras, como a do economista britânico Dudley Seers, na década de 1970 que entendia três fatores como bases do desenvolvimento: a promoção da alimentação, do emprego e da equidade. Depois, nos anos de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) incorpora as ideias dos economistas Amartya Sen, Mahbub ul Haq e outros, sobre a quantificação do desenvolvimento humano. O desenvolvimento passa então a ser medido por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cujas variáveis para a medição da qualidade de vida da população são a longevidade, o nível de conhecimento e a disponibilidade de recursos econômicos (BOISIER, 2004). O IDH é um dos principais indicadores socioeconômico do mundo e exaustivamente utilizado pelos organismos

internacionais para a elaboração de relatórios e políticas de ajuda internacionais. É a partir do IDH que é articulado um ranking, uma espécie de estratificação, de classificação dos países em: desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. A ideia passada por esta classificação é a que os países centrais da economia mundo já alcançaram o desenvolvimento pleno, enquanto a periferia se divide entre aqueles que estão na corrida e outros estagnados no caminho. Coquery-Vidrovitch (2005), contrária a esta visão, expõe que todos os países, tanto do Norte quanto do Sul, estão em desenvolvimento, uma vez que os avanços tecnológicos e informacionais têm modificado constantemente as dinâmicas sociais. É sabido que o desenvolvimento é um conceito polissêmico, que possui inúmeras interpretações e continua sendo o objeto central dos discursos e metas institucionais da maior parte dos atores do Sistema Internacional. Esses discursos e a concepção de desenvolvimento defendidos por estas instituições tem sido criticado por serem portadores de projetos com características etnocêntricas, a ser exportado por meio de cartilhas e programas de boas práticas e de governança global, tratando monoliticamente os desafios e anseios locais. A grande crítica que se tem feito a essa visão dos pareceres dos órgãos internacionais é de que esses discursos criam uma cultura de valorização do *modus vivendi* dos países centrais em detrimento das práticas locais dos países periféricos. O que tem sugerido um cenário até certo ponto catastrófico, onde os governos locais por não conseguirem agir sozinhos, alinham seus esforços e visões à conceituação de desenvolvimento universal, como já foi analisado no capítulo I e II. Essa dinâmica, muitas vezes, invisibiliza as práticas e conhecimentos endógenos como caminhos para se superar os obstáculos locais.

Mesmo que muitas vezes invisibilizada, a economia informal é um circuito relevante para os PIBs da maior parte dos países da América Latina, África e Ásia. No Brasil, por exemplo, o circuito informal chegou a ser responsável por 16% do PIB em 2014⁵⁸, em Angola no mesmo período representou 60% da economia. A informalidade está atrelada a cultura local, a inovação pela incorporação do novo aos costumes locais, de modo que ao

⁵⁸ Informação disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/economia-informal-deve-voltar-a-crescer-no-pais,1712935> – Acessado em 24/04/2016.

pensar a economia informal em Luanda, estou não somente abordando uma questão de relevância econômica, mas de revalorização cultural também. Nesse sentido, é necessário olhar o poder da cultura africana como fonte de respostas para o subdesenvolvimento econômico (FALOLA, 2003). Meu objetivo aqui não é fazer uma digressão acerca da definição e conceitos de desenvolvimento, mas uma reflexão sobre que tipo de desenvolvimento pode ser identificado na produção social do espaço em Luanda por meio das práticas das zungueiras.

As zungueiras, agentes dessa economia informal, fazem parte, portanto, de um tipo de desenvolvimento que difere do discurso institucional, que supera o de subdesenvolvimento socioeconômico e representam a centralidade da mulher africana na organização familiar e na gestão dos recursos. Denomino o desenvolvimento produzido por essas mulheres como desenvolvimento endógeno, para tornar a análise objetiva, parto da breve definição de Garofoli:

Desenvolvimento endógeno [...] implica “a capacidade para transformar o sistema sócio-econômico; a habilidade para reagir aos desafios externos; a promoção de aprendizagem social; e a habilidade para introduzir formas específicas de regulação social a nível local que favorecem o desenvolvimento das características anteriores. Desenvolvimento endógeno é, em outras palavras, a habilidade para inovar a nível local” (Garofoli, 1995 apud VERGARA, 2004, p.21).

Deve-se entender que o endógeno está constantemente moldando e sendo moldado pelo exógeno, o que significa que o endógeno não é estático e por isso configura-se em novas leituras sobre como entender o mundo e permite a construção de novas alternativas para a dinâmica social (HOUNTONDJI, 1997, p.18). As zungueiras são claramente um exemplo desse endógeno em interação com exógeno produzindo práticas culturais e econômicas que interferem na constituição do espaço urbano de Luanda, criando sociabilidades. Em um contexto onde o capital internacional aprofunda suas raízes, produzindo uma forte desigualdade econômica, política e social, as zungueiras atuam na contradição desse sistema, adaptando suas mercadorias, estratégia de trabalho e relação com o cliente, para garantir sua renda e o consumo daqueles que não possuem poder aquisitivo para frequentar supermercados e shoppings centers. As zungueiras contribuem para o desenvolvimento endógeno quando inseridas em uma nova situação, acabam por articularem laços sociais que superam a simples prática econômica das

trocas comerciais, trata-se também de relações e vínculos que permitem a construção do sujeito e de sua identidade pautada em valores não ditados pelo mercado, evitando assim o surgimento do vácuo cultural⁵⁹.

[...] “o endógeno não é um africanismo a mais, não é neo-negritude. É um conceito universal. O norte [ocidente] também faz desenvolvimento endógeno. Bem entendido, o endógeno é um conceito identitário e progressista central: um conceito estratégico. Desta maneira, a opção por um desenvolvimento endógeno está na ordem do dia em particular para o continente africano” (KI-ZERBO, 1992, apud KAJIBANGA, 2008, p.12).

Identificar as agências dos atores locais que produzem desenvolvimento endógeno perpassa um processo de posicionar o local em primeiro plano. De acordo com Latouche, isso significa relocalizar o desenvolvimento, sendo este central na concepção da utopia concreta, pois é no local que a inventividade e a criatividade se tornam reais. Ao relocalizar o imaginário, é possível que se abra os olhos para se repensar os meios de trocas e de produção dos bens locais, a relação com o mundo e como se refazer para agir nele a partir de demandas construídas localmente. Isso nos faz refletir sobre a resposta de um desenvolvimento transformador não obedecer uma formula universal, mas ser fruto do diálogo entre os povos e territórios em busca de circulação e socialização de práticas humanizadoras.

3.2. Zungueiras e a coesão horizontal do espaço

Inseridas em um cenário estruturado desde a época colonial para expelir as manifestações africanas, as antigas quitandeiras e as atuais zungueiras enfrentaram e enfrentam os processos de subjetivação do espaço e dos seus atores. Se durante a dominação portuguesa eram classificadas dentro da lógica binária como práticas nativas e precárias, atualmente são consideradas parte de um mundo tradicional ainda muito presente em Luanda e que por meio das medidas das autoridades locais para “modernização” do espaço, tem sido cada vez mais empurradas para a região periurbana da capital. Tanto a categorização binária quanto a regulação na produção do espaço constituem processos de subjetivação social e disciplina espacial de Luanda, que de certa

⁵⁹ Karl Polanyi denomina como "vácuo cultural" a desintegração do ambiente cultural do indivíduo (2000, p.191), onde as instituições culturais que o construíam são destruídas ou raptadas pelo o sistema econômico.

forma, exercem controle sobre os corpos na interação social. Homi Bhabha (1998, p. 106) explica que essas categorizações que geram a fixidez da interpretação do indivíduo colonizado visa o controle de sua identidade dentro de um projeto civilizador :

Ao "conhecer" a população nativa nesses termos, formas discriminatórias e autoritárias de controle político são consideradas apropriadas. A população colonizada é então tomada como a causa e o efeito do sistema, presa no círculo da interpretação. O que é visível é a necessidade de uma regra dessas, o que é justificado por aquelas ideologias moralistas e normativas de aperfeiçoamento e reconhecidas como Missão Civilizatória ou o Ônus do Homem Branco. No entanto, coexistem dentro do mesmo aparato de poder colonial, sistemas e ciências de governos modernos, formas "ocidentais" progressistas de organização social e econômica que fornecem a justificativa manifesta para o projeto do colonialismo - um argumento que, em parte, atraiu Karl Marx. É no território dessa coexistência que as estratégias da hierarquização e marginalização são empregadas na administração de sociedades coloniais (BHABHA, 1998, p. 127).

As quitandeiras criaram agência, quando frente às políticas de segregação essas não aceitaram o lugar de obediência ao poder vigente, continuaram a circular pelo asfalto e pelos musseques. As zungueiras sob uma perspectiva mais recente, contornando as medidas de regulação do espaço e os problemas socioeconômicos, criam meios para sobreviverem e desenvolverem as redes de autoajuda.

Acrescento à análise sobre agência a discussão feita por Furlin (2013) a partir das obras de Butler acerca da produção de sujeito e agência. A formação dos sujeitos sociais nasce da relação com os instrumentos de poder, que tentam adequá-lo e moldá-lo para obedecer as convenções sociais (BUTLER, 2009b, apud FURLIN, 2013). Os instrumentos de controle hegemônicos, que orquestram o poder, objetivam manter e garantir uma estrutura de sociabilidade por meio da sujeição e subordinação dos sujeitos. Quando o sujeito, a partir de sua condição de subordinação, possui vontades e atitudes que excedem o seu papel de sujeito social, torna-se resistência a essa imposição hegemônica, constituindo assim, agência sobre seu modo de atuar no mundo:

[...] o sujeito opera como uma categoria linguística que está sempre em processo de construção no interior das relações de poder. Para ela, nenhum indivíduo torna-se sujeito sem antes ter sido sujeitado ou passado por um processo de subjetivação. Tanto em Foucault como em Butler, o sujeito encontra as suas próprias possibilidades de subjetivação, construindo estratégias de resistência ou de subversão aos mandatos sociais que o limitam (FURLIN, 2013, p. 396).

Essa agência se flexiona em um contexto onde os problemas de acesso à moradia digna, ao saneamento básico, ao trabalho e ao emprego, à educação de qualidade e à saúde, e até mesmo a dificuldade de se alcançar um grau aceitável de confiabilidade nas instituições públicas, são frutos de anos sob a égide de um sistema colonial exploratório, seguido a um intenso período de guerra civil que além de dizimar parte da população economicamente ativa e destruir boa parte da infraestrutura angolana, foi responsável por canalizar majoritariamente os recursos públicos para manutenção do conflito. Outros fatores como a administração pública altamente burocratizada, somada ao nepotismo e atos de corrupção, constituem barreiras endêmicas, que mesmo após à estabilização do cenário político e a alta arrecadação petrolífera, não se foi capaz de ser superado e construir uma infraestrutura satisfatória a ponto de reduzir os índices de pobreza e diminuir a dependência do sistema internacional. Inseridas nesse contexto, as zungueiras não atuam nos arranjos informais para simplesmente garantir a sobrevivência do agregado familiar, buscam melhorar as condições sociais, econômicas e simbólicas do nicho social do qual fazem parte, assim como os demais segmentos sociais de baixo poder socioeconômico:

Individuals and families in these bigger cities find themselves forced into developing strategies to deal with survival and social reproduction. Social reproduction refers to the improvement of general social, economic, symbolic conditions, a more complex effort than survival. The practices and forms of managing these issues vary and have always varied, revealing their flexible and adaptable nature, and ensuring the survival and social reproduction of many urban people in extremely difficult economic and social conditions (RODRIGUES, 2007b, p.92)

Segundo Rodrigues (2007b), para se compreender as estratégias de sobrevivência daqueles que vivem sob a informalidade em Angola, é necessário partir da perspectiva que os atores que o executam buscam uma mobilidade social, de modo que as estratégias são executadas em dois planos, o primeiro é o plano físico, que diz respeito à satisfação de necessidades, e o segundo é a “lógica de reprodução própria dos grupos sociais, que visa a perpetuação dos indivíduos e dos grupos e a melhoria das suas condições de existência” (RODRIGUES, 2007a, p.116). Enxergam a cidade como oportunidade para os filhos terem acesso a altos níveis de educação e terem

melhores oportunidades de emprego, possibilitando que a geração seguinte possua outra qualidade de vida. Outro ponto importante levantado por Rodrigues (2007b) é como estas estratégias estão vinculadas ao nicho familiar. De acordo com as informações colhidas pela autora, todos os membros da família integram uma rede de solidariedade mútua, tecendo uma dinâmica de acúmulo e gerenciamento de recursos, oferecimento de assistência econômica e não econômica, e proteção. Os membros desempenham diferentes funções desde o trabalho informal nas ruas até ocupação em cargos públicos, sendo comum encontrar casas onde a composição da renda é proveniente tanto da economia informal quanto da formal.

Ao que diz respeito aos comerciantes informais, os nichos familiares transbordam o ambiente privado, Cabral (2005), por meio da entrevista feita com o historiador Armindo Jaime Gomes sobre o mercado Caponte em Benguela, registra como as famílias interagem nos mercados, sendo estes espaços muito fértil na produção de sociabilidades, além do lucro em si:

(...) O mercado informal urbano podemos considerar como uma instituição social, econômica e política (...) Parece-me que hoje é mais um conjunto (...) onde o lucro não é tido como antes (...) Vou dar um exemplo para mostrar que o lucro não é importante. Vamos supor que uma mãe ou mulher entenda passar o dia lá no mercado. Durante o dia os filhos vão à escola, quando chegam da escola, à hora do almoço, vão todos para o mercado para almoçar. Os maridos idem.(...) Estes vão para o mercado, não é por ter objetivos de comprar ou vender, mas sim, porque é lá onde está o seu lar, a sua família. Postos lá, estamos a comer, estamos a nos educar, estamos a educar os nossos filhos, estamos a prestar as nossas contas, estamos a falar das famílias, das nossas casas, mas numa multidão de indivíduos, cada um com a sua realidade. Ao trocar estas impressões estamos ao mesmo tempo a constituir novo tipo de parentes, com as pessoas que vamos encontrar aí. Há uma nova realidade nesse momento. No final da tarde, por vezes não se ganhou nada do ponto de vista do lucro (...) O mercado acaba sendo uma recomposição do estrato sócio cultural vivido no meio rural (...) (CABRAL, 2005, p.61).

Um pouco diferente à visão, de certo modo romântica, do historiador que narra essa história, acredito que o lucro é relevante para as mulheres que estão nos mercados, porém sua narrativa nos ilustra outras sociabilidades presentes nesses espaços de comércio que não giram em torno da venda. As redes de solidariedade familiares, comunitárias, religiosas, etc, descritas por Grassi (1998), Rodrigues (2007), Robson e Roque (2001), Cabral (2005), indicam como em um contexto de instabilidade, esses arranjos sociais se

tornam sólidos:

Solidarity—this cooperation and pooling of resources—is the basic socioeconomic structure, one that cannot be disregarded in designing and implementing projects and programs that affect urban sociodynamics in Angola.[...] The sense of family solidarities based on intense social relationships and the complementation of resources and roles are central elements readapted from the traditional and put into practice in line with new economic activities, new ways of life in an urban context, new social structuring (Locoh, 1993). In Angola, as in other African contexts, the family's responsibility regarding strategies has a tendency to be revived (Adepoju 1999:21) [...] Solidarity is an essential traditional characteristic that has been retained from rural society and the extended family system (Monteiro 1973:162). During the last years of the colonial period, the growth of individualism could be observed in Luanda: "Individualism, which is now appearing here and there, is a result of the market economy and the consequent alterations in social stratification" (Monteiro 1973:163). Individualistic trends have receded in Angola as families have (re)assumed their fundamental role in all environments of social, economic, and political uncertainty. (RODRIGUES, 2007, p. 93-95).

As redes possuem como características o compartilhamento de valores e objetivos, um arranjo horizontal, cujos membros são providos de autonomia e independência em relação à rede e aos demais integrantes. Numa rede não há subordinação e nem centros, o que mantém o indivíduo vinculado é a vontade. É conduzida por multiliderança e decisões compartilhadas (MARTINHO, 2001). Segundo os relatos colhidos pelos autores (SANTOS, 2010; MONTEIRO, 2012; GRASSI, 1998) as zungueiras, assim como outras atividades informais, se conectam e promovem dinâmicas que as permite aliviar o impacto da pobreza, criam vínculos de seguridade que em alguns casos suprem a ausência do estado de bem estar social, ou, simplesmente, organizam a maneira mais rentável para garantir um almoço com as companheiras, fazem das ruas o espaço da confraternização.

As práticas de redes e de solidariedade foram fundamentais tanto no período colonial, de subjugação e segregação espacial e social, como durante o período da guerra civil. Essas práticas constituíram estratégias de manutenção e reconstrução da sociedade civil, que estava mergulhada em uma conjuntura de extrema instabilidade econômica e política, "a pobreza e a vulnerabilidade das populações não são somente consequências da perda material, mas também resultado da fragilização da estrutura social" (ROBSON; ROQUE, 2001, p.2). Viver 40 anos de conflito e turbulência somente foi possível graças aos mecanismos de ajuda mútua, solidariedade e ação coletiva (ROBSON; ROQUE, 2001).

Por último, as zungueiras promovem o empoderamento feminino em um contexto de alta vulnerabilidade, configurando mais um meio de produção de agência. “[E]mpoderar-se significa que as pessoas adquirem o controle de suas vidas, que conseguem a habilidade de fazer coisas e de definir suas próprias agendas” (LÉON, 2001, p.95 – 96, tradução nossa). O empoderamento feminino consiste na forma como as mulheres se relacionam com o poder, e como esta relação contribui para a emancipação. O processo de empoderamento se constitui em dois aspectos, o individual e o coletivo, de modo que a mulher não se empodera apenas como indivíduo, mas fortalece o nicho social no qual está inserida: “O empoderamento inclui tanto a troca individual como a ação coletiva. O empoderamento como autoconfiança e autoestima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade” (LÉON, 2001, p.97).

As zungueiras organizam redes e autogestionam seus negócios, no ambiente micro, possuem o poder de decisão sobre como se realizará as vendas, as negociações e o destino do dinheiro. Além disso, como já verificado, as zungueiras durante o período do conflito armado, contexto de alta instabilidade econômica e política, desempenhou papel fundamental no abastecimento da urbe e garantiu a alimentação do agregado familiar, muitas vezes sem contar com a ajuda masculina. A atuação das zungueiras nas ruas não constitui apenas a garantia da sobrevivência, permite que estas construam o espaço, façam novos contatos e laços sociais, de modo a se empoderarem material e socialmente.

As zungueiras podem constituir parte das respostas locais a desafios globais, principalmente no atual processo de urbanização, que busca transformar Luanda em cidade mundial. Cidades mundiais ou cidades globais são aquelas que contribuem para o desempenho econômico global, ultrapassando a rede nacional urbana e constituindo parte do sistema internacional. Promovem a incorporação gradativa dos “principais elementos que caracterizam o processo de globalização, ou seja, avançados mecanismos tecnológicos e acentuado fluxo de capitais internacionais” (KOULIOUMBA, 2013, p.14). As cidades mundiais desempenham a função de articular as economias regionais, nacional e internacionais à economia global. Nesse processo de globalização das cidades, boa parte da população é excluída do

espaço capitalista global - “eles são economicamente irrelevantes” (KNOX, 1995, p.41 apud ROBINSON, 2002, p.4). As mudanças espaciais em Luanda compreendem os aspectos físicos e sociais, que não apenas transformam a estrutura urbana, como altera o processo de interação de seus habitantes. Analisando a capital angolana, percebe-se uma conjuntura em que o espaço foi reduzido a território⁶⁰, um processo que conta com o esvaziamento das ações espontâneas e criativas em função de um território destinado a um fim, ocorrendo uma substituição das ações sociais pelas ações estratégicas (RIBEIRO, 2005). Isso se deve ao caráter globalizador do capitalismo que desencadeou a aceleração de um processo de transnacionalização de territórios, de modo a criar um conflito entre o espaço local vivido e o espaço global habitado pelo processo racionalizador de conteúdo ideológico distante, conteúdo que está alicerçado nos princípios da democracia de mercado e do neoliberalismo que minam o território compartilhado (RIBEIRO, 2012).

No nosso contexto de análise, o território compartilhado são as ruas, praças e mercados de Luanda, os quais indicam que foram concebidos no imaginário urbano como principal meio de distribuição e aquisição de mercadorias. Nesse espaço, as zungueiras promovem a venda de produtos a preços e condições acessíveis, criação de redes de solidariedade, confiança e de ajuda mútua, além de constituir um meio de empoderamento feminino, contribuições para inventividade e desenvolvimento local. Diante de um desenvolvimento urbano que prioriza espaços privados, construídos para atrair investimentos internacionais e políticas que regulamentam esse espaço através da criminalização das atividades informais, a ocupação das ruas pelas zungueiras acaba por ser invisibilizada:

⁶⁰ Território possui significado mais restrito que o conceito de espaço. Território é uma construção histórica fruto da relação de poder, que envolve sociedade e o espaço geográfico (natureza) (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos a disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais...

Na união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam porque a ordem que criam é em seu próprio, exclusivo e egoístico benefício. Se aumentam a coesão horizontal isso se dá ao serviço do mercado, mas tende a corroer a coesão horizontal que está a serviço da sociedade civil como um todo (SANTOS, 1994).

Dentro dessa análise de Milton Santos, as zungueiras são integrantes dessa “coesão horizontal” que está a favor da sociedade civil local. Partindo dessa concepção, as zungueiras, como os demais segmentos da economia informal, são coesões horizontais que configuram modos de vida que possuem grandes contribuições na elaboração de políticas públicas, pois alia a economia popular à produção do espaço público urbano. O cenário de Luanda nos leva a crer que está composto por imbricações, entre um projeto de desenvolvimento praticado pela população, práticas endógenas, e outro que sobrevaloriza as práticas e modelos internacionais. O atual planejamento urbano de Luanda parece que tem se expandido mais do que nunca para as periferias da cidade, através da expulsão das ocupações informais centrais para as bordas da cidade. Em nome de uma cidade global, Luanda tem tomado um corpo espacial estranho àqueles que o construíram em função da própria sobrevivência, tanto em termos materiais como de identidade. Não é a primeira vez que um projeto de exclusão social e urbana é executado em Luanda, em outros momentos, como no período colonial, os atores sociais subalternos criaram meios autogestionados para sobreviverem e estarem inseridos na dinâmica econômica, mesmo que informalmente. O presente trabalho ao juntar uma série de obras que se dedicaram a analisar as inovações do processo em curso em Luanda, como os grandes projetos arquitetônicos chineses e investimentos financeiros globais para o crescimento econômico africano e considerando as previsões estatísticas sobre a população dos musseques até 2020 chegar a 7,5 milhões de habitantes⁶¹, permite inferir que a informalidade e sua capacidade de promover sociabilidades persistirão.

⁶¹ Informação disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/10131> - acessado em 30/04/2016.

O trabalho das zungueiras, assim como outras dezenas de ofícios que constituem a economia informal, é marcado pela historicidade de serem as principais abastecedoras da cidade de Luanda na época colonial e atualmente continuam desempenhando função muito semelhante, porém numa das capitais mais caras do mundo e com um dos maiores índices de desigualdade. Isso significa que a população pobre encontra nos serviços da zunga o acesso ao consumo, a mercadorias mais baratas e a mercadorias da produção local. Essa rede de mulheres vem sendo desestimulada pelas autoridades que as enxergam como entrave à modernização da cidade, o que tem sido também um percurso histórico para esse tipo de trabalho nos centros urbanos em várias partes do mundo, como já assinala em outros pontos desse texto.

Diante desse quadro de considerações de novas leituras para espaços urbanos como Luanda, recorro aqui às teorias do Sul, que podem ajudar a pensar outros caminhos. Pensar essas regiões do Sul como capazes de contrapor uma visão universalista, ou seja, medidas singulares retiradas de outros contextos que são aplicadas aos nossos cotidianos, possam ser mais adaptadas às experiências e produção social dos espaços locais e ressignificadas e relocalizadas para as realidades vividas pela relações sociais angolanas.

O olhar a localidade a partir das epistemologias do Sul, traz ao debate pautas provenientes das contradições da dinâmica global e nos permite ter acesso a novas lentes para decifrar antigas e novas estruturas sociais. Os estudos da globalização, muitas vezes podem ser interpretados como fruto de uma manutenção da própria interpretação de dominação colonial, uma vez que trata homogeneamente as conexões globais (CONNEL, 2007, p.60). Portanto, a discussão levantada pelos intelectuais do sul traz à cena as localidades abafadas, a pluralização e democratização para a concepção e elaboração de políticas para o desenvolvimento. No sentido mais geral para o continente, Archie Mafeje (2008), explica como a produção cultural local é fundamental para que o desenvolvimento ocorra efetivamente. Segundo Mafeje é necessário se desprender do desenvolvimento hostil, que homogeniza o espaço africano, centrando a produção de conhecimento no resgate, na observação, na análise das experiências africanas para se conceber novos meios de pensar as relações econômicas e sociais. Desse modo, esse trabalho

como um todo, foi um esforço de centrar em uma experiência africana, a zungueira – que possui similaridade com muitos outros trabalhos ambulantes informais ao redor do mundo – e entender como esta prática contribui para a produção social do espaço. Esses esforços não são novidade, a economia informal tem despertado interesse não apenas aos olhos dos acadêmicos, mas também tem sido inserida nas estratégias de atuação dos principais organismos de financiamento como o Banco Mundial. Entretanto, os caminhos pavimentados pelos interesses dos poderes vigentes na economia globalizada, desconsideram que as práticas informais compõem um contexto complexo e maior que o mundo econômico e que essas experiências verificadas na periferia possam ser encaradas e interpretadas também como alternativas a um mundo já demasiadamente degradado pela mercantilização das relações humanas e ambientais (LATOUCHE, 2007, p.242). É nesse sentido que a prática cotidiana das zungueiras, assim como outras atividades africanas não formalizadas, pode ser considerada como resistência num ambiente onde é tratada como problema e que, paradoxalmente, constitui um forte segmento econômico. Segundo o relatório da OCDE "Is informal normal?" (2009), o setor informal concentra-se nos países mais pobres e mesmo que esses alcancem alto crescimento econômico, os empregos informais persistem sem reduções (p.68). A informalidade diretamente e indiretamente constitui a cadeia de produção e circulação global de mercadorias e serviços, participando assim na alimentação do sistema econômico formal tanto do sul quanto do norte.

Dentro dessa perspectiva, o sul não é um substrato do norte, mas fruto da sua própria construção, estando no centro do desenvolvimento capitalista tanto quanto os países centrais, de modo a desenvolverem para si meios que não são inspirados no norte para lidar com as contradições desse sistema (COMAROFF; COMAROFF, 2011). Assim, do mesmo modo que a informalidade faz parte dos fluxos econômicos, essas implicam em outras relações sociais que se tornam contra-hegemônicas em alguns contextos e constituindo alternativas a uma sociedade centrada na mercantilização. Nesse sentido, a informalidade exercida pelas zungueiras, envolta de história, símbolos e representações culturais de Luanda, pode constituir forma de se repensar a economia local e as redes que se formam a partir delas (MONTEIRO, 2012; GRASSI, 1998).

Os trabalhos de campo de alguns autores apresentados aqui nessa dissertação sobre as zungueiras abordam diferentes aspectos da prática informal, porém não constituem visões contrastantes, mas visões transversais e com posições semelhantes. Sucintamente, os trabalhos explicitam duas realidades, uma da precariedade e perseguição da zunga pelo poder público, e outra da zunga como um mundo de práticas de cooperação e solidariedade. Na leitura de Orlando Santos (2010), a investigação dedicou-se em rastrear as sociabilidades e trajetórias das mulheres que trabalham na economia informal, por meio das entrevistas apresentou como estas mulheres enxergam com orgulho suas conquistas alcançadas pelo trabalho nas ruas, e o cansaço do trabalho árduo que desempenham sem o apoio do Estado. Monteiro (2012) já parte da categoria trabalho para analisar a zunga, narra como essas mulheres são negligenciadas pelo Estado e como a invisibilidade da prática pelo poder público acaba por submetê-las aos desmandos dos fiscais que abusam do poder e cobram gasosas⁶², assim como registrado nos relatórios internacionais que desenvolvem projetos junto à informalidade urbana, os quais denunciam a violência cotidiana que essas mulheres enfrentam. Grassi (1998) e Lopes (2004), analisam as zungueiras a partir de uma dinâmica mais macro. Grassi faz uma análise das empresárias angolanas, formais e informais, e nos apresenta a informalidade como o local da criatividade e das redes, as empresárias informais, categoria que as zungueiras fazem parte, por não contarem com apoios oficiais, acabam por terem que rearranjar suas táticas de empreendedorismo. Lopes centra-se na questão econômica, classifica a zunga como sendo um dos segmentos informais com o menor status socioeconômico e um dos mais fáceis para se integrar, segundo o autor, a zunga está em plena modificação consonante a uma realidade social de “emagrecimento e da precarização do mercado de trabalho formal, [...] população cidadina em pleno processo de crescimento e de pauperização acelerado” (2007, p.124). A partir dessas leituras e outras que tratam sobre a economia informal em Angola e na África Subsaariana, pude perceber como a prática da zunga, assim como outras do segmento informal, compõem um espaço de ambivalências e imbricações, que conferem ao centro urbano angolano a convivência de

⁶² Propina, ato de corrupção.

produções globais e locais.

Assim as práticas de solidariedade, cooperação e empoderamento feminino, que são agências promovidas por essas mulheres cotidianamente, podem ser consideradas como vetores chaves para o desenvolvimento social e político, que deveriam ser muito mais exploradas na produção de conhecimento e nas discussões sobre produção social do espaço urbano tanto de Luanda como de outras localidades. O movimento de ressignificar as práticas locais, sem dúvida, não passa somente pela atitude do Estado de regularizar a informalidade de acordo com procedimentos jurídicos e econômicos e reconhecer outros modos de conceber e normatizar o espaço. Mas outros setores sociais, como universidades, institutos de pesquisas, terceiro setor, e outras instituições, possuem capacidade de ampliar as ações e movimento de identificar os potenciais de desenvolvimento endógeno, fazendo com que se passe a reconhecer a agência dos indivíduos que atuam inventivamente nas franjas dos Estados. A essa dinâmica pode-se entender como princípio de um processo de uma governação local, de baixo para cima. É nesse sentido que entendo as zungueiras como meio para o desenvolvimento endógeno que permite contribuir para as estruturas de construção de políticas públicas e democráticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Na atual conjuntura, onde o sistema econômico global em qual vivemos dá claros sinais de desgastes, práticas endógenas como das zungueiras, permite-nos revalorizarmos o local como início de um novo pensar mundo. As práticas informais surgem como uma tomada de fôlego por aqueles que são cotidianamente desafiados a sobreviverem em uma conjuntura marcada pela desigualdade econômica, pelas mazelas da pobreza e pela ausência de um poder público capaz de prover o bem-estar social. No contexto onde a economia é o aspecto central, os atores da informalidade aprenderam a atuar encarando o trabalho como extensão da vida social, da família, dos anseios de conseguirem melhores condições, de modo a humanizarem, aquilo que foi objetificado. Os atores na cena informal, não buscam mudar o sistema macroeconômico, buscam mudar suas vidas e das redes de pessoas que se vinculam a elas, e é partir dessa ação local, de valorizar o seu cotidiano, é que novas sociabilidades surgem e fazem força contra-hegemônica ao padrão de sociedade industrial que está posto, cujo indivíduo vem antes que o coletivo.

Acredito que a informalidade em Luanda significa algo além da sobrevivência. Como verificado, as zungueiras atuam nas discontinuidades, nas fissuras de uma cidade desenvolvida para atender a um mundo globalizado. O fato das zungueiras serem perseguidas pelas autoridades fiscais e levadas para áreas periféricas, não irá extinguir a prática, no entanto, irá impactar profundamente o modo como o espaço é socialmente produzido e por conseguinte os valores, identidades, modos de viver e se ver no mundo. A produção social do espaço urbano promovido pelas zungueiras constitui meio para o empoderamento feminino, para criação de redes de solidariedade e manutenção do agregado familiar de milhares de indivíduos. A invisibilização dessas agências acaba por negar um meio de desenvolvimento e de constituição de rastros para construção de políticas públicas para uma sociedade integradora e democrática.

Durante os anos de guerra, o Estado foi ausente na vida da maior parte da população, o que assegurava a sobrevivência era o autogestionamento dos atores sociais, graças à organicidade do arranjo social, os anos de guerras foram suportáveis. Qual política urbana pode ser melhor e “moderna”, quando

fragmenta a dinâmica local, excluindo os atores que produzem cotidianamente o espaço? Substituindo relações humanizadoras por vias segregadoras?

Essa pesquisa é apenas uma primeira introdução, como conhecimento de terreno para um futuro trabalho mais sólido com maior contato com a realidade angolana, que ficou distante nesse presente texto por conta da ausência do trabalho de campo. Não irei parar por aqui, as zungueiras foram apenas o início da minha caminhada atrás das forças locais de ressignificação da vida diante às dificuldades impostas por projetos econômicos, sociais, políticos e culturais inerentemente injustos e excludentes. Quiçá, essas organizações informais sejam peças do quebra-cabeça para pavimentarmos o caminho para outro mundo possível.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cesaltina. Sociedade Civil em Angola: da realidade à utopia. Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2006. [tese de doutorado]

_____.ANGOLA E AS ANGOLANAS Memória, sociedade e cultura. Pantoja, Selma, Edvaldo A. Bergamo e Ana Claudia Silva (Coords.). São paulo, Intermeios, 2016, pp. 167-186

AGUIAR, Angélica Duarte. Rede de solidariedade no setor informal. Desafios do Desenvolvimento, IPEA: Ano 2 .Edição 9 ,2005.

AKIWOWO, Akinsola. Indigenous Sociologies: Extending the Scope of the Argument. International Sociology 14:115 .1999

ALATAS, Syed Hussein. Intellectual Imperialism: Definion, Traits, and Problems. Southeast Asian Journal of Social Science. Volume 28, nº01:23-45, 2000.

ALCÂNTARA, André; COMARU, Francisco; SAMPAIO, Geilson; ITIKAWA, Luciana; KOHARA, Luiz; FERRO, Maria C. Ambulantes e Direito à Cidade: trajetórias de vida, organização e políticas públicas – Projeto Trabalho Informal e Direito à Cidade. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013.

AMARAL, Ilídio. Importância do setor informal da economia urbana em países da África subsaariana. Finisterra, XL, nº 79, pp.33-72, 2005.

APPADURAI, Arjun. Deep democracy: urban governmentality and the horizon of politics. Environment&Urbanization.Vol. 13 . No 2, 2001.

_____.Soberania sem Territorialidade: Notas para uma Geografia Pós-colonial. Revista Novos Estudos, nº49, 1997.

AUGEL, Moema P. O Desafio do Escombro: Nação, Identidades e pós Colonialismo na Literatura de Guiné-Bissau. Ed. Garamond: Rio de Janeiro, 2007.

BENJAMIN, Walter. Passagens. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2007.

BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2005.

BITTENCOURT, Marcelo. Angola: influências e persistências indesejáveis. CODESRIA – XI Assembleia Geral, Maputo, 2005.

BNA. Relatório de Contas, 2005. Disponível em: <http://www.bna.ao/uploads/%7B5afb0e94-19ac-4bea-9e0c-768d7c98c667%7D.pdf> Acessado: 20/02/2016.

BOISIER, Sergio. E se o desenvolvimento fosse uma emergência sistêmica? IN: VERGARA, Patricio (Org.). Desenvolvimento endógeno: Um novo paradigma para a gestão local e regional. IADH: Fortaleza, 2004.

CABRAL, Maria Alice dos S. O sector Informal em Angola. A solidariedade como tradição e estratégia de sobrevivência no mercado de Caponte em Benguela. Coleção Estudos: Benguela, 2006.

CAIN, Allan. Fantasias urbanas em Africa: Lecciones del pasado y realidades emergentes”, Medio Ambiente y Urbanizacion no. 82, Buenos Aires, 2015.

CASALE, Roland; FEMENÍAS, Maria Luisa. Breve recorrido por el pensamiento de Judith Butler. In: CASALE, Roland; CHIACHIO, Cecília (Orgs.). Máscaras del deseo: una lectura del deseo em Judith Butler. Buenos Aires: Catálogos, 2009. p. 11-35.

CHARMES, Jacques. O setor informal na África: um crescimento que não significa marginalização. Ensaio FEE, Porto Alegre, vol. 18, nº2, pp.64-99, 1997.

CHATTOPAHYAY, Swati. Urbanism, colonialism and subalternity. In: Beyond the West, 2011.

CHEN, Martha Alter. The Informal Economy: Definitions, Theories and Policies. WIEGO, 2012.

_____. Women in the informal sector: A global picture, the global movement. WIEGO, 2001.

CISSOKO, Sékéné M. Os Songhai do século XII ao XVI. IN: TAMSIR, Djibril (editor). História Geral África vol. IV: África do século XII ao XVI. UNESCO, Brasília, 2010.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG). Revista Sociedade e Natureza. v. 21. Nº3, 2009.

COMAROFF J; COMAROFF J. Theory from the South: Or How Euro-America is Evolving Toward Africa. London: Paradigm Publishers. Introdução e capítulo 1. 2011.

CONNEL, Raewyn. Southern Theory: The Global Dynamics of Knowledge in Social Science. Sydney, Allen & Unwin, 2007.

CORREIA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. Editora Ática, Série Princípios, 4a. edição, n. 174, 2002.

CORREIA, Maria Alice Vaz de Almeida Mendes. O Patrimônio do movimento moderno de Luanda (1950-1975). Dissertação de mestrado, faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012.

CUNHA, Anabela. "Processo dos 50": memórias da luta clandestina pela independência de Angola "Processo dos 50": Memories of the underground struggle for independence in Angola. *Revista Angolana de Sociologia*, nº8, Subculturas Juvenis, p. 87-96, 2011.

DIOP, Ngoné. Gender budgeting for African Development. Full papers CODESRIA, General Assemblies, Maputo, 2005.

FALOLA, Toyin. *The Power of African Cultures*. University Rochester Press: New York, 2003.

FERGUSON, James G. Global Disconnect: Abjection & the Aftermath of Modernism. IN: GESCHIERE, Peter; MEYER, Birgit; PELS, Peter (Eds.) *Readings in Modernity in Africa*. The International Africa Institute, 2008.

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra : o caso de Angola (1975-1992). Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas África. *Revista do Centro de Estudos Africanos* 16/17 (1) 1993/1994 ISSN 01000 – 8153

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização Urbana na Belle Époque Paulista*. Ed. Unesp, São Paulo, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1979.

FREUNDENTHAL, Aínda. Sobas, conquistadores e "peças d'Índias", 1619-1630. IN: PANTOJA, Selma; THOMPSON, Estevam C. *Em Torno de Angola: Narrativas, Identidades e as Conexões Atlânticas*. Editora Intermeios: São Paulo, 2014.

FURLIN, Neiva Sujeito e agência nopensamento de Judith Butler: contribuições para a teoriasocial. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 395-403, jul./dez. 2013.

FURTADO, Celso. A invenção do subdesenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 15, nº2(58), abril-junho, 1995.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço urbano*. Editora Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GRASSI, Marzia. A questão de gênero no setor informal em Cabo Verde: um estudo sobre as rabidantes do Mercado de Sucupira na Ilha de Santiago. *AfricaStudia*, Edição da Faculdade de Letras da Universidade de Porto, nº 4, pp.7-32, 2001.

_____. O Papel da Mulher Empresária Angolana no Desenvolvimento do País: Empresárias de Luanda e Benguela. *Economia Global e Gestão* Vol. III, 1/2, 209-226, 1998.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. ETC: Espaço, Tempo e Crítica: Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, nº2(4), vol. 1, 2007.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. Martins Fontes, São Paulo, 2014.

_____. Condição Pós-moderna. Edições Loyola: São Paulo, 1994.

HEINTZ, James; VALODIA, Imraan. Informality in Africa: A Review. WIEGO, working paper nº3, 2008.

HOUNTONDJI, Paulin J. Introduction: Recentring Africa. IN: CODESRIA. Endogenous Knowledge: Research Trails. CODESRIA: Dakar, 1997.

ILO. A economia informal e o trabalho digno: guia de recursos sobre as políticas. Apoiar a transição para a formalidade. International Labor Organization, 2013. Disponível em: http://www.ilo.org/emppolicy/pubs/WCMS_458912/lang--en/index.htm - Acessado em: 17/11/2015.

_____. A OIT e a Economia Informal. International Labor Organization, 2005. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf - Acessado em: 20/11/2015.

_____. Transição da economia informal para a economia formal Conferência Internacional do Trabalho, sessão 103, 2014. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorio103_v1_pt.pdf - Acessado em: 14/12/2015.

IPGUL. Luanda Cidade Mundial. Revista Instituto de Planejamento e Gestão Urbana de Luanda, Ed. Nº3, jul-set de 2010.

JACKSON, C.; PEARSON, R. Feminist Visions of Development, London: Routledge, 1998.

JENKINS, Paul. Maputo and Luanda. IN: BEKKER, Simone; THERBORN, Göran. Capital Cities in Africa: Power and Powerlessness. CODESRIA: Dakar/ Cape Town, 2011.

JENKINS, Paul; ROBSON, Paul; CAIN, Allan. Local responses to Globalization anperipherization in Luanda, Angola. Environmental&Urbanization, vol.4, nº 1, 2002.

JÜTTING, Johannes P.; LAIGLESIA, Juan R. Is Informal Normal?: TOWARDS MORE AND BETTER JOBS IN DEVELOPING COUNTRIES. OCDE, 2009.

KITOKO, Dilson; KITOKO, Pedro. Gestão e Apropriação do Espaço Urbano pela Sociedade. IN: IPGUL, Edição especial, nº 4, 2011.

KOULIOUMBA, Stamatia. A Questão da Cidade Mundial: Mito ou Realidade Um olhar a partir do Hemisfério Sul. Re-configurações territoriais: re-estruturações econômicas e sócio-espaciais. X Encontro Nacional da Anpur 2002.

LATOUCHE, Serge. La Otra África: Autogestión y apañó frente al mercado global. Oozebap. Barcelona, 2007.

_____. O Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno. Edições 70. Lisboa, 2012.

LEFEBVRE, Henri. Direito à Cidade. Editora Documento, São Paulo, 1968.

LEITE, Rogério Proença. A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010, pp. 737 a 756.

LEÓN, Magdalena. El empoderamento de las mujeres: Encuentro de primer y tercer mundos em los estudios de género. La ventana, n.13, 2001.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o Espaço, o urbano e a urbanização. Universidade Fluminense. Geographia – Ano 1 – nº1, 1999.

LOPES, Carlos M. Cadongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros uma digressão pela economia informal de Luanda. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

_____.Roque Santeiro: Entre a ficção e a realidade. Principia: Estoril, 2007.

_____. Luanda Cidade Informal? Estudo de caso sobre o Bairro Rocha Pinto. Comunicação apresentada à IV Conferência Luso-Afro-Brasileira, Porto, 2002.

_____. Candongueiros & Kupapatas: Acumulação, risco e sobrevivência na economia informal em Angola. Principia: Cascais, 2011.

MACEDO, Tânia. Luanda: Cidade e Literatura. Editora Unesp. São Paulo, 2008.

MAFEJE, Archie. Culture and Development in Africa: The Missing Link. IN: Archie Mafeje Debates in the COSDERIA Bulletin, nº 3 & 4, p. 59-61, 2008.

MARTINHO, Cássio. Algumas palavras sobre Redes. IN: SILVEIRA, C. M. Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias. Redes DLIS: Rio de Janeiro, 2001.

MATVEIEV , Victor V. O Desenvolvimento da civilização Swahili. IN: TAMSIR, Djibril (editor). História Geral África vol. IV: África do século XII ao XVI.UNESCO, Brasília, 2010.

MBEMBE, Achille. Sair da Grande Noite: Ensaio Sobre a África Descolonizada.EdiçõesPedago: Lisboa, 2014.

MBEMBE, Achille; NUTALL, Sarah. Writing the World from Africa Metropolis. *Public Culture*, nº 16, vol. 3, p.347-372.

MENDES, L. A regeneração urbana: evolução e problemática conceptual. IN: Malheiros, J. et al (coord) – *O Futuro da Habitação Pública no Estado Social Pós-Crise*. Lisboa. Centro de Estudos Geográficos e Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. pp.156-193, 2013.

_____. Gentrificação e a Cidade Revanchista: que lugar para os Movimentos Sociais Urbanos de Resistência? », *Forum Sociológico* [Online], 18 | 2008, posto online no dia 03 Dezembro 2012, consultado o 19 Abril 2016. URL : <http://sociologico.revues.org/226> ; DOI : 10.4000/sociologico.226

_____. Cidade pós-moderna, gentrificação e produção social do espaço fragmentado, *Cadernos MetrÓpole*, vol. 13, n.º 26, pp.473-495, 2011.

_____. O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação. *E-metropolis – Revista Electrónica de Estudos Urbanos e Regionais*, n.º 1, pp.21-33, 2010.

MENEZES, Solival S. *MAMMA ANGOLA: Sociedade e Economia de um País Nascente*. EDUSP: São Paulo, 2000.

MOHANTY, C. “Under Western eyes” revisited: feminist solidarity through anticapitalist struggles’, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Vol 28, No 2, 2003.

MOORMAN, Marissa J. *Of Westerns, Women, and War: Re-situating Angolan cinema and the Nation*. *Research in Africa Literatures*. Indiana University Press, vol. 32. n. 3, p. 103-122, 2001.

_____. *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola from 1945 to recent times*. Ohio University Press, 2008.

MOURÃO, Fernando A. A. A evolução de Luanda: Aspectos sócio-demográficos em relação à independência do Brasil e ao Fim do Tráfico. IN: PANTOJA, Selma; SARAIVA, Flávio S (Org.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1999.

_____. *Continuidades e discontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda : uma interpretação do desenho urbano*. Editora Terceira Imagem: São Paulo, 2006.

MUDIMBE, V.Y. *A Ivenção de África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*. Edições Pedagogo/ Edições Mulemba, Mangualde (Portugal)-Luanda, 2013.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. In the Snare of Colonial Matrix of Power. IN: NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. Coloniality of Power in Postcolonial Africa: Myths of Decolonization. CODESRIA: Dakar, 2013.

OLIVEIRA, Edilson. Algumas considerações sobre o conceito de setor informal e a teoria dos circuitos da economia urbana. Geografias, Artigos Científicos. Belo Horizonte 04(1) 54-70, 2008.

PANTOJA, Selma A. Um perfil de Luanda no século XVIII: personagens e cotidianos. In: Fonseca, M. N. S. e Cury, M. Z.. (Org.). África: Dinâmicas culturais e literárias. 01ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

_____. Da kitanda à Quitanda. Revista de História. Publicação 09/12/2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista-da-kitanda-a-quitanda> - Acesso em 20/11/2014.

_____. Imagens e Perspectivas Culturais: o trabalho feminino nas feiras e mercados luandenses. In: Clara Sarmento. (Org.). Condição feminina no Império colonial português. Porto: Politema, 2008.

PEARCE, Justin. Control, politics and identity in the Angolan Civil War. African Affairs, n.7, 2012.

PEREIRA, Aline. Desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho. 11ª Assembleia-Geral: Repensando o desenvolvimento Africano: Além do Impasse, Rumo às Alternativas. COSDERIA, Lisboa, 2004.

PESTANA, Nelson. As Dinâmicas da Sociedade Civil em Angola. Centro de Estudos Africanos - ISCTE, 2005.

PIETERSE, Edgar. Cityness and African Urban Development. Urban Forum nº 21: 205-219, 2010.

PINTO, João Nuno da Silva. A Construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional em Angola. Dissertação de Mestrado. UFRRJ Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós – Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade: Rio de Janeiro, 2008.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: As origens da nossa época. Editora Campus. Rio de Janeiro, 2000.

OECD. Perspetivas económicas em África 2014 (Versão Condensada) As cadeias de valor globais e a industrialização em África. OECD, African Development Bank, United Nations Development Programme, 2014.

POWER, Marcus. Angola 2025: The future of the “World’s Richest Poor Country” as seen through a Chinese rear-view mirror. Antipode, vol.44, n.3 pp.993-1014, 2011.

RIAD, H.; DEVISSE, J. O Egito na época Helenística. IN: MOKHTAR, Gama (editor). História Geral da África VOL. II – África Antiga. UNESCO, Brasília, 2010.

RIBEIRO, A. C. T.. Outros territórios, outros mapas. Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, v. 6, n.16, p. 263-272, 2005.

_____. Sociabilidade Hoje: leitura da experiência urbana. Caderno CRH, Salvador vol. 18, n.45 p. 411-422. Set – Dez, 2005.

_____. Territórios da sociedade, impulsos globais e pensamento analítico: por uma cartografia da ação. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 08, n. 1, pags. 03-12, jan/jun. 2012.

RIBEIRO, Maria Aparecida. A Mulher e a cidade: uma leitura da narrativa angolana. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 34, 1992.

ROBINSON, Jennifer. Global and world cities: a view from off the map. International Journal of Urban and Regional Research. Volume 26, Issue 3, pages 531 - 554, September, 2002.

ROBSON, Paul. Communities and Community Intitutions in Angola. IN: TOSTENSEN, Arne; TVEDTEN, Inge; VAA, Mariken (Edited by). Associational Life in African Cities: Popular Responses to the Urban Cities. Nordiska Afrikainstitutet, 2001, p.250.

ROBSON, Paul; ROQUE, Sandra. “ Aqui na cidade nada sobre para ajudar ”: Buscando solidariedade e a ação coletiva em bairros peri-urbanos de Angola. Development Workshop, nº 3, 2001.

ROBSON, Paul; ROQUE, Sandra. “ Aqui na cidade nada sobre para ajudar ”: Buscando solidariedade e a ação coletiva em bairros peri-urbanos de Angola. Development Workshop, nº 3, 2001.

RODRIGUES, Cristina U. Recomposição Social e Urbanização em Luanda. Centro de Estudos Africanos. ISCTE, Lisboa, 2011.

_____. Trabalho assalariado e estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias em Luanda. ISCTE, Lisboa, 2007a.

_____. “Survival and Social Reproduction Strategies in Angolan Cities”, *Africa Today*, 54, 91 – 105, 2007b.

RODRIGUES, Rui D. A. Sonangol: O Petróleo e a Estratégia de Desenvolvimento Econômico em Angola. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta: Lisboa, 2013.

ROY, Ananya. Slumdog cities: Rethinking subaltern urbanism. International Journal of Urban and Regional Research.p.223-238, 2011.

SANTIAGO, Carlos Eduardo P. Do catador ao doutor: determinantes da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília – UnB Brasília, 2014.

SANTOS, Daniel. Encontro entre pobreza e moral em Luanda. Urbanização, direitos e violência. Revista, Sociedade e Estado. Vol. 30, n. 1, 2015.

SANTOS, Milton. A pobreza urbana. Ed. Humanismo, Ciência e tecnologia - Hucitec: São Paulo, 1978.

_____. O Retorno do Território. IN: (Org.) SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. Território, Globalização e Fragmentação. Hucitec: São Paulo, 1994.

_____. O Espaço Dividido. EDUNESP: São Paulo, 2004.

SANTOS, Orlando. Mamãs quitadeiras, kinguilas e zungueiras: trajetórias femininas e cotidiano de comerciantes de rua em Luanda. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Dissertação de Mestrado, 2010.

SETHURAMAN, S.V. Gender, Informality and Poverty: A Global Review Gender bias in female informal employment and incomes in developing countries. World Bank and WIEGO: Geneva, 1998.

SETTON, Maria da Graça J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu : uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação, nº20, 2002.

SHATKIN, Gavin. Global Cities of the South: Emerging perspectives on growth and inequality. Cities, vol.24, nº1, p.1-15, 2007.

SIMONE, AbdoulMaliq. Between Ghetto and Globe: Remaking Urban Life in Africa. IN: TOSTENSEN, Arne; TVEDTEN, Inge; VAA, Mariken (Edited by). Associational Life in African Cities: Popular Responses to the Urban Cities. Nordiska Afrikainstitutet, 2001, p.46.

_____. On the Worlding of Africa Cities. IN: GESCHIERE, Peter; MEYER, Birgit; PELS, Peter (Eds.) Readings in Modernity in Africa. The International Africa Institute, 2008.

_____. No Longer the Subaltern: Refiguring Cities in the Global South. In Tim Edensor and Mark Jayne (eds.) A World of Cities: Urban Theory Beyond 'the West'. London; New York: Routledge, 2011. Disponível em: [2011 No Longer the Subaltern: Refiguring Cities in the Global South. In Tim Edensor and Mark Jayne \(eds.\) A World of Cities: Urban Theory Beyond 'the West'. London; New York: Routledge.](#)

SKINNER, Caroline. Street Trade in Africa: A Review. WIEGO, nº5, 2008.

SMITH, NEIL. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. GEOUSP- Espaço e Tempo, São Paulo, nº21, PP.15-31, 2007.

SOUSA, Florival R. Redes sociais e entre-ajuda: uma análise sobre a economia informal luandense. Revista Augustus: Rio de Janeiro Vol. 14 N. 27, 2009.

TCHOUASSI, Gérard. Gender and Fair Trade in Cameroon IN: Global Exchanges and Gender Perspectives in Africa, COSDERIA, Dakar, 2011.
The Urban Crises,

TOSTENSEN, Arne; TVEDTEN, Inge; VAA, Mariken (Edited by). Associational Life in African Cities: Popular Responses to the Urban Cities. Nordiska Afrikainstitutet, 2001, Introduction.

TRAJANO, WILSON; DIAS, Juliana B. O Colonialismo e seus legados: classificações e poder no ordenamento da vida social. Anuário Antropológico – UnB, 2015.

TRINDADE, Augusto J.P. O fenômeno urbano na África Subsaariana: O caso de Luanda, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa, 2000.

UNCHS – HABITAT. An Urbanizing World Global Report on Human Settlements. United Nation Centre for Human Settlements, 1996.

VARANDA, Ana Paula de Moura. Trabalhadores (as) da economia popular e espaço urbano: possibilidades e desafios à construção de estratégias de sobrevivência e políticas de solidariedade, identidade e autonomia. As Representações Culturais no Espaço: Perspectivas Contemporâneas em Geografia, V NEER, 2013.

VELLOSO, Mônica P. As tias baianas tomam conta do pedaço: Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.3, nº6, 1990, p.207-228.

VERGARA, Patricio (Org.). Desenvolvimento endógeno: Um novo paradigma para a gestão local e regional. IADH: Fortaleza, 2004.

VIDROVITCH, Catherine. African urban spaces: History and culture. IN:

FALOLA, Toyin; STEVEN, J. Salm. (Editors). African Urban Spaces in Historical Perspective. University of Rochester Press, 2005.

VIEGAS, Sílvia Leiria. Luanda, Cidade (im)previsível? Governação e transformação urbana e habitacional : paradigmas de intervenção e resistências no novo milênio. Universidade de Lisboa (Tese de doutorado), Faculdade de Arquitetura, Lisboa, 2015.

WATSON, Vanessa. African urban fantasies: dreams or nightmares?. Environment and Urbanization. April, 2014, vol.26(1): 1-17.

_____. Seeing from the South: Refocusing Urban Planning on the Globe's Central Urban Issues. *Urban Studies*, n. 46, 2259–2275, 2009.

WOOLCOCK, Michael; NARAYAN, Deepa. Social Capital: Implications for Development Theory, Research and Policy. *The World Bank Research Observer*, vol. 15, n°2, (august) 2000.